

PREVISÍVEL DEPOIS DO CONSELHO DE MINISTROS DE ONTEM

AUMENTO GERAL DE PREÇOS

Reunido até cerca da meia-noite de ontem, o Conselho de Ministros, presidido pelo comandante Almeida Costa, aprovou uma série de diplomas, grande parte deles provenientes do Ministério das Finanças, que podem aparentemente vir a traduzir-se, a curto prazo, num agravamento geral de preços.

Assim para além dos projectos de decreto-lei daquele ministério que determinam aumento dos impostos profissional e de capitais, com um «adicional que atinge alguns impostos directos», é introduzido o princípio de progressividade na contribuição industrial; são «actualizados» na medida dos estudos já realizados os preços de gasóleo, gases liquefeitos e gás de cidade;

são permitidos novos preços de venda das publicações periódicas, nomeadamente os jornais, e das respectivas tabelas de publicidade; é aprovado, finalmente, um novo esquema de fixação de preços do cimento que «diz o comunicado final da reunião» será «oportunamente tornado público». Prevê-se também um agravamento na taxa dos proprietários de veículos a gasóleo, de serviço particular.

Nestas medidas, que no comunicado do Conselho de Ministros são justificadas por razões de intensificação dos gastos públicos e dados os «vários e substanciais aumentos de despesas em relação à previsão orçamental», inclui-se ainda a abertura, no Ministério

das Finanças, de créditos especiais no montante de 2.616.448.849\$00 destinados «a reforçar verbas insuficientemente dotadas e a prover a realização de despesas não previstas no Orçamento Geral do Estado em vigor».

Noutro projecto de decreto-lei do mesmo ministério são introduzidas alterações ao regime penal tributário, em ordem a conferir «maior eficácia aos instrumentos de prevenção e repressão da evasão e da fraude fiscal».

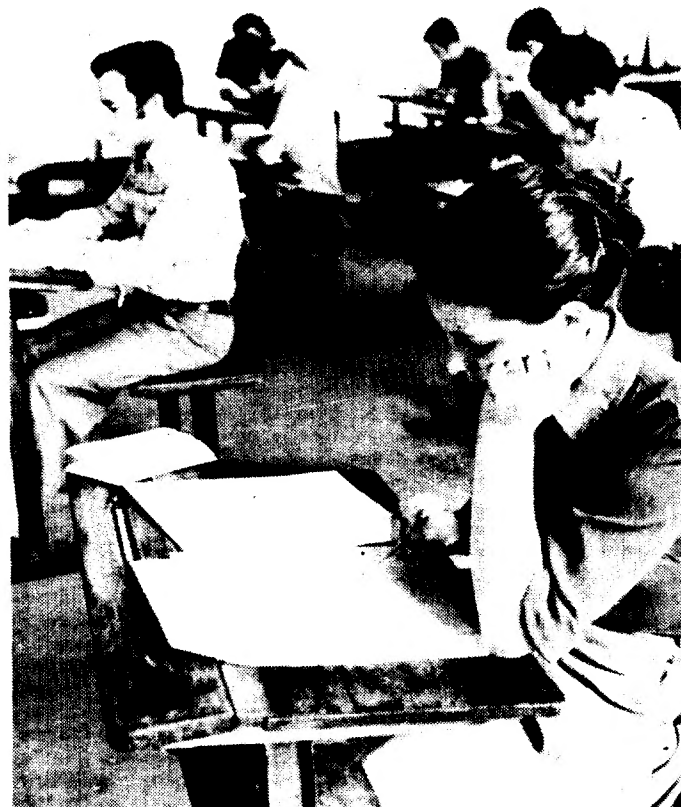
Os agravamentos de preços já referidos aparecem, entretanto, acompanhados de decisões em matéria de austeridade, nomeadamente no consumo energético nacional.

Neste caso o Conselho decidiu que seja aprofundado o es-

tudo do racionamento de gasolina ou o condicionamento da circulação automóvel nos fins de semana para ser proposto brevemente ao Conselho de Ministros, e a dar actualizar, como já referimos, os preços de gasóleo, gases liquefeitos e gás da cidade.

Noutro diploma do Ministério das Finanças criam-se dispositivos destinados a contribuir, em matéria fiscal, para o relançamento da indústria da construção civil e para a política de crédito à habitação, ao mesmo tempo que é dada nova redacção ao estatuto da EPUL, visando conferir a esta empresa a possibilidade de «proceder à alienação das habitações por ela produzidas, de forma a proporcionar alojamento às

Continuação da pág. 2



Curso Geral em exames

Começaram ontem em todo o País os exames do curso geral nos liceus e escolas secundárias. Para a respectiva avaliação, definida em três escalões, saiu recentemente um diploma legal do secretário de Estado da Orientação Pedagógica.

Fruto de um ano acidentado, serão marcados como no ano

transacto, por uma grande margem de reprovações? Com um deficiente processo de colocação dos professores, com uma distribuição desigual a nível de qualidade dos docentes, estes exames aparecem carregados de condicionalismos, que não podem ser ignorados na hora da avaliação.

NOVO GOVERNO TOMA FORMA

Prováveis dois "vices"

● Soares acumularia a pasta dos Estrangeiros

Mário Soares, convidado a formar Governo após a posse do Presidente da República eleito, deverá vir a acumular a chefia da pasta dos Negócios Estrangeiros com o desempenho do cargo de primeiro-ministro. Esta decisão do secretário-geral do PS, assumida não sem algumas objecções internas, envolve a manutenção da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros ou a criação de um adjunto do primeiro-ministro essencialmente destinado a coadjuv-lo naquelas funções. Num ou noutro caso dá-se como certo o nome de Medeiros Ferreira.

Quanto à organização do próximo gabinete ministerial, espera-se que sejam criados

dois postos de vice-primeiro-ministro. Para um deles aponta-se com insistência o nome do actual ministro da Comunicação Social, Almeida Santos. O seu nome, contudo, surge também ligado a uma pasta particularmente difícil, como é da Educação, e ainda à da Administração Pública (Ministério onde se julga que passará a existir uma secretaria de Estado), não sendo de excluir a possibilidade de vir a desempenhar qualquer destas funções cumulativamente com a vice-chefia do Governo.

No que se refere à Comunicação Social, a lista de nomes permanece em aberto. Para já, parece pouco susceptível de confirmação que Raul Rego ve-

nha a ocupar a Secretaria de Estado daquele Ministério, já que se vê que o actual director de «A Luta» exerça quaisquer funções governativas que se não prendam directamente à chefia de uma pasta.

Jorge Campinos, actual ministro do Comércio Externo, é uma incógnita. Afastada aparentemente a possibilidade de vir a chefiar a diplomacia portuguesa e não devendo continuar ligado a qualquer Ministério relacionado com assuntos económicos, adianta-se o seu provável afastamento do futuro Governo. Aliás, desenha-se o fim de dois Ministérios do Comércio (Interno e Externo) que serão unificados num só, para

o qual aparece o nome de António Barreto.

Uma figura que vem sendo frequentemente citada como podendo desempenhar funções no sector da Economia, parece carecer de confirmar-se. Trata-se de Vasco Vieira de Almeida, admitindo-se que a sua exclusão parte de discordância surgidas na base do Partido Socialista quanto ao seu nome.

Outras figuras que se prevêem no próximo Governo (consideravelmente reduzido em relação ao actual) são as de António Macedo, nos Assuntos Sociais, Mota Pinto ou Armando Bacelar, na Justiça, Walter Rosa, na Indústria ou no Trabalho, Vítorino Magalhães Godinho, no caso do actual Ministério da Agricultura e Pescas vir a ser dividido, Rui Vilar e António Guterres, provavelmente ligados à Economia e Finanças, Firmino Miguel, na Defesa Nacional, e António Reis como possível secretário de Estado do Ensino Superior.

Entre os que abandonarão o Governo, alinha-se o nome de Vítor Constâncio, admitindo-se que, se houver secretaria de Estado do Planeamento, esta ficará sob a alçada da chefia do Governo.

Outro nome a abandonar as lides ministeriais deverá ser o de Salgado Zenha, apontado insistentemente para chefe do grupo parlamentar do PS.

Entre Lisboa e Funchal P.P.D. prepara Governo da Madeira

A fim de efectuar diligências com vista à formação do novo Governo Regional da Madeira é aguardado no sábado, no Funchal, o secretário-geral do P.P.D., Sá Carneiro.

Uma das questões que se prende com esta deslocação, passa também pela nomeação do futuro Ministro da República, a designar pelo Presidente da República, e do qual depen-

derá a designação do chefe do Governo Regional.

Para já, sabe-se que o futuro Governo Regional comportará seis pastas, sendo a sua constituição sensivelmente a mesma da actual Junta Governativa. Duas excepções, no entanto, estão previstas: o desdobramento do actual sector dos Assuntos Sociais e do Trabalho (que constituirão pastas distintas) e a retirada do Turismo

que passará a constituir um pelouro autónomo.

Neste momento, em vésperas da chegada de Sá Carneiro, a Comissão Regional do P.P.D. prepara contactos com os deputados daquele partido na Assembleia da República e na Assembleia Regional, bem como elementos das 52 comissões de freguesia que o P.P.D. domina na Madeira. Prevê-se

Continuação da pág. 20

Desertores e refractários podem passar à reserva territorial

Os desertores e refractários que pretendam regularizar a sua situação serão dispensados de inspecção e passarão à reserva territorial na altura da sua apresentação.

O diploma refere, como datas-limite, 2 de Maio de 1974, para compelidos e refractários, e 9 de Outubro de 1974, para desertores, e determina que o

alistamento na reserva territorial obrigará ao pagamento de uma taxa de regularização da situação militar, cuja anuidade será de 600 escudos.

A não regularização da situação militar, implicará a aplicação das normas referentes aos desertores e refractários previstas na Lei do Serviço Militar, e o não pagamento das anuidades, após a regularização, levará a sua liquidação a dobrar.

Ontem no Porto

Petardo num consultório

PORTO, 1. — Ontem à noite, cerca das 21 horas, rebentou um petardo junto à sala de espera dos consultórios dos médicos dr. João Costa e dr.

António de Carvalho, situados no 5.º andar de um prédio da Praça Filipa de Lencastre. De fraca potência, o petardo estilhaçou uma porta, não chegando a causar danos no interior, pelo que o material médico também não foi atingido. O facto motivou grande ajuntamento

de pessoas, pelo que a P.S.P. esteve no local, impedindo a entrada de curiosos. Também uma brigada de minas e armadilhas esteve no local. Recordando-se que aqueles médicos abandonaram o País logo após o 25 de Abril, tendo permanecido no Brasil até esta altura, sendo agora sua intenção, especialmente quanto ao primeiro, reiniciar a clínica nos seus consultórios que, entretanto, estiveram confiados a outros dois colegas de profissão.

Nacional

Política de A a Z

A CLAREZA DAS OPÇÕES

O comandante da Região Militar de Lisboa, brigadeiro Vasco Lourenço, dirigiu uma mensagem às unidades, serviços e estabelecimentos militares que dele hierarquicamente dependem. Nessa mensagem congratula-se pela forma correcta, pelo elevado sentido cívico, pelo espírito democrático que «toda a população» e os «militares em especial» demonstraram quando do último acto eleitoral. Se a tal se limitasse não passaria a mensagem de um texto burocrático corrente. Mas, Vasco Lourenço que no início da mensagem invoca, a par da sua qualidade de comandante da Região Militar de Lisboa, a de conselheiro da Revolução, expressa votos políticos claros: o de «encontrar para o nosso país, no quadro das instituições que acabamos de ajudar a erguer, uma via de liberdade, de justiça e de desenvolvimento em que o Povo e Forças Armadas saibam ultrapassar os obstáculos que se lhes apresentarem no futuro».

No texto do comandante da Região Militar de Lisboa surge, novamente, a ideia da necessidade de uma união Povo-M.F.A. E depara-se-nos, expressa com grande clareza, a opção fundamental: «E termino, reiterando a minha total confiança de que, com este caminho, conseguiremos reconstruir Portugal, criando a verdadeira sociedade democrática e socialista, anseio e meta da Revolução de 25 de Abril de 1974, agora consagrada na Constituição Portuguesa». Uma tal tomada de posição exige a educação política das Forças Armadas. Uma tal tomada de posição reforça, na vida política portuguesa, a corrente de «esquerda» e favorece a leitura de «esquerda» da Constituição. Uma tal tomada de posição vem dificultar a «manobra envolvente» na qual estão empenhados os partidos da «direita», a reacção legal e a reacção subversiva, e até, sem pudor e sem reserva, os que manipulam a imprensa internacional e dela se servem para exprimir desejos, sugestões, exigências. Há dificuldade em admitir, em muitas capitais europeias, que o Portugal de Abril possa percorrer um caminho original e encontrar soluções originais. Há dificuldade em admitir que o «processo revolucionário em curso», através de contradições graves, possa encontrar um ritmo de desenvolvimento que concilie a «institucionalização da democracia», como na Constituição está estabelecido, e a construção de uma sociedade socialista, como na Constituição está previsto. A Constituição fixou o quadro da concretização das conquistas revolucionárias e aponta uma meta. Defender esse quadro legal, porque tem um conteúdo político, económico e social progressista e caminhar para a sociedade socialista, são opções claras. São as opções expressas na mensagem de Vasco Lourenço.

DESASTRE GRÁFICO

Na edição de ontem do «D.L.», nestas anotações cursivas do quotidiano político, ocorreu uma transposição de textos que tornaram incompreensíveis duas dessas anotações. Essa é a razão de as repetirmos:

MAIORIA DE ESQUERDA

Não contabilizando só a votação que obteve o general Ramalho Eanes, mas tendo em conta outros votos de «esquerda», segundo declarações publicadas pela Imprensa, o brigadeiro Pizarat Correia terá declarado que: «A maioria de esquerda é uma realidade». E reconhecendo que o futuro Governo «não é consequência das eleições presidenciais mas antes das que se realizaram em 25 de Abril passado, o brigadeiro Pizarat Correia entende que o general Ramalho Eanes tem apoios de «esquerda», que no País existe uma «maioria de esquerda», e que a referência ao «25 de Abril» continua a ser um factor de mobilização popular.

Essa «maioria de esquerda» não está em condições de forçoso reconhecê-lo para constituir uma «maioria de Governo», mas pode revelar-se capaz de apoiar, no plano parlamentar, medidas de «esquerda» firmes e claras. E a prática de uma clara «política de esquerda» pelo primeiro Governo Constitucional, com o estímulo de um Presidente apostado em cumprir e fazer cumprir a Constituição, poderá conduzir a uma «convergência de esquerda».

GOVERNO DE ESQUERDA

O Governo socialista homogêneo que o secretário-geral do Partido Socialista será convidado a formar, e que, segundo todas as indicações corresponde à actual estratégia do P.S. deverá ser, para o Presidente Ramalho Eanes, um Governo «operacional», um «verdadeiro Governo». A expressão afirmativa, comporta uma carga crítica em relação a uma situação triste e arrastada de «desgoverno», de ineficiência administrativa, de paralisia burocrática, de competição feroz e escandalosa entre departamentos, serviços, pessoas, partidos políticos.

Para ultrapassar esta situação escandalosa e perigosa, Ramalho Eanes pretende que o País possa «contar com um Governo que seja operacional, um verdadeiro Governo». E como para Ramalho Eanes, os objectivos revolucionários do «25 de Abril», aquilo que poderemos considerar uma «opção do Povo Português» serão realizados «com o empenho de todos, tendo como base a Constituição», o Governo terá que ser não só «socialista» pela filiação individual dos seus membros ou pela profissão de fé dos seus colaboradores, mas «socialista» porque empenhado em retirar da Constituição as linhas mestras da institucionalização de uma vida democrática e da construção de uma sociedade socialista. Governo socialista, se assim o querem. Governo de esquerda, porque assim o quer o País.

Continuação da pág. 1

classes menos favorecidas, aos menores preços possíveis».

Por outro lado foi autorizada a concessão de um subsídio financeiro mensal à TAP (ao mesmo tempo que se nomeia para presidente do Conselho de Gestão o dr. Gomes Mota, ex-secretário de Estado da Cooperação), abrindo-se para o efeito um crédito especial no Ministério das Finanças no montante de 800.000 contos.

Ainda por iniciativa do Ministério das Finanças foi aprovado um decreto-lei que permite a redução ou suspensão das dotações inscritas no actual Orçamento Geral do Estado e nos orçamentos de todos os serviços e fundos autónomos sujeitos ao visto do ministro das Finanças.

O Conselho aprovou também um projecto de diploma que cria o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica com autonomia administrativa e com as características específicas que as suas atribuições de natureza técnico-científica lhe conferem, substituindo-se ao actual Serviço Meteorológico Nacional.

Relativamente à Comunicação Social determinou-se, além da liberalização de preços das publicações e das tabelas de publicidade, que os trabalhadores das empresas estatizadas ou sob intervenção do Estado, editores de publicações periódicas, e bem assim da RTP e da RDP, não poderão preencher mais de um posto de trabalho remunerado, na mesma empresa ou em empresa diferente, ainda que não estatizada ou sob intervenção do Estado. Nenhum trabalhador no sector referido poderá ainda trabalhar menos de 35 e mais de 45 horas por semana.

Um projecto de decreto-lei

VASCO LOURENÇO AFIRMA

"Saberemos encontrar uma via de liberdade, justiça e desenvolvimento"

«Saberemos encontrar para o nosso país, no quadro das instituições que ajudamos a erguer, uma via de liberdade, de justiça e de desenvolvimento em que o Povo e as Forças Armadas saibam ultrapassar os obstáculos que se lhes apresentarem no futuro» afirma o brigadeiro Vasco Lourenço, comandante da Região Militar de Lisboa, numa mensagem aos militares das unidades de-

Emigrante volta com revólver de gás

Pela P. S. P. foi ontem detido Joaquim Domingos Parreira, de 22 anos, emigrante na República Federal da Alemanha que, por volta das quatro da madrugada, se envolveu em desordem no Cais do Sodré.

Na ocasião, o Joaquim empunhou um revólver de 4 m/m que disparou pequenas balas e cápsulas de gás.

Agora nos calabouços do Governo Civil, o emigrante insiste em que é livre, na RFA, o uso daquela arma

do mesmo ministério determina que a classificação dos espectáculos cinematográficos passará a incidir sobre três categorias: pornográficos, não

pornográficos e de qualidade.

Ainda no diploma sobre as empresas editoras é criado um Conselho Consultivo constituído pelos presidentes dos

órgãos de administração das empresas estatizadas, editores de publicações periódicas.

Este órgão destina-se a coordenar a gestão dessas empresas e com funções consultivas em relação às mesmas, embora possam os seus pareceres tornar-se vinculantes quando promulgados por despacho do ministro da Comunicação Social.

ESTRANGEIROS

Um diploma do Ministério da Administração Interna estabelece que poderão se expulsos do País cidadãos estrangeiros que nele hajam entrado irregularmente, bem como os que atentam contra a segurança nacional, a ordem pública ou os bons costumes, participem de forma activa em acções políticas, sem para tanto estarem devidamente autorizados pelo Governo ou não respeitem as condições estabelecidas para a sua estada. A expulsão será da competência dos Tribunais de Polícia da comarca de Lisboa.

Um diploma do M. E. I. C. determina o exercício do magistério particular somente a quem seja titular de autorização de leccionação para o correspondente grau e ramo de ensino a saber.

Foi ainda concedida autorização do aval de Estado em empréstimo de 100 milhões de coroas destinado à construção de 2000 casas.

Um projecto de decreto-lei emanado dos Ministérios da Justiça, da Habitação e dos Assuntos Sociais, permite a cessação da suspensão das acções e execuções de despejo, com o processo comum ou especial, quando sejam autores ou exequentes retornados das ex-colónias ou emigrantes, reformados ou aposentados e trabalhadores que deixem de beneficiar de habitação que lhes era fornecida pela entidade patronal.

Adidos militares: três dias no Norte

Prosseguindo uma visita de três dias ao Norte do País, adidos militares de oito embaixadas credenciadas em Lisboa deslocam-se esta tarde a Chaves. A visita começou ontem no Porto, com uma recepção no Q. G. da R. M. N. feita pelo segundo comandante, coronel Pacheco Rodrigues, que a seguir presidiu a uma reunião. Depois, os adidos estiveram na R. I. P. e, ao fim da tarde, partiram para Lamego, onde pernoveram na Escola de Formação de Sargentos. Hoje, os visitantes pernoveram em Chaves. O programa de amanhã prevê uma paragem na barragem canicada e uma detenção em Vila Real para uma visita breve ao destacamento militar local. Seguidamente, os adidos voltam ao Porto, de onde regressam por avião a Lisboa.

Os adidos representam oito países: a U. R. S. S., os Estados Unidos, a Checoslováquia, a R. F. A., a Espanha, o Brasil, a Itália, e a África do Sul.

O objectivo da presente visita relaciona-se com o teor da reunião ontem realizada no Q. G. do Porto, onde os visitantes foram postos a par da situação político-militar na Região.

Novos aumentos: para quê?

O Conselho de Ministros de ontem retomou uma das constantes do VI Governo: sistemático agravamento do custo de vida. Com efeito, por proposta do Ministério das Finanças, à frente do qual se encontra Salgado Zenha, foi decidido agravar o imposto profissional, o imposto de capitais e o imposto complementar; simultaneamente, aumentou-se ainda mais o preço do cimento, à porta da fábrica, que foi fixado em 720\$00 a tonelada, e decidiu-se, também, «atualizar, na medida dos estudos já realizados, os preços de gasóleo, petróleo, gases de petróleo liquefeitos e gás da cidade».

A relação é grande, e as perspectivas inquietantes.

Ninguém ignora que a situação económica do País é difícil, e que medidas de austeridade são e deverão continuar a ser necessárias durante um período considerável. Mas todas estas medidas não deverão apenas justificar-se, como é o caso, por «substanciais aumentos das despesas em relação à previsão orçamental». A não ser assim, mais não se faz do que aplicar velhas receitas «financeiras» a que o antigo Estado Novo nos habituou, sem que delas resultem o delineamento e a execução de uma

política económica nova, capaz de nos fazer superar as dificuldades actuais.

Quanto aos novos aumentos que se anunciam nos combustíveis, melhor fora que os responsáveis pela governação deste País explicassem o tipo de política fiscal e financeira que pretendem seguir, já que esses aumentos constituem de facto um agravamento da imposição indirecta, que atinge sobretudo as classes trabalhadoras. E estas podem legitimamente interrogar-se sobre o significado destas e outras medidas. São sacrifícios para permitir a recuperação capitalista? Se o não são há que demonstrá-lo, fazendo uma política de verdade, divulgando os custos exactos, e os números secretos.

As massas populares nunca avançam durante muito tempo às cegas. Se o VI, e o próximo governo, para o qual o actual procura criar as melhores condições, apressando-se a tomar as actuais medidas de agravamento do custo de vida, pretendem contar com o apoio dos trabalhadores, e não enfrentar dentro em breve um amplo movimento de contestação, deverão ter outro tipo de linguagem. E, eventualmente, prosseguir outro tipo de política.

Traficantes portugueses presos em Espanha

Quatro portugueses com residência no Porto, ao que parece integrantes de uma vasta rede de traficantes de droga, foram presos em Madrid, acusados de se dedicarem à venda de marijuana procedente de Angola.

A notícia, recebida da capital espanhola e distribuída pela ANOP, acrescenta que os presos se encontram à disposição da autoridade judicial. São eles: Rui Orlando de Jesus, de 21 anos, Armando da Graça Mota, de 22, Luis José de Jesus, de 22 e Rosa Emilia Mendes, da mesma idade.

No momento da prisão, o grupo era portador de 200 gramas de marijuana em pacotes reduzidos e preparados para a venda, assim como de duas doses de LSD e um peso de precisão.

Mais novecentos gramas foram encontrados posteriormente numa rusga efectuada numa pensão da Calle San Bartolomé, onde se encontravam hospedados.

Segundo informação dos presos, a droga foi transportada num carro «Datsun 1200» com matrícula de Angola e propriedade de um deles.

post-scriptum

Pedir amnistia por uma transgressão que nunca existiu

No passado dia 21 do mês corrente, sou surpreendido com um postal do 5.º Bairro Fiscal em que me davam o prazo até 23 — 2 dias!! — para regularizar não sei quê, de um processo de transgressão com o n.º 1059/75. O postal tinha a data de 15 de Junho mas, curiosamente, não regista qualquer chancela de entrada nos Correios. Verifiquei mais tarde, por outros convocados, que as condições eram precisamente iguais. Coincidência para assinalar. Na manhã de 22 compareço na sala 8, do 2.º andar, daquele Bairro Fiscal, para me informar de qual era a minha falta, tanto mais que não fora avisado de qualquer transgressão e não, tinha em consciência quaisquer dívidas ao Estado. Sou então informado que no ano de 1975 não pagara o imposto do veículo automóvel. Mais surpreendido respondi: mas eu paguei! Então terá de fazer prova até amanhã e requerer a amnistia da multa. Estupefacto e revoltado dirigi-me ao 3.º Bairro Fiscal onde pagara, em prazo legal, o respectivo imposto a expor a situação. Disseram-me que se eu tivesse o papelinho comprovativo desse pagamento, requeria uma certidão e o assunto poderia ainda resolver-se. Eu respondi que estávamos em Junho de 1976 e que ao adquirir o selo do ano corrente me desfizera do anterior e que era difícil precisar a data em que fizera o pagamento, mas isso, pensava eu, não impediria de requerer a certidão, pois o registo tinha de estar arquivado naquele serviço. Sim senhor, poderia requerer mas seria impossível ter a certidão a médio ou longo prazo pois não havia pessoal para buscas e o facto de me passarem duplicado do meu requerimento não adiantava nada quanto ao pagamento a que eu era obrigado até ao dia 23. Estava escrito, os meus algozes não queriam comprometer-se em qualquer colaboração. Tudo apostado para me apertarem o colete de forças até ficar totalmente manietado, com excepção da carteira que, essa sim, teria de estar liberta e aberta! Finalmente fizeram-me uma concessão: facultaram-me a consulta das cadernetas de registos — 300 cadernetas com 100 folhas cada —, e se eu encontrasse, o que lhes parecia difícil, então passavam a certidão. Aceitei a gentil oferta e atirei-me ao trabalho com unhas e dentes, e cerca de duas horas e meia de enervante desfolhar de papéis e quando já atingia as 10 000 folhas, encontrei o registo do pagamento do imposto do meu veículo, feito em 12 de Fevereiro de 1975 — o prazo começara a 1.

Outras vítimas não tiveram, apesar de tudo, a minha sorte e foram obrigadas a desistir, pois o prazo era inexorável: dia 23/6/76 até às 16 horas!!

Depois paguei a certidão — 105\$00 e mais 20\$00 de papel selado. Voei até ao 5.º Bairro, para entregar a certidão para provar que a transgressão nunca existira, mas ainda não era assim tão fácil. Tive de requerer «mui respeitosamente» que se dignassem conceder-me a amnistia pela transgressão que afinal fora «deles» «zelosos funcionários» cuja lei lhes permite embolsar 20 por cento do valor das multas!!!

Que austeridade? Que honestidade? Ainda se a competência se comprasse como a lixívia...

Bernardino Martins do Nascimento — Lisboa

Esquecidos os pequenos investidores da Torralta

Leio nos jornais que continua a haver hotéis ocupados por retornados, com prejuízo do turismo, além de um milhão de contos para pagamento de «atrasados».

Acontece que há milhares de viúvas e outras pessoas de posses reduzidas que venderam tudo o que tinham para aplicar na Torralta, que agora tem os seus hotéis ocupados.

Como o fascismo não dava qualquer espécie de segurança ao povo (pensões de sobrevivência ou reforma) com que pudessem assegurar o futuro, essas pessoas tiveram que procurar uma forma, de assegurar a sua subsistência na velhice e doença.

Acontece que agora vêm-se esquecidas em favor de pessoas que, muitas delas, usufruem dos rendimentos dessas pequenas economias.

É pois urgente que este problema seja resolvido, a bem de todos aqueles que à custa de sacrifícios amelharam algum dinheiro para investir com vista ao seu futuro incerto.

Maria Cândida dos Santos — Coimbra

Que a TV diga à gente como está este País

Tem a TV usado e abusado da tecla do pluralismo. E à sombra disso muitas coisas se têm feito contra o povo trabalhador deste País. Ora se o problema é esse, eu pergunto aos senhores da TV, porque não há programas de combate ao alcoolismo, ao tabagismo, etc. Parece que aí todas as forças políticas deveriam estar de acordo. Mas se calhar não estão.

Aos exploradores e às forças que os representam neste País interessa encharcar cada vez mais o povo em vinho. E como são pluralistas tanto lhes faz que o povo se embedebe com aguardente de bagaço ou de medronho; necessário é que se «enfraqueça».

Senhores da RTP, digam à gente como está este País.

J. Guerra — Lisboa

A "QUEDA" CONTINUA!

VÍTOR BENTO

Causam cada vez maior preocupação os caminhos a que nos estão levando os problemas económicos. Em nada se afastam, porém, das previsões, mais ou menos pessimistas, que vinham a fazer-se, há muitos meses. Antes pelo contrário, quer no campo político, quer no campo mais restrito dos fenómenos económicos e financeiros, parece que está toda a gente apostada em manter um diálogo de surdos e em, frequentemente, manifestar uma completa irresponsabilidade quanto às consequências de certas decisões (a todos os níveis hierárquicos).

Dois acontecimentos políticos recentes devem merecer a nossa particular atenção. Um, o resultado das eleições italianas, onde ficou também, agora, marcada a bipolarização do eleitorado, como prova, a meu ver, da incapacidade de resposta do parlamentarismo aos problemas da política europeia, nos nossos dias e apesar da crise. Além da Itália, também, pelo menos, na Alemanha, Dinamarca, Suécia, Inglaterra, França e Holanda, as forças parlamentares conservadoras e aquelas ditas de esquerda, têm obtido, através das suas frentes e coligações, resultados próximos dos 50 por cento, o que significa a impossibilidade de grandes mudanças de políticas por essa via. Parece que é, cada vez mais, ao nível dos presidentes e dos governos que as decisões importantes são tomadas.

Tal resulta, não só de factores que são externos aos países e que portanto os parlamentos recebem como dado de base, cujo controlo lhes escapa, mas também da necessidade de «negociar» com as forças produtivas, fora do âmbito da representatividade parlamentar. E tal não é de admirar, se atendermos à organização internacional do capitalismo e à posição que nela desempenham os vários países, seja, portanto, ao facto de as respostas terem de ser, cada vez mais, de carácter «nacional» de que de reforço da posição desta ou daquela classe social interna (o que é notório em épocas de crise). Se isto é problema, até para países com estruturas internas estáveis, sê-lo-á, muito mais, quando há grandes mudanças, como é o nosso caso.

Outro acontecimento político de importância foi o das eleições presidenciais. Vários especialistas efectuaram, já, comentários sobre este assunto. Mas, quero assinalar três aspectos, em particular. O primeiro diz respeito à maneira relativamente fácil como resultou a eleição de um candidato cujo leque de apoio partidário é verdadeiramente «sugeneris» e que defende, até, pontos de vista que levam ao cerceamento de certos mecanismos parlamentares tradicionais. O segundo, encontro-o no facto de perto de 30 por cento do eleitorado ter «desobedecido» à fidelidade partidária (Otel,

na percentagem acima da dos pequenos partidos apoiantes, e Pinheiro de Azevedo). O terceiro, respeita ao aparecimento de uma numerosa força, à esquerda do PC, que os políticos «profissionais» classificam, com a ligeireza habitual, de extrema-esquerda, potencialmente agitadora.

Atendendo a que este candidato obteve a maioria no distrito de Setúbal, cerca de um terço dos votos de Beja e Évora, e cerca de um quarto de Lisboa e Faro, ou seja, que é sobretudo batido nos distritos onde os atrasos dos níveis de vida e cultural eram e continuam a ser mais marcados, julgo que, se estivesse no lugar desses políticos, seria mais cuidadoso na apreciação do significado desta votação.

Na linha do que quase tem afirmado em artigos anteriores, não parece que os «profissionais» da política, de agora, sejam muito diferentes daqueles a quem um anónimo de 1847, citado por António Sérgio, chamava «individuos ambiciosos de que se compõem os diferentes bandos que, com o falso título de partidos políticos se disputam entre si a posse dos dinheiros públicos... As guerras civis em Portugal são evidentemente as guerras dos empregos públicos... Quanto aos fins de todas as facções, ainda que com mais ou menos arte

se sustentem sempre outros, eles consistem no conseguimento de empregos públicos para os facciosos». Isto explica talvez o cuidado com que se «arrumaram» à volta de um candidato de perfil fortemente decidido e como tentam fazer esquecer o que tem sido a vergonhosa administração do VI Governo, particularmente nos sectores económicos. E de esperar que alguém chame um dia à responsabilidade, quem deixou delapidar, ao longo dos últimos nove meses, cerca de metade das reservas, em ouro e divisas, do País, sem tentar avançar com qualquer projecto político-económico de alternativa ao que herdámos do regime anterior e que não satisfaz.

Esperamos debruçarmo-nos mais em pormenor sobre a situação económico-financeira actual e sobre algumas saídas que se cozinham nos gabinetes, com o objectivo de adiar (sempre a adiar, como a avestruz) a hora do inevitável ajuste de contas.

Julgamos que o novo Presidente irá tentar meter esta gente na «ordem». Mas, será possível ser «cura desta frequência»?

As soluções são cada vez mais de natureza política e menos técnica. No entanto, não só o ministro das Finanças (eu não tenho nada contra o dr.

Continua na pág. 4

DUAS OU TRÊS SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA DA IMPRENSA

LUÍS DE MIRANDA ROCHA

Projecto já de quando ainda era ministro da Comunicação Social Correia Jesuino, a reestruturação da imprensa ainda não se sabe ao certo quando vai começar. Em boa verdade ela já começou, pode-se dizer, com a aprovação em Conselho de Ministros da fusão de empresas proprietárias de jornais. Mas esta é apenas a primeira medida a tomar no âmbito dum sector há muito declarado em crise. A primeira e diz-se que uma das mais prementes, para não falarmos das consequências que são imprevistas. Outras impõem-se, entretanto, e, entre estas, uma que talvez deva priorizar-se às demais. Trata-se de implantar uma estrutura capaz de cobrir informativamente e com eficiência a maior área possível do País.

DUAS SOLUÇÕES

Quando se fala de cobrir informativamente a maior área possível do País, podemos estar a pensar tanto na criação de novos jornais regionais a fazer em moldes algo diferentes dos grandes jornais que se fazem no Porto e em Lisboa, como no estabelecimento de delegações (destes jornais que já existem) nos centros populacionais regionais de maior importância. Não sabemos como estão as coisas no Ministério, mas é possível que o dilema se ponha: ou se deixa ficarem em Lisboa os jornais que já aqui existem e criam-se outros com irradiação desde determinados centros regionais, ou se decide não criar jornais novos e apoiar técnica e humanamente os que já existem nas duas principais cidades do País proporcionando-lhes delegações em centros regionais como,

por exemplo, e no mínimo, aqueles onde seria aconselhável criar jornais novos. Qualquer das soluções por que se há-de optar (se se vier a tomar alguma resolução nesse sentido) implica dificuldades inúmeras. Tanto quanto julgamos, os responsáveis estão de momento mais inclinados para a primeira hipótese. Gostaríamos pelo menos de lhes sugerir uma reflexão sobre a segunda, muito embora uma e outra não sejam muito diferentes tanto nas implicações negativas como nos aspectos positivos.

NOVOS JORNAIS

A criação de novos jornais na província surge como saída para o problema levantado à volta da não utilização de parques gráficos existentes em Lisboa, e bem assim como possibilidade de colocação de profissionais (jornalistas, tipógrafos, etc) desempregados ou em perspectiva de ficarem sem trabalho mais ou menos brevemente. A solução pretende ainda, naturalmente, corresponder à necessidade de inúmeras populações locais: informação produzida no seu próprio meio e intensamente articulada com específicos problemas locais. Jornais diários a fazerem-se por exemplo, em centros como Faro ou Viseu, predominantemente ocupados com a vida no Algarve ou na Beira Alta (sem descuido em relação aos problemas nacionais e internacionais) poderiam interessar muito mais as populações das respectivas regiões do que as interessam os habituais quotidianos que aí lhes chegam de Lisboa e do Porto. Estes jornais, classificados como de expansão nacional, preenchem o

mais do seu espaço com informação proveniente dos circuitos habituais e alienam quase sempre e completamente a existência e os problemas localizados fora da capital (e mesmo dentro). Lembra-se que cerca de quatro quintos da população portuguesa vive na província. E entre um e dois décimos encontra-se no estrangeiro. Teremos então, na melhor das hipóteses, que a existência concreta de oitenta ou noventa por cento da população portuguesa não se vê imediatamente articulada pela grande imprensa que há em Portugal. Claro que existem os jornais regionais. Mas, salvo muito raras excepções, trata-se de jornais sem qualquer interesse sequer para as populações das áreas que cobrem. Falamos de interesse informativo, formativo. Esses jornais não realizam, na generalidade dos casos, nenhuma relevante função social, até pela escassez de meios com que são fabricados e pela ausência de profissionalismo que preside à sua fabricação. A implantação de competentes parques gráficos em determinados centros regionais, mais a deslocação para aí de profissionais habilitados e experimentados, permitiria a confecção dum jornal capaz de interessar o leitorado local — desde que o tipo de informação que viesse a praticar-se fosse por assim dizer ao encontro dos problemas próprios da região. Seria necessário, naturalmente, assegurar uma rede regional de distribuição que permitisse ao jornal introduzir-se em todos os meios onde existisse um leitorado real ou potencial.

Se pretendermos ter em conta qualquer modelo estrangeiro não precisaríamos de ir além de Espanha. Na Galiza, por exemplo, publicam-se quatro jornais diários, dois deles (um na Corunha, a Norte, outro em Vigo, a Sul) praticando, no capítulo da informação, uma larga cobertura regional, de par com a cobertura fundamental da vida espanhola centrada em Madrid, além, naturalmente, do noticiário estrangeiro. As proporções desta imprensa galega (quantitativamente maiores do que as da generalidade dos jornais portugueses mesmo de expressão nacional) satisfaz normalmente e na medida do possível, as necessidades de informação do leitor galego e permite-lhe passar praticamente sem os grandes jornais que se fazem em Madrid ou Barcelona. Em Portugal existe um caso idêntico, verificável ao nível do quotidiano na cidade de Coimbra, onde se publica o melhor jornal diário regional, o «Diário de Coimbra», com uma expansão relativamente larga principalmente na região das Beiras.

Deve aqui recordar-se que se publicam em Portugal continental outros diários fora de Lisboa e Porto: dois em Braga, um em Santarém, outro em Évora. Trata-se no entanto de jornais a viverem em regime de franco amadorismo, com muito escassas tiragens, reduzida expansão e (salvo talvez o «Diário do Minho», largamente lido nos meios católicos

Continua na pág. 4

Nacional DUAS OU TRÊS SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA DA IMPRENSA

Continuação da pag. 3

mais conservadores da região), de praticamente nula projecção na vida social a que dizem respeito.

A província portuguesa consome principalmente os jornais que lhe chegam diariamente do Porto e de Lisboa. Sucede que este consumo não é tão numeroso que compense as despesas inerentes à distribuição que exige. Além disso, como se disse, o conteúdo informativo de tais jornais, pelo menos na generalidade dos casos, nada ou pouco de mais imediato tem a ver com a realidade local. Podemos pensar que as populações locais prefeririam uma imprensa que lhes falasse mais de perto dos seus próprios problemas. Então a criação de novos jornais com sede em centros urbanos regionalmente nevralgicos (administração, comércio, indústria, ensino, etc), e de onde fosse

fácil uma rápida e eficiente distribuição poderia ganhar os favores duma população esquecida pelos órgãos de comunicação social já existentes e centrados nas duas principais cidades do País. Estes baixariam, pode admitir-se, as suas vendas. Mas não muito, já que o maior contingente de leitores pertence às populações das zonas urbanas e suburbanas de Lisboa e Porto. E, de resto, não há de ser esse o principal problema que se põe.

UMA ALTERNATIVA

A criação de novos jornais na província não é a única solução para os problemas dos parques gráficos não utilizados e do excesso de jornais já existentes, mais os profissionais a eles ligados — que correm o risco de desemprego caso alguns desses jornais, venham a desaparecer. Há uma alternati-

va para esta solução e consiste na criação de delegações que servissem os jornais de Lisboa e do Porto. Nessas delegações seriam colocados os jornalistas e outro pessoal disponível ou interessado, o que eliminaria igualmente o risco de desemprego. A maior parte dos jornais de Lisboa e Porto não têm delegações senão no Porto e em Lisboa. Outros têm delegações num número reduzido de centros. Esta escassez não lhes permite uma mínima cobertura regional, o que obriga muitas vezes a deslocações dispendiosas para cobertura de acontecimentos fora das principais cidades. As delegações — a criar, por exemplo, para os jornais de maior expansão nacional, para já e pelo menos, nas capitais de distrito, não resolveriam os problemas dos parques gráficos disponíveis nem do transporte para distribuição. Mas melhorariam consideravelmente o noticiário dos

jornais, porporcionando ao leitor de qualquer parte um panorama mais minucioso do que se passa no País.

Mas há ainda outra hipótese a admitir: a produção de edições regionais dos principais jornais das duas maiores cidades, à semelhança do que se faz em certos países. Um vespertino de Lisboa sairia à mesma hora em Évora e Faro, por exemplo. Ainda por exemplo, um matutino do Porto sairia à mesma hora em Vila Real e Viseu. O conteúdo de cada edição seria alterado de local para local, no noticiário de interesse localizado, mantendo-se sem alterações o noticiário de interesses nacionais, que seria elaborado nos serviços centrais, no Porto ou em Lisboa. Esta solução não deveria implicar um investimento técnico tão alto que tornasse a hipótese inviável. Depois, a regionalização das edições teria como consequência um aumento global de tiragens, muito embora, naturalmente, a tiragem da edição principal diminuisse.

Vimos duas hipóteses de resolução do problema da descentralização ou regionalização da informação no País: uma, apontando para a criação de novos jornais sediados fora das duas principais cidades; outra sugerindo a melhoria da informação dos principais jornais existentes através da criação de delegações nos principais centros populacionais do País (capitais de distrito, por exemplo) — ou do Norte, para os jornais do Porto, e do Sul, para os jornais de Lisboa. Há ainda a hipótese de os principais jornais de expansão nacional publicarem em lugares a estabelecer as suas edições regionais.

Pode entretanto pensar-se no que significa, para essas soluções, a recente decisão tomada pelo Conselho de Ministros de fundir empresas jornalísticas. Tanto pode constituir um primeiro passo no sentido dessa solução como ser um impedimento de que nesse sentido se deem sequer os primeiros passos. Tudo depende da sequência que tiver a acção governativa neste sector.

As soluções de que aqui se fala defrontam-se, se quisermos, com objecções fundamentais, e não sabemos se haverá objecção mais forte do que aquela que tiver em conta os dispendios a fazer e a improbabilidade de compensações materiais a médio prazo. Mas não pode ser deste teor a preocupação fundamental dos responsáveis pela política de informação neste País. Sobre tudo deve ter-se em conta que os responsáveis por este País vão precisar inelutavelmente da informação quando se tratar de exercer sobre a população uma acção esclarecedora e didáctica no sentido de que se torna necessário colaborar, participar, mesmo (ou principalmente) duma maneira crítica.

Eis um campo onde o próximo ministério pode fazer um bom investimento para o futuro que o espera, se souber decidir e fazer aplicar as decisões que se impõem. O primeiro Governo definitivo precisa duma imprensa que não dê à população a ideia de que tudo se passa entre S. Bento e Belém. É também dessa imprensa que a população precisa.

Continuação da pag. 3

Zenhar a não ser que gostaria, no interesse de todos nós, que ele fosse eficiente...) produz mais uma surpreendente afirmação, a de que só os Americanos podem satisfazer os nossos problemas alimentares, como todas as soluções de que se ouve falar, para tapar os «buracos», são as clássicas, de ocasião, isto é, desvalorização da moeda, contenção salarial, o que significa a impossibilidade para sairmos desta grave crise. Não se vê como é possível aplicar estas medidas sem afectar gravemente a capacidade económica das classes mais desfavorecidas (ao contrário da promessa inicial do MFA) nem como os trabalhadores poderão aceitá-las sem que se estabeleça, primeiro, uma clara política nacional de salários e rendimentos que distribua, com justiça, a factura desta situação. Já se ouve os políticos falar de agitação dos «comunistas» e agora com os resultados das presidenciais, dos «esquerdistas», tal como nos tempos da «outra senhora», apesar de não estarem perfeitamente clarificados os papéis do Estado (juiz e parte da estrutura económica) do capital (quem já fez propostas concretas de investimento, a incentivar pelo Estado?) e do trabalho (como é possível negociar esquemas salariais com as centenas de sindicatos herdados do corporativismo? Com o PCP? Com o PS? Com Otel?)

Por esta altura, em meados de 1976, a balança cambial apresenta o maior saldo negativo de sempre (cerca de 20 milhões de contos) apesar da quebra das importações, devida a diminuirmos as compras de equipamentos e matérias-primas. As remessas dos emigrantes reduzem-se por motivos que é preciso clarificar. Nada se fez como investimento, nos sectores de produção dos alimentos. Só agora, ao fim de nove meses, o VI Governo «pariu» a «comissão de substituição das importações». Tomam-se medidas de carácter financeiro e económico de verdadeiro amadorismo. Não se vêm propostas concretas, políticas, para resolver a crise, pois a Constituição é um apertado «espartilho» para uma saída de direita.

Dentro de meses, alguém poderá cobrir a esta situação, a qual

se deve inteiramente à ambição dos «profissionais» da política que põem os interesses eleitorais acima dos do País (há cerca de oito meses apresentou demissão do VI Governo uma equipa de independentes, por, honestamente, não querer colaborar no «enterro» da economia. Que se fez depois disso?). Quanto mais cedo o regime de excepção for instituído tanto melhor, pois haverá ainda algumas reservas de manobra. De outro modo, será recolher um «moribundo».

E obrigação de quem se interessa pelos assuntos do seu País denunciar (enquanto nos deixam...) esta situação escandalosa. Fã-lo-emos com o maior número de dados possível. Tentaremos alertar os militares para a gravidade do problema e da necessidade de uma solução de carácter nacional e constitucional (somos uma sociedade onde se procura «a criação de condições para o exercício democrático do Poder pelas classes trabalhadoras», art.º 2.º). Não temos riquezas naturais, nem somos nenhuma «república das bananas» cobiçada pelos imperialismos, mas vai ser exigido aos militares, mais uma vez na História Portuguesa, que assumam o papel excepcional de garantidores da estabilização da vida social e política... Citando António Sérgio, recordo que era sua opinião que, é da tentativa «de triunfo de uma jovem elite que encarne o pensamento concreto da reforma democrática (na economia, na educação) que depende o ressurgimento do povo português, povo adequado pelo seu génio — pela sua própria natureza psíquica — para figurar na vanguarda da emancipação humana e da democracia social». E por isso que certos fenómenos políticos têm que ser encarados no seu conteúdo real, por muito que tal desagrade aos «profissionais» (se é que não são o resultado da sua acção, como amadores...)

A política não é o fraseado do «fulano disse», ou o «outro afirmou» ou «eu garanto», toda esta mediocridade que esta a vir ao de cima, na sociedade portuguesa. Quer queiram, quer não, alguém universalmente consagrado escreveu «a História de toda a sociedade, até agora existente é a história da luta de classes».

PARQUES INDUSTRIAIS

Força de arranque para pequenas e médias empresas

Na região de Braga-Guimarães, o 1.º Parque Industrial. Com a 1.ª implantação em Celeirós e a 2.ª perto de Guimarães.

Instrumento de desenvolvimento regional, instalado e gerido pela E.P.P.I., o Parque de Braga-Guimarães é uma força de arranque para as pequenas e médias empresas da indústria ligeira, com o objectivo prioritário de aproveitar os recursos naturais regionais. Porque lhes oferece vantagens excepcionais na instalação das suas fábricas. Uma urbanização industrial ligada às grandes vias de comunicação. Abastecimento de água, de energia eléctrica, de combustíveis. Sistema de saneamento. Telecomunicações. Incentivos fiscais e financeiros importantes.

O que significa para o empresário, maior rapidez, maior economia, maior facilidade no arranque da produção. E maior eficácia no funcionamento.

O Parque Industrial de Braga-Guimarães pode vir a acolher 80 a 100 fábricas e visa, em particular, a reconversão do sector têxtil. Para os trabalhadores, cantinas, serviços médicos, transportes, possibilidades de aperfeiçoamento profissional.



Além do Parque Industrial de Braga-Guimarães prevê-se o arranque de Parques na Covilhã, Évora, Beja e Algarve. Conheça a E.P.P.I. Escreva-nos. Ou venha falar connosco.

EMPRESA PÚBLICA DE PARQUES INDUSTRIAIS
Rua D. Filipa de Vilhena, 6, 5.º - LISBOA-1
Agradeço que me enviem a Brochura E.P.P.I. e outras informações sobre a Empresa.

NOME _____
EMPRESA _____
MORADA _____ RAMO DE INDÚSTRIA _____
TELEF. _____ TELEX _____

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores para o Plenário que vai ter lugar no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico, pelas 21 horas de hoje (1-7-76).

Não serão analisadas as medidas a tomar pelo movimento sindical, face ao atentado bombista de que foi alvo a Intersindical Nacional.

COMPARECE!

A escalada de violência reaccionária tem que ser esmagada.

CONTRA O TERRORISMO!
ABAIXO A REACÇÃO!
VIVA A CENTRAL SINDICAL ÚNICA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES!

Lisboa, 30 de Junho de 1976

PELA DIRECÇÃO



MÁRIO SOARES NA R.F.A.

Investimentos precisam-se

Regressa esta tarde a Lisboa o dr. Mário Soares, depois de uma rápida deslocação à Alemanha, onde contactou dirigentes políticos e industriais, com vista a explicar-lhes a situação portuguesa na sequência das últimas eleições presidenciais.

O «leader» do Partido Socialista encontrou-se ontem com industriais alemães na sede da Fundação Friedrich-Ebe, especializada em relações com países em desenvolvimento e patrocinada pelo Partido Social-Democrata Alemão. Esta manhã Mário Soares reuniu-se com dirigentes políticos, nomeadamente o chanceler Helmut Schmidt e o presidente do S. P. D., Willy Brandt, regressando depois a Lisboa.

Nas declarações feitas ontem à imprensa, antes da sua partida para a Alemanha, Mário Soares revelou que procuraria atrair a Portugal novas firmas da R. F. A.

Contactos com empresários, ou «empreendedores» alemães, estariam no programa do secretário-geral do P. S., que assim procura um meio de resolver os graves problemas económicos com que Portugal se debate, aumentando a dependência do nosso país em relação ao capital estrangeiro com a intenção de garantir uma estabilidade social que permita algum êxito ao Governo homogéneo socialista a formar dentro em breve. A confirmar esta opinião, com Mário Soares seguiu também para Frankfurt o dr. Sousa Gomes, secretário de Estado dos Investimentos Públicos, com a missão de manter contactos com investidores alemães e discutir o Código dos Investimentos Estrangeiros, em vigor em Portugal.

EMPRÉSTIMO DE 250 MILHÕES

Duzentos e cinquenta mil

hões de dólares será o valor do empréstimo externo que Portugal, apoiando nas suas reservas de ouro, vai contrair a fim de acudir às necessidades decorrentes de desequilíbrio constante da nossa balança de pagamentos, segundo declarações do actual ministro das Finanças, dr. Salgado Zenha.

Salgado Zenha, perspectivando o futuro, afirmou ser necessário «tomar medidas para aumentar as exportações e diminuir os nossos gastos de reservas».

Uma das soluções apontadas pelo titular daquela pasta foi a de restringir a saída de divisas, principalmente no caso concreto de viagens de turismo, sendo Salgado Zenha apoiado nesta posição pelo seu colega Jorge Campinos, ministro do Comércio Externo, que afirmou não haver perigo de que estas medidas assumam aspectos negativos para o turismo português.

22 MILHÕES PARA A CUF

Portugal acaba de beneficiar de mais um empréstimo do Banco Europeu de Investimentos no valor de vinte milhões de unidades de conta (22 milhões de dólares). O referido empréstimo insere-se no âmbito do programa de assistência de emergência da Comunidade Económica Europeia ao nosso país, e prevê que o mesmo seja utilizado na Companhia União Fabril, o maior produtor de adubos, produtos químicos e metalúrgicos de Portugal.

O crédito tem um prazo de dez anos e destina-se a ajudar ao financiamento da construção de uma fábrica e da modernização de instalações metalúrgicas, cujo custo se avalia num total de 55 milhões de dólares. De referir igualmente que o projecto em questão criará 160 postos de trabalho — segundo as informações

manadas do Banco Europeu de Investimentos.

Por outro lado há que assinalar que o Euromercado tinha consentido este ano em colocar à disposição de Portugal um máximo de empréstimos no valor de 165 milhões de dólares, com um abatimento de três por cento nos juros. O desconto reduz efectivamente a taxa de juros de 9,5 por cento para 6,5 por cento.

Com este empréstimo, o auxílio de emergência já concedido por aquele organismo a Portugal totaliza 70 milhões de dólares, tendo ainda o País, em caso de necessidade, a possibilidade de contar com uma soma disponível de 95 milhões daquela moeda.

Almeida Santos esclarece

Do Ministério da Comunicação Social recebemos o seguinte pedido de esclarecimento do titular desta pasta:

«Em resposta à pergunta de um locutor da Radiotelevisão Portuguesa, emiti a título pessoal a opinião de que o Presidente da República eleito, poderia tomar posse por volta do próximo dia 5 de Julho.

«Ao emitir essa opinião tive presente o disposto no artigo 130.º da Constituição, segundo a qual, no caso de eleição por vacatura, a posse terá de ter lugar no oitavo dia subsequente ao da publicação dos resultados eleitorais. Como a situação presente não é de vacatura, terminando as funções do actual Presidente com a tomada de posse do já eleito nos termos da Constituição, pronunciei-me — sem ter presente o texto constitucional — no sentido de que a posse poderia ter lugar imediatamente após a publicação oficial dos resultados da eleição.

«Deixei no entanto de tomar em conta a regra transitória do n.º 4 do artigo 295.º da Constituição, segundo a qual, no caso vertente, o Presidente toma posse no oitavo dia posterior ao apuramento dos resultados eleitorais.

«Como este apuramento só terá início no próximo dia 5, a posse só poderá ter lugar, no próximo dia 13 ou a partir desta data.

«Dada a natural expectativa dos órgãos da Informação, e dos portugueses em geral, relativamente à data da posse do Presidente da República legitimado pelo voto popular, aqui se deixa a rectificação e o esclarecimento.»

Alta finança americana satisfeita com a evolução da política portuguesa

O «Wall Street Journal», o famoso diário dos banqueiros americanos opinou na sua edição de ontem sobre a situação em Portugal, afirmando que «pela primeira vez em décadas, a ideia de pluralismo político na península Ibérica não é um sonho impossível».

O mesmo diário, que reflecte os interesses da alta finança americana e internacional escreve num editorial típico «que Portugal durante uns tempos oscilou loucamente da extrema-direita para a extrema-esquerda e estece a um passo de ser tomado pelos comunistas, elegeu finalmente um presidente que parece menosprezar a ideologia tradicional em favor do simples trabalho duro».

O «Wall Street Journal» avança depois em curiosas análises referindo que «a cooperação entre a maioria portuguesa não deve ser assim tão difícil, uma vez que após dois anos de brincar às revoluções, é evidente que a maioria dos cidadãos importa-se menos com a ideologia e a doutrina do que com a ordem e a estabilidade».

Saltando depois para Espanha o editorialista do «Wall Street Journal» assinala que «alguns críticos queixam-se de que o rei Juan Carlos vai muito devagar na restauração da liberdade política em Espanha, mas a maravilha é o ponto até ao qual o jovem monarca conduziu o seu país, na estrada da reforma, num espaço de tempo tão curto, sem marginalizar quer a direita quer a esquerda revolucionária». A admiração daquele jornal pelo que se passa em Portugal não deixa no entanto de ser inquietante e significativa.

N. A. T. O. CONTENTE

Em Bruxelas meios oficiais da N. A. T. O. consideram que a evolução política portuguesa se consolidou e que «o País recuperou o seu lugar na Aliança Atlântica». A eleição do general Ramalho Eanes foi acolhida com satisfação no seio da organização. Assim, à medida que se vai clarificando a situação política em Portugal a N. A. T. O. vai sublinhando a importância estratégica de Portugal e o seu especial papel na defesa do Ocidente.

«A consolidação de uma democracia de tipo ocidental em Portugal e a ratificação do tratado hispano-norte-americano de amizade e cooperação conjuntamente com a evolução para um regime democrático em Espanha — segundo as mesmas fontes — parecem assegurar a tranquilidade no flanco Sul da Aliança Atlântica.

NA IMPRENSA POLACA

O comentário mais aprofundado parece vir da Imprensa polaca. Num artigo publicado no «Dziennik Ludowy», órgão do Partido Camponês Unido da Polónia, afirma-se que «os portugueses têm já instituições básicas de Governo depois de mais de dois anos de altos e baixos no processo revolucionário».

«Todavia», acrescenta o jornal polaco, «esta estabilização institucional não é acompanhada por uma clarificação da cena política. Assim, a incerteza do amanhã, causada pelas alterações paradoxais no alinhamento de forças, caracteriza ainda as opiniões em Lisboa e por todo o País. Como Mário Soares rejeitou já decididamente a proposta de cooperação com os comunistas numa frente conjunta de esquerda, tornou-se inevitável o alvo de crescente pressão da direita, a partir do momento em que o seu partido não conseguiu maioria suficiente nas eleições parlamentares.»

Noutra passagem do seu ar-

tigo o «Dziennik Ludowy» sublinha que presentemente Mário Soares está apenas pronto a chefiar um Governo minoritário do seu partido, mas se isto acontecer, encontrar-se-á enfrentando uma ofensiva maior das forças de direita, impondo-lhe uma clarificação da sua posição. Para o jornal polaco «a realização dos objectivos socialistas do País, consagrados na Constituição e a salvação da aliança democrática e progressista Povo-M. F. A. dependerão em alto grau da posição que o novo presidente tomar».

«Muito embora o general Ramalho Eanes não tenha de preencher as esperanças das forças de direita, as circunstâncias da sua eleição levantam receios numa grande parte da sociedade portuguesa incluindo também os socialistas», considera o «Dziennik Ludowy».

Prolongado o prazo para subscrição de títulos do Tesouro

Foi prolongado até ao dia 15 do próximo mês de Agosto o prazo de encerramento da subscrição das últimas emissões de obrigações do Estado denominadas «Obrigações do Tesouro, 10 por cento, 1976» e «Obrigações do Tesouro, 6 por cento ouro, 1976» que deveria ter terminado ontem, 30 de Junho.

A procura destes títulos tem sido bastante razoável, pensando-se ao nível dos responsáveis pelas estruturas encarregadas da colocação dos empréstimos que o período que se avizinha, durante o qual milhares de portugueses trabalharão no estrangeiro virão passar férias em Portugal, poderá proporcionar uma procura ainda mais substancial daqueles títulos.

CASINO ESTORIL
SLOT MACHINES JAMES DE 21 JAMES SALA DE JOGOS

WILD HONEY
VEGETAS DA RADIO E DA TV INGLESA
and
BRUNO PAOLO
ADA DE CASTRO

"BLUEBELL GIRLS SHOW"

THO BANDEIRA AND HIS GROUP
ORQ. CASINO ESTORIL dirigida por Ferrer Trindade

DIAMOND SISTERS
"STRIP-SHOW" SONO WONDER BAR

SALAO RESTAURANTE às 23,30 (não aconselhável a M./13)
WONDER BAR à 1,00 (interdito a M./18)
Consumo mínimo, Sábados 140\$00 - Restantes dias 120\$00 (taxas e impostos incluídos)

MATINÉE aos DOMINGOS às 17 horas
Chá completo, 70\$00 (taxas e impostos incluídos)

Sindicato de Garagens, Postos de Abastecimento, Transportes e Ofícios Correlativos do Centro e Sul

Abrangendo os distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém e Setúbal
Av. Almirante Reis, 45. 1.º — Tels. 83 93 18/84 86 33 — Lisboa-1

CONVOCATÓRIA

CAMARADA

Em conformidade com o nosso comunicado publicado na Imprensa diária em 22 e 24 de Maio deste ano e enviado aos nossos Delegados Sindicais, vem esta Direcção informar que vai efectuar reuniões nos distritos a seguir indicados, no intuito de esclarecer e auscultar a opinião dos nossos associados acerca da fusão e verticalização do nosso Sindicato com os Sindicatos dos Transportes Rodoviários dos diversos distritos abrangidos pelo âmbito deste Organismo.

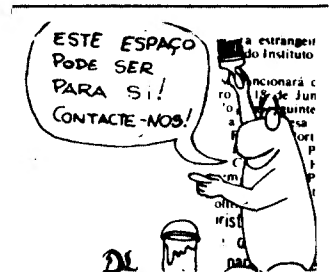
Porque este assunto é de extrema importância para o avanço da luta de todos os trabalhadores contra a exploração das classes trabalhadoras, solicitamos a melhor colaboração dos nossos associados nas reuniões que a seguir discriminamos:

- FARO, dia 3/7/76
DELEGACÃO DO SINDICATO — Rua Tenente Valadim, 36 - 1.º — Faro
- BEJA, dia 4/7/76
SOC. FILARMÓNICA CAPRICHOS BEJENSE
Rua da Moeda, 10 — Beja
- ÉVORA, dia 5/7/76
SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO COMÉRCIO — Rua Gabriel Victor do Monte Pereira, 1 (Antiga Rua da Ladeira) — Évora
- PORTALEGRE, dia 6/7/76
SOC. RECREATIVA EUTERPE — Portalegre
- CASTELO BRANCO, dia 7/7/76
GRUPO INSTRUÇÃO DO BAIRRO DO RODRIGO — Rua Mateus Fernandes — Covilhã
- LEIRIA, dia 8/7/76
UNIÃO DOS SINDICATOS DE LEIRIA — Rua Barão Diamante, 59 - 1.º — Leiria
- SANTARÉM, dia 9/7/76
INATEL — Campo da Feira — Santarém

NOTA: As reuniões terão início às 21 horas.

NÃO FALTES! PARTICIPA!
POR SINDICATOS VERTICAIS UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS
Lisboa, 30 de Junho de 1976

O PRESIDENTE DA DIRECÇÃO
José Eduardo M. Borges



Nacional

GRANDE EXPOSIÇÃO

«A JUVENTUDE SOVIÉTICA»

INAUGURAÇÃO HOJE

**Aberta ao público a partir das
21 H na Sociedade Nacional de**

Bela's Artes

**Todos os dias entre as 16 H
e 23.30 H**

A MULHER AMARELA

DÍAS DE MELO

A mulher era amarela. Certo que tinha cabelos amarelos (não loiros: amarelos), pele amarela, olhos amarelos e se vestia de roupas sempre amarelas, às vezes de amarelo às riscas, o que lhe dava uma elegância muito amarela. Todavia, não por isso que a mulher era amarela.

A mulher era amarela pelo seu sorriso amarelo, pelas suas falas amarelas, pelas suas atitudes amarelas — tudo a reflectir, de modo evidente, a sua alma amarela. Exactamente: a sua alma amarela.

Ter alma amarela significa
isso mesmo: ter alma amarela.
E, porque tinha alma amare-

la, aquela mulher era amarela, totalmente amarela.

Falava de humanidade, compreensão, tolerância, com palavras amarelas, muito amarelinhas. Mas humanidade, compreensão, tolerância dos outros para consigo. Ela, por si, não tinha que ser humana, nem tolerante, nem compreensiva com ninguém: era a mulher amarela. Perfeita, exacta, irrepreensível. Quem é perfeito, exacto, irrepreensível, não admite que exista quem o não seja e não anda sempre com tudo certinho como um relógio.

A mulher amarela, além do seu gosto pela perfeição, pela exactidão, tinha um gosto mais: o do dinheiro. Por isso bordava de manhã à noite, da noite à pela manhã e, tendo quartos disponíveis, recebia hóspedes em sua casa.

Conheci um amigo, homem já maduro, que foi hóspede da mulher amarela. Viu o anúncio no jornal, correu a bater-lhe ao ferrolho, recebeu-o a mulher amarela com sua alma amarela dependurada do seu sorriso amarelo, mostrou-lhe o quarto a alugar.

Quatro paredes vermelhas nuas de quaisquer enfeites, a não ser que se tomassem como tal os portilhados brancos marcados pelas nicas de cal caída já. Entre as quatro paredes vermelhas, no espaço aí de uns nove metros quadrados, ... um guarda-fatos da vida dos afonsinos à esquerda da porta, uma mesinha mais velha que a roca

da velha no canto à direita da janela, uma cadeira a desconjuntar-se em frente à mesinha, no meio daquele aperto, a cama com o colchão mais duro que a pedra mais dura que se possa imaginar, a um lado da cabeceira a ministrar, do outro um baú enferrujado e com a tampa solta. Assim era o quarto, verdadeiramente o cubículo. Para nele uma pessoa se mover, tinha que fazer uma ginástica muito habilidosa — tão apertadinho era tudo aquilo.

A mulher amarela pôs as suas condições: dois contos de réis mensais, pagos adiantadamente: naquele instante, quinhentos escudos — o chamado sinal —, o restante pago no dia da entrada e, fosse qual fosse o dia, a contar do dia 1; no caso de querer sair, prevenir no dia 20: de contrário, o meu amigo teria que pagar um mês inteiro sem utilização do quarto — e, se retilasse, polícia com ele.

O meu amigo aceitou. Estava já cansado de andar a bater em vão a tantas portas — e aceitou.

Preencheu um cheque com os quinhentos escudos. Dúvida, hesitação amarelas, na mulher amarela, nos seus olhos, nos seus gestos. E virou as costas. E meteu-se no corredor. E enfiou no quarto à esquerda. Chegou ao meu amigo a voz de um homem. A mulher amarela voltou. Sim senhor. O marido dissera que sim, que

podia aceitar o cheque.

Dias decorridos, quando o meu amigo foi para se instalar no quarto, a mulher amarela recebeu-o, não com um sorriso, porque com cara de sete palmos amarelíssimos. Não queria cheques. Mandaram-na longe receber o que o meu amigo lhe deixara. Não fora. Devolvia-lhe. E que lhe desse dinheiro, ali a cair-lhe na palma da mão imediatamente. Assim mesmo: ou dinheiro, ou olho da rua. O meu amigo atarentava-se. Sábado. Bancos fechados. As malas arrastadas pelas escadas acima para aquele quarto andar. Depois, ir dormir aonde? Ao relento? O diabo. A mulher amarela não queria saber. A mulher amarela queria dinheiro. Naquele momento. Naquele instante. O meu amigo entrava em pânico. Então de que lhe servia ter o mísero dinheiro que possuía no banco, e na algibeira um livro de cheques? Nada demovia a decisão da mulher amarela: ou dinheiro, ou rua. Valeu-lhe o marido da mulher amarela. O cheque? Porque não? Sim senhor. Tudo se havia de amannhar.

E lá ficou o meu amigo naquela casa da mulher amarela. Perfeita. Impecável. Exigente de perfeição e de impecabilidade.

A mais pequena distracção dele — logo uma rabeçada severa da mulher amarela. Esquecimento da janela ou porta abertas — záz: rabeçada azedamente amarela; esquecimento de apagar uma lâmpada — pumba: rabeçada avinagradamente amarela; uma gota de água derramada por fora da banheira no momento do banho — catrapuz: rabeçada azinabradamente amarela.

A mulher amarela, por si, não tinha um esquecimento, não cometia um desliz, era, enfim, a perfeição personificada. É verdade que muitas vezes não despejava o penico, ou o não repunha no seu lugar quando de lá o levava para o despejo. É verdade que muitas vezes deixava o enchimento de água a garrafa que no quarto existia por aí tal. Isto é verdade. Isto e muitas coisas mais. Mas isto não eram esquecimentos, não eram desliz. A mulher amarela não tinha dessas coisas, dessas fraquezas humanas. Isso era... Eu nem sei o que isso era! O que sei, é que o meu amigo lá ia fazendo o que lhe não cabia a ele fazer: despejando o penico, transportando o penico, enchendo a garrafa de água se acaso lhe dava sede... E ainda mais: dias sem conta a mulher amarela não varria o quarto, não limpava o pó... E o meu amigo calava-se.

O meu amigo é pessoa acomodaticia, pacífica, inimiga de barulhos. Porém, como todos os pacíficos, quando estoura estoura mesmo. E um dia o meu amigo estourou.

A mulher amarela veio-lhe, com palavrinhas mansas de amarelidão cinicamente suave, que o quarto estava barato, que, se ele quisesse continuar, havia de pagar duzentos mil réis! E sabe que mais? Vou-me já por aquela porta fora!

Olhe, minha senhora, eu não lhe pago nem mais um dezréis! E, sabe que mais? Vou-me já por aquela porta fora!

Pedaço de palerma, o meu amigo! Isso era mesmo o que a mulher amarela queria! Tanto que se ficou a rir dele com uma grande e retorcida gargalhada amarela, espelho fiel da sua alma amarela.

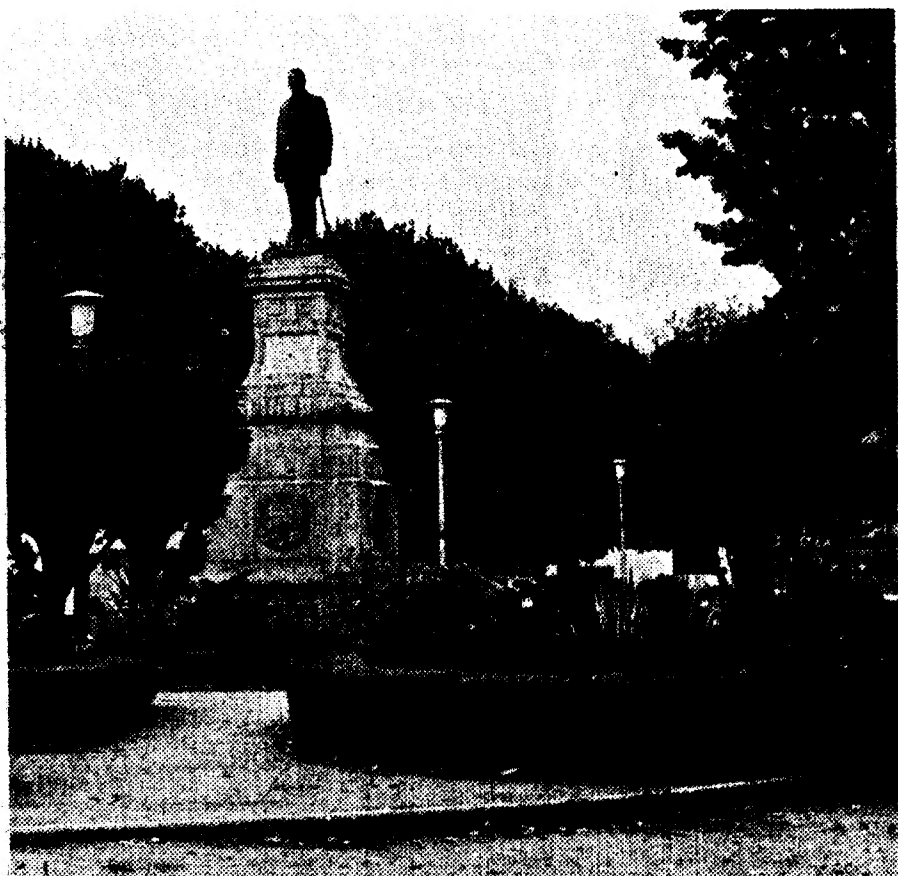
Trêmendamente amarela...

NOVA AGÊNCIA

CASTELO DE PAIVA

Rua Direita

A Caixa Geral de Depósitos participa
a inauguração da sua
Agência em Castelo de Paiva.



Retrato francês dos séculos XVII e XVIII no Museu de Arte Antiga

A exposição actualmente apresentada no Museu Nacional de Arte Antiga e organizada pela Direcção dos museus de França oferece ao público português, além de uma boa selecção de obras de pinturas de vários museus da provincia, um panorama completo da arte do retrato em França nos séculos XVII e XVIII. Uma tal manifestação, promovida pelo Ministério francês dos Negócios Estrangeiros, inscreve-se notavelmente na politica de cooperação cultural entre ambos os países.

Começando no fim do século XVI, com quadros provinciais, a exposição prossegue com algumas obras-primas da pintura do século de Luís XIV: Philippe de Champaigne e Hyacinthe Rigaud, os mais conhecidos, vizinhos com belos retratos do Largillière ou de Ranque, o pintor francês que se distinguiu

na corte espanhola. Deste modo pode-se perceber a evolução estilística de uma pintura de aparato, que, a pouco e pouco, transforma-se, no começo do século XVIII, em pintura psicológica.

Das duas salas consagradas ao século da Revolução Francesa, cuja influência é revelada através das pinturas «neoclássicas» (Suvée, Greuze), salientar-se-ão um grupo muito típico de figuras religiosas (Restout), ou de tipos sociais característicos (caçador sábio, actrizes de teatro) e algumas pinturas de notável qualidade entre as quais o retrato da sua mulher por Nattier, e um deslumbrante esboço de Fragonard, o pintor que já anuncia a maneira do Impressionismo.

Esta manifestação, tanto pelas obras expostas como pelo conjunto que apresenta, merece uma visita.

**AGORA TAMBÉM NA
RUA ANTÓNIO MARIA PAIS, 45 - A**
(Gaveto com a Rua Almirante Gago
Coutinho) em MOSCAVIDE

**Frangos assados na brasa (espeto e
churrasco) e Frangos prontos a cozinhar**

**CASA DOS FRANGOS
DE MOSCAVIDE**

Símbolo de qualidade no comércio de frangos
Rua Artur Ferreira da Silva, 19 - A — MOSCAVIDE



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS



Nacional

RESPOSTA AO P.S.

Trabalhadores e massas populares não reconhecerão como de esquerda um Governo sem o P.C.P.

Em nota dos seus Serviços de Informação e Propaganda, o Partido Comunista Português acaba de responder ao recente comunicado do Secretariado Nacional do Partido Socialista, divulgado no termo da sua última reunião realizada para análise do actual momento político.

«O P. S. continua a insistir na pretensão de governar sozinho, sem alianças. É certo e sabido que não tendo a maioria dos deputados da Assembleia, o P. S. não poderá governar sozinho e precisará de encontrar apoios na Assembleia da República à esquerda, no

P. C. P., ou à direita, no P. P. D. e no C. D. S.», diz a nota dos S. I. P., prosseguindo: «Se o P. S. não deseja examinar com o P. C. P. todas as questões relativas à formação de um Governo de esquerda e à definição de uma política de esquerda, torna-se evidente que terá de estabelecer compromissos e alianças, *expressas ou tácitas*, com o P. P. D. ou o C. D. S., ou com os dois. Em tais condições, um Governo P. S., mesmo homogêneo não realizará uma política de esquerda mas sim a política defendida pelo P. P. D. e C. D. S., já que, como é evidente,

tais partidos não apoiarão um Governo P. S. sem imporem e negociarem condições.

«O P. S. fala do seu futuro programa como um programa de esquerda e do seu futuro Governo como um Governo de esquerda. O P. S. pretende convencer a opinião pública, os seus próprios militantes, simpatizantes e eleitores, de que os partidos que, segundo o próprio P. S., formaram nas eleições regionais da Madeira e Açores uma «santa aliança conservadora, e terrorista contra a esquerda», venham agora no continente a apoiar um Governo e um programa efectivamente de esquerda», acrescenta a nota, rematando: «Os trabalhadores e as massas populares não reconhecerão como de esquerda um programa e um Governo que não tenha o apoio e a participação do P. C. P. e que, como é inevitável, pelo contrário, assente a sua sobrevivência em combinações, compromissos e alianças com a direita reaccionária.»

A nota dos S. I. P. do P. C. P. refere ainda a questão dos resultados das eleições presidenciais e a interpretação deles feita pelo Secretariado Nacional do P. S., afirmando:

«O P. S. desvirtua claramente a natureza e objectivos das eleições presidenciais ao pretendê-las transformar num ple-

biscito sobre o objectivo da maioria de esquerda e o Governo de esquerda, defendido pelo P. C. P.

«O P. S. esquece que a deslocação de votos do eleitorado do P. C. P., longe de representar um abandono da luta por uma maioria, um Governo e uma política de esquerda, revela, pelo contrário, a atracção momentânea pela ilusão demagógica e enganadora de que, votando um candidato militar identificado com o 25 de Abril, se ultrapassariam mais rapidamente as dificuldades — provocadas pelo P. S. — e se caminhará mais facilmente para a aplicação da política de esquerda exigida pelas aspirações populares.

«Ao empolar artificialmente a deslocação de votos do eleitorado comunista e ao procurar desvalorizar a influência e força real do P. C. P., o Partido Socialista, que neste comunicado define uma atitude positiva ao combater as tentativas de aproveitamento dos resultados destas eleições pela direita reaccionária, está afinal contraditoriamente, a favorecer a realização do grande objectivo da campanha reaccionária em curso que se traduz na tentativa, que há-de fracassar, de isolar o P. C. P. para melhor atrair o P. S. à aliança com a direita.»

"COMUNA DE SETUBAL"?

"Baixa provocação"

— diz a Comissão de Oteló

«Uma baixa provocação do jornal «O Dia»... Assim classifica a comissão concelhia de apoio à candidatura do major Oteló uma notícia anteontem publicada por aquele matutino de Lisboa afirmando que os apoiantes de Oteló tencionavam entregar ao antigo comandante do extinto Copcon o «poder» em Setúbal, no dia em que o general Ramalho Eanes fosse empossado em Lisboa como Presidente da República.

A Comissão repudia o teor da notícia em questão que classifica, ainda de «provocação à boa maneira da famigerada PIDE-DGS», apontando como possível o objectivo de «preparar a opinião pública para medidas repressivas sobre os antifascistas de Setúbal e de todo o País que em número de centenas de milhar deram o seu voto à candidatura do major Oteló Saraiva de Carvalho».

O matutino em questão falava de negociações entre a Comissão, por um lado e as autarquias locais, por outro. Ontem,

o governador civil, Helder Madeira, tinha desmentido o teor desta notícia, anunciando que iria proceder judicialmente contra os seus responsáveis.

A Comissão Concelhia de Apoio à Candidatura de Oteló, visada pela falsa informação fornecida pelo matutino de Lisboa, termina o seu comunicado de ontem alertando a população de Setúbal para «a necessidade de se manter mais vigilante e firme perante quaisquer novas provocações que se possam seguir a esta baixa provocação». Comentando estes «ataques», o comunicado denuncia que eles «somentem a intenção de fazer esquecer o 25 de Abril».

Lembra-se que Oteló foi o candidato mais votado no distrito de Setúbal, nas eleições do último domingo. Nas legislativas de Abril, o partido, mais votado, foi o PCP que colocou na A. R. 11 dos 16 deputados possíveis. Lembra-se ainda que é militante do P. C. P. o actual governador civil, Helder Madeira.

Mário Batista visita o Cachão

PORTO, 1 — Após ter visitado organizações dos viticultores da região de Viseu, o dr. Mário Batista, secretário de Estado do Comércio Alimentar, está hoje no nordeste transmontano onde visitará o complexo do Cachão.

Amanhã aquele membro do Governo visitará as regiões de

Vouzela e Vale de Cambra onde terá contacto com unidades avícolas e com a Uniagri. No sábado terá reuniões no Porto com a Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes e reunirá também com representantes de adegas cooperativas e primaristas de vinhos.

E.F.T.A. prorroga sobretaxa às importações

Reconhece o comité dos países membros que integram a EFTA (Associação Europeia do Comércio Livre) que Portugal se debate com «sérios desequilíbrios externos e internos», razão por que aceitou como «medida temporária» a prorrogação até final do ano corrente do sistema de sobretaxa aplicado às importações pelo nosso país.

De acordo com fontes de informação muito próximas da

que a Associação, que a ANOP cita, o comité económico da EFTA teve em consideração, ao prorrogar tal medida, «a dívida externa portuguesa e a sua situação económica». Reconhece ainda o comité a possibilidade de aumento da dívida externa portuguesa, que em parte será contrabalançada com o crescimento do produto nacional bruto (P. N. B.), o qual não deverá, no entanto, atingir os níveis verificados em 1974.

SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO SUL Mais um ataque terrorista contra o Movimento Sindical Unitário Intersindical Nacional

PLENÁRIO DE DELEGADOS SINDICAIS, COMISSÕES DE TRABALHADORES E DIRECÇÕES SINDICAIS

Convocam-se TODOS os Delegados Sindicais e convidam-se as Comissões de Trabalhadores para um Plenário de Direcções, Delegados e Comissões de Trabalhadores a realizar no

SALÃO NOBRE DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO

HOJE, QUINTA-FEIRA, 1/7/76, às 21 horas para discutir acções a tomar contra o terrorismo.

Lisboa, 30/6/76

A Direcção

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDUSTRIAS DE CERAMICA, CIMENTOS E SIMILARES DOS DISTRITOS DE LISBOA, SANTARÉM E PORTALEGRE TRABALHADORES ALERTA

O SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDUSTRIAS DE CERAMICA, CIMENTOS E SIMILARES DOS DISTRITOS DE LISBOA, SANTARÉM E PORTALEGRE RECOMENDA A TODOS OS TRABALHADORES QUE SE TOMEM MEDIDAS URGENTES PARA EVITAR MAIS ACTOS TERRORISTAS.

A LUTA CONTINUA

Lisboa, 30 de Junho de 1976

A DIRECÇÃO

CONFERÊNCIA DOS P.C.'s europeus

Delegação do P.C.P. regressou a Lisboa

Regressou ao fim da manhã de hoje a Lisboa a delegação do PCP que, chefiada por Álvaro Cunhal, participou em Berlim, na Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa, que ontem encerrou. Esta delegação é composta por Sérgio Vilarigues, da Comissão Política do Secretariado do CC, Carlos Aboim Inglês, membro do CC e Helena Costa, colaboradora do CC, além do secretário-geral do PCP.

Ontem, último dia da conferência, o secretário-geral do PCP avistou-se, em Berlim, com o secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Leonid Brejnev. Durante o encontro, que decorreu em ambiente de «amizade fraternal, cordialidade e completa unidade de pontos de vista», Brejnev e Álvaro Cunhal trocaram opiniões sobre problemas de interesse comum para o PCP e o PCUS. No encontro participa-

ram ainda o candidato a membro do «Bureau» Político e secretário do CC do PCUS, B.N. Ponomarev, e o candidato a membro do CC, V.Z. Zagladin.

O documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários Europeus faz várias referências a Portugal, cuja actual situação interna enquadrada na luta travada pelas massas populares em todo o ocidente europeu. Pronuncia-se ainda favoravelmente quanto aos esforços despendidos no sentido da unidade de acção de comunistas, socialistas, Movimento das Forças Armadas e de todas as forças democráticas portuguesas e condena vigorosamente toda a ingerência externa nos assuntos do Povo português, as quais haviam sido anteriormente focadas por Álvaro Cunhal como a «constante chantagem do imperialismo em relação a Portugal».

P.P.D. congratula-se pela vitória de Eanes

O Partido Popular Democrático emitiu ontem um comunicado acerca dos resultados da votação nas eleições presidenciais do passado domingo. O texto destaca, em primeiro lugar aquilo a que chama «a vitória do povo português pelo civismo, pela maturidade, pela consciência democrática mais uma vez demonstrada». A seguir congratula-se pela vitória do general Râmalo Eanes. «Fomos o primeiro Partido a apoiar a sua candidatura» lembra o P. P. D., preocupado ainda com assinalar a participação dos seus adeptos na votação obtida pelo candidato eleito.

Noutro passo, o P. P. D. refere-se aos Açores e à Madeira, salientando a «grande vitória eleitoral» obtida naqueles arquipélagos nas eleições regionais do passado domingo.

UM COMUNICADO DO P.R.P.

«É preciso criar novos G. D. U. P.'s, por toda a parte, desenvolver os existentes, alargá-los

as massas, chamar para eles todos aqueles que sendo independentes, sendo do P. S. ou do P. C. P., está de acordo com o programa destes grupos dinamizadores», diz o P. R. P. num comunicado também ontem emitido acerca das eleições presidenciais. O P. R. P. assinala que «a direita saiu derrotada nas suas ambições de eleição esmagadora de um candidato único e inconteste», diz, referindo-se à vitória do general Eanes. Ao mesmo tempo valoriza sublinhadamente a votação obtida pelo major Oteló.

Falando ainda dos G. D. U. P.'s, o P. R. P. aponta para a necessidade de desenvolver esta forma de organização dos trabalhadores, e fala da necessidade de haver um congresso dentro em breve.

«É preciso ultrapassar práticas sectárias e não travar a dinâmica criadora das massas», diz a organização no seu texto. «É preciso ligar estes grupos dinamizadores às necessidades e às lutas diárias e concretas do povo trabalhador».

Trabalho

Terminou a greve no Serviço Meteorológico

Os trabalhadores do Instituto Nacional Meteorológico e Geofísico (designação atribuída pela nova lei orgânica ao Serviço Meteorológico Nacional) retomaram o trabalho às zero horas de hoje, visto que no Conselho de Ministros de ontem os titulares das pastas da Administração Interna e das Finanças assinaram o projecto de reestruturação do organismo.

O texto fora já aprovado pelo ministro dos Transportes e

Comunicações, ficando retido no Ministério da Administração Interna, de onde foi devolvido aos trabalhadores com alterações feitas pela Direcção-Geral da Função Pública que aqueles não aceitaram. Ontem finalmente, o texto definitivo foi acordado entre a D.G.F.P. e a Comissão Pró-Sindicato, tendo apenas ficado por satisfazer uma reivindicação relativa ao pagamento da hora de trabalho nocturno que os trabalhadores pretendiam ser

equivalente a hora e meia, mas que continuará a ser paga apenas como uma hora. A alteração do pagamento viria a ter implicações no Horário Nacional, pelo que os trabalhadores decidiram em plenário aceitar

por agora a limitação, a fim de não agravar a situação. Consideram no entanto que a obtenção dessa melhoria, que diz respeito só a alguns trabalhadores, será objecto de outras formas de luta posteriores.

Medidas impopulares do VI salvaguardam I definitivo

—acusam trabalhadores das agências de viagens

Manifestar os erros «contidos na portaria do ministro das Finanças» é o objectivo da decisão tomada ontem pelos trabalhadores das agências de viagens do Porto que, para o efeito, criaram uma comissão que se encarregará de elaborar a exposição a fazer ao Governo.

Uma vez mais, ao longo da reunião foi contestada a decisão ministerial de reduzir a sete mil escudos o montante de divisas que cada português pode levar para férias no estrangeiro. Aludiu-se especialmente às delações ontem mesmo prestadas pelos ministros das finanças e do Comércio Exter-

no e Turismo, sendo apontadas as divergências de opiniões entre os dois governantes facto que levantou a questão de estarmos perante um problema político e não económico.

Foi sublinhado que, até hoje, o dr. Salgado Zenha não disse abertamente ao País que não há divisas estrangeiras, o que «leva a supor que elas ainda existem e que é de admitir que se esteja perante uma questão de ordem política e não económica». Foi ainda referido que se estava perante uma tentativa velada de nacionalização do sector, bem como o facto de salvaguardar o futuro Governo atirando sobre o VI

Governo medidas consideradas impopulares.

Sobre o défice de 48 milhões de contos do sector foi sublinhado que apenas «nos pode ser imputado nos últimos dois anos, um montante de quatro milhões de contos». Foi também sugerido que os governadores civis fossem obrigados a fornecer ao Ministério da Justiça os dados sobre pessoas a quem são entregues passaportes; verificar-se-á que haverá pessoas com sete, oito e mais passaportes.

Amanhã à noite os trabalhadores voltam a reunir-se em plenário de novo na Faculdade de Letras.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES

DE SEGUROS DO SUL

15.º MÊS

A PROPÓSITO

DE UMA NOTA OFICIOSA

A ordem dos Ministérios das Finanças e do Trabalho, foi publicado na imprensa diária um comunicado sobre a reivindicação do alargamento do pagamento do 15.º mês a todos os trabalhadores de seguros, que nos obriga a uma tomada de posição, quer no que se refere a maneira como apareceu, quer quanto ao seu conteúdo.

Logo que tomou posse em 17-9-75, a Direcção do Sindicato encarou a sério a integração da Comissão de Nivelamento criada por despacho de 26 de Agosto do mesmo ano. Começamos por indicar o nome do trabalhador que faria parte da Comissão de Nivelamento em nossa representação, deslocando-nos por variadas vezes ao Ministério das Finanças, onde começámos por contactar o dr. Santos Silva, secretário de Estado do Tesouro e, posteriormente, após a sua tomada de posse, o subsecretário de Estado dos Seguros, dr. Firmino Rocha.

Inexplicavelmente, só tarde e após muitas insistências, conseguiram os sindicatos que os nomes dos seus representantes saíssem no Diário do Governo, o que aconteceu em Março de 1976. Como se vê, toda a responsabilidade no «arrastar do processo de nivelamento, até à época do pagamento do 15.º mês, cabe ao Governo, que, agora tão solícito, nos vem aconselhar calma e serenidade, com o tom paternalista de quem exige que se feche os olhos a mais uma arbitrariedade, escondida pela capa da «legalidade».

O aparecimento desta nota oficiosa é também mais uma tentativa de confundir os trabalhadores, não os de seguros — que sabem o que se passa — mas os restantes, que se pretendem voltar contra nós de forma habilidosa.

Em fins de Maio do corrente ano informou-nos o Ministério das Finanças de que nos daria uma resposta concreta, após estudo a efectuar em conjunto com o Ministério do Trabalho. Fizemos os sindicatos diversas tentativas para obterem essa resposta o que não conseguimos, ficando nós espantados pela publicação intempestiva e nas nossas costas, de uma nota oficiosa. Tivemos conhecimento dela pela imprensa diária, não tendo o Ministério das Finanças, sabido assumir a responsabilidade de, directamente, a apresentar aos trabalhadores. Enfim, o que se pretendeu foi voltar a opinião pública contra os trabalhadores de seguros. Isto ficou devidamente comprovado pelo aproveitamento que os jornais fizeram, deturpando a nossa luta muito em especial através de uma nota do jornalista V. D., publicada na «Luta» de 24 do corrente em que de uma forma unilateral, este senhor faz comentários de mau gosto à nossa luta. Enfim, esperamos que este profissional da informação nos contacte para se esclarecer devidamente e poder informar honestamente o público que o lê.

Queremos que fique bem claro a todos os trabalhadores que ao lutarmos por um justo critério de retribuições no nosso sector, não esquecemos a esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses, que auferem salários de fome e com quem estamos solidários na luta pela construção de uma sociedade onde não mais um homem possa explorar outro homem, uma sociedade socialista. Todavia, a nossa paralisada inserir-se na luta para acabar de vez com qualquer discriminação salarial ou de outra ordem, a fim de se chegar a um efectivo e justo nivelamento numa indústria que se diz nacionalizada.

Por outro lado, contestamos o critério dos «direitos adquiridos» aplicado indiscriminadamente, pois que foi esta falta de critério que permitiu mais esta distorção, em que a maioria dos trabalhadores recebeu o 15.º mês, negando-se este pagamento a uma minoria de trabalhadores.

Sabemos que o NIVELAMENTO é o essencial da nossa reivindicação e estaremos prontos a lutar para acabar com os desníveis existentes entre os trabalhadores. Sabemos igualmente que será o C. C. T. a negociar dentro em breve, o passo decisivo para esse nivelamento, mas não prescindimos, para já, do alargamento do pagamento do 15.º mês a todos os trabalhadores de seguros.

Alertamos ainda para o facto de que a aplicação indiscriminada do princípio dos «direitos adquiridos» é perigosa e injusta, pois há já certos privilegiados do antigamente que se começam a movimentar no sentido de que lhes sejam pagas as lutas «surdas» que todos os anos recebiam. Defendemos também que todas as prestações agora pagas — entre as quais o 15.º mês — venham a ser absorvidas em futuros aumentos salariais, integrando-se a nossa luta totalmente na luta mais geral de todos os trabalhadores portugueses por melhores condições de vida.

O facto de a Comissão de Nivelamento ter cessado os seus trabalhos em 9 de Abril, não invalida que nessa altura, já se tivesse concretizado mais um passo para o desnivelamento, pagando-se só a alguns o 15.º mês; todavia, não se tratou de encerrar os trabalhos do nivelamento; mas sim de o transferir para a negociação DO C. C. T. evitando-se assim uma dispersão injustificada de esforços.

Na última reunião da Comissão de Nivelamento foi elaborada uma acta, com os pareceres das partes (Ministérios das Finanças e do Trabalho e Sindicatos) todos eles bastante favoráveis, que apresentamos no Ministério das Finanças como alternativa de negociação, que foi rejeitada pelo subsecretário de Estado dos Seguros.

Afirmamos categoricamente que a maioria dos trabalhadores de seguros recebeu o 15.º mês, embora esse facto não seja fundamental, uma vez que defendemos um efectivo nivelamento, bastando que uma pequena minoria a tivesse recebido para exigirmos o seu pagamento a todos os trabalhadores de seguros.

A invocação do Decreto-Lei 292/75 para dar uma cobertura legal à recusa do pagamento do 15.º mês a todos os trabalhadores de seguros é um argumento frágil, dado que se tratava de uma reivindicação dos trabalhadores aquando da negociação do actual C. C. T., portanto em data anterior à saída do mesmo diploma legal. Nessa altura os dois Ministérios aceitaram que este problema devia ser resolvido por uma comissão de nivelamento a criar. Só que esta decisão tomada muito antes da saída do Decreto foi concretizada em data posterior.

CONCLUINDO:

1. Quando se fala na reconstrução da economia nacional na tal nota, lamentamos que o senhor subsecretário de Estado dos Seguros não se tenha lembrado da reconstrução económica quando o Governo resolveu pagar 30.000\$20 mensais aos membros dos Conselhos de Gestão, isto apesar de os sindicatos terem feito constar o seu desacordo.

2. Concordamos com o facto de o Governo não querer desrespeitar um Decreto-Lei, neste caso o 292/75, mas exigimos que cumpra o combinado sobre o problema do 15.º mês, quando ele próprio através do Ministério das Finanças e do Trabalho, concordou que o mesmo deveria ser resolvido através de uma Comissão de Nivelamento e não por via legislativa.

3. Repudiamos os apelos a consciência e serenidade dos trabalhadores, pois somos nós, trabalhadores, que temos a exigir ao Governo na pessoa do subsecretário de Estado dos Seguros que se porte a altura do seu cargo, tratando os trabalhadores com o respeito que merecem e que ele, como trabalhador, de seguros que foi, não pode esquecer. E o envio da nota oficiosa para os jornais, nas costas dos Sindicatos, foi na realidade uma atitude acintosa para com os trabalhadores.

4. Mau grado todos os «slogans» sobre a liberdade de informação, a verdade é que se quisermos que este esclarecimento chegue ao conhecimento do público, temos que pagar por bom preço a sua publicação, com o dinheiro dos trabalhadores, enquanto o Governo fez publicar o seu, obrigatoriamente, em todos os órgãos da informação.

SAUDAÇÕES SINDICAIS
A DIRECÇÃO

Jovens trabalhadores do comércio apoiam a Reforma Agrária

Um grupo de jovens, filiados no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do distrito de Santarém, que tem desenvolvido um trabalho muito importante no aspecto político-cultural, nomeadamente com a exibição do filme «Deus, Pátria e Autoridade» de Rui Simões, nucluiu no programa das realizações em vias de concretização, uma jornada de apoio à Reforma Agrária.

Esta ideia surgiu na sequência de várias sugestões de alguns sindicatos federados, no sentido de a federação organizar uma excursão ao Alentejo que permitisse aos trabalhadores do comércio um contacto directo com a realidade do processo revolucionário vivido pelos trabalhadores alentejanos.

Os trabalhadores do comércio programaram visitar primeiro uma das cooperativas que lutam com maior dificuldade e depois uma outra já mais evoluída. Este critério possibilita-lhes fazer um estudo comparativo e traçar uma linha de evolução.

A jornada de apoio à Reforma Agrária não se limita apenas a um passeio ao Alentejo pois os trabalhadores do comércio vão oferecer um tractor

e as respectivas alfaias a uma das cooperativas mais necessitadas. As direcções dos sindicatos decidirão a verba com que cada um poderá contribuir tendo-se o Sindicato do Co-

mércio comprometido a pagar a parte restante.

Aderiram à iniciativa os sindicatos de Lisboa, Beja, Braga, Coimbra, Évora, Leiria, Porto Santarém e Stúbal.

NOTA OFICIOSA

Regime de contratação colectiva

O Ministério do Trabalho divulgou (30/6/76) a seguinte nota oficiosa, respeitante ao regime de contratação colectiva:

«Tendo-se suscitado dúvidas quanto à correcta interpretação de algumas disposições do Decreto-Lei n.º 164-A/76, dúvidas essas que, em processo de contratação em curso, se traduziram, quer da parte de associações patronais, quer da de associações sindicais, em tomada de posição que se nos afigura contrária em princípios e interesses que informam aquele diploma, esclarece-se ser a seguinte a posição do Ministério do Trabalho:

Iniciado um processo de negociação colectiva o âmbito dos interesses e destinatários da proposta, prioritariamente pelos próprios termos da proposta; a contraproposta poderá, eventualmente propor âmbito diverso, mais amplo ou mais restrito.

Neste caso, o âmbito será um dos pontos a discutir nas negociações. Na falta de acordo quanto ao âmbito, o Ministério do Trabalho poderá, se for caso disso, fazer uso da faculdade

concedida designadamente pelo artigo 20.

Admitindo-se que se iniciou um processo de negociação e se acorda na definição do respectivo âmbito, expressa ou tacitamente, quer no decurso das negociações, quer em reunião prévia para o efeito efectuada, quer por efeitos da própria contraproposta, pode a certa altura acontecer que uma ou mais das associações, sindicais ou patronais, integradas no processo em curso, decidam apresentar à outra parte ou fracção dela uma proposta de novo processo de negociação, numa tentativa para autonomizar a regulamentação colectiva para certas actividades do sector, profissões ou categorias.

No âmbito da autonomia da vontade das partes, consagrada na lei é legítima e legal a proposta apresentada. Trata-se de uma proposta de alteração ao processo negociado em curso.

Tal proposta só poderá ter efeitos jurídicos nos termos do Decreto-Lei n.º 164-A/76, se for aceite pelo (s) destinatário (s).

Tal proposta não terá quaisquer efeitos relativamente aos destinatários que:

A) — a não aceitem (recusem) expressamente;

B) — não respondam à proposta.

Quanto à hipótese da alínea A) já defendemos que assim é em tese geral. Porém, mesmo que se admita a opinião contrária naquele plano, terá de se entender que, neste caso, a recusa terá como consequência lógica a não alteração do processo negociado em curso. De outro modo, permitir-se-ia a existência de processos sobrepostos, quanto ao seu âmbito, de processos de negociação colectiva, o que é evidentemente contrário à defesa dos interesses colectivos em jogo e, logicamente, à lei que os tutela.

O mesmo entendimento deverá seguir-se mesmo nos casos em que o (s) destinatário (s) não responde (m).

E que, já o dissemos, é excepcional a norma que estabelece no caso de falta de resposta, a continuação do processo de negociação. A razão desta excepção, insistimos, é a de tentar, uma vez que não há recusa expressa à negociação, a resolução do conflito colectivo. Ora, neste caso, tal razão não existe, a discussão dos interesses colectivos encontra-se já em curso; não haverá, pois, que acatular a sua defesa. Legítima tal processo superveniente seria criar dificuldades a defesa dos referidos interesses e não prosseguir na sua defesa.

Assim, a proposta só desencadeará os mecanismos legais relativamente ao (s) destinatário (s) que a tenha (m) aceite.

Quanto aos não-aceitantes o processo inicial de negociação manter-se-á, como se a proposta referida nunca tivesse existido, ou seja, haverá lugar ao recurso às normas de resolução dos conflitos (artigos 13, 14, 15) e, por parte do Ministério do Trabalho, ao exercício da faculdade prevista nos artigos 20 e 21 quando for caso disso »

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES

da Grande Lisboa

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os professores do Ensino Médio e Superior do Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa para uma assembleia plenária no dia 5 de Julho, segunda-feira, às 21.30 horas na sede do Sindicato, Rua das Gravatas, 6 com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação do Caderno Reivindicativo
2. Articulação com outras zonas

O Secretariado do Sector

Trabalho

INTERSINDICAL

Paralisação amanhã de repúdio pelo atentado

Uma paralisação de trabalho a nível nacional, amanhã, durante um quarto de hora, será decretada esta noite, durante um plenário de dirigentes e delegados sindicais e comissões

de trabalhadores, como forma imediata de repúdio pelo atentado terrorista de que foi alvo a Intersindical, ontem.

Logo que foi conhecido o ataque bombista, sindicatos e

empresas de todo o País testemunharam à Intersindical a sua solidariedade, manifestando um vivo protesto pela impunidade das actividades terroristas em telegramas enviados

aos órgãos de poder. Também a Federação Sindical Mundial, que representa cerca de 170 milhões de trabalhadores, exprimiu ao Secretariado da Inter a sua solidariedade, condenando «este acto criminoso que visa perturbar o clima pós-eleitoral e dificultar a vida democrática do País».

Tomando posição pública, o Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa considerou o ataque bombista um prenúncio de que «os reacçãoários vão procurar manter um ambiente propício à desestabilização, desmobilização, e medo, e assim criar as condições para uma prática política autoritária por parte dos órgãos de poder constituídos ou a constituir». Este atentado acrescenta, em comunicado «visou no fundamental atacar o próprio movimento operário popular», pelo que se impõe, em resposta, «firmeza e repulsa».

A paralisação, marcada para amanhã das 11 às 11 e 15 horas, foi decidida durante uma reunião de sindicatos com o Secretariado da Inter. No entanto, esta medida deverá ser submetida à ratificação do plenário a realizar esta noite, pelas 21 horas, no salão nobre do Instituto Superior Técnico, no qual será analisada a posição a tomar pelo movimento sindical. Idêntica reunião prevista para ontem acabou por ser adiada, devido à dificuldade em convocar todos os interessados num curto lapso de tempo.

Deste plenário poderão sair outras decisões, por forma a concretizar amplamente o protesto dos trabalhadores contra as actividades terroristas e reacçãoárias.

De acordo com dados que obtivemos esta manhã, a adesão a esta greve foi praticamente nula nos distritos de Viana do Castelo e Viseu, sendo semelhante à do resto do País nos restantes distritos do Norte.

PADEIROS

"Não" à greve "sim" à luta

«Nós não queremos dizer «não» à continuação do fabrico de pão para a população portuguesa», afirma a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Panificação, após mais uma vez se terem malogrado as tentativas de levar o patronato a sentar-se à mesa das negociações. A reunião estava prevista para ontem, mas os representantes do patronato não compareceram.

Trata-se, no entender da Federação, de uma «tentativa de criar a instabilidade social», mas «nós trabalhadores na panificação não nos deixando manobrar dizemos «não» ao jo-

lo do patronato em alçar-nos em greve».

Reconhecendo que «não nos podemos negar a fabricar o pão, alimento indispensável a todos os que, dia a dia, grangeiam a sua sobrevivência», a Federação dos padeiros apela para a solidariedade de todos os trabalhadores, de todas as organizações sindicais, comissões de moradores, pois entende que só desse modo conseguirá fazer vergar o patronato.

Com o objectivo de discutir a situação, efectuar-se-á no dia 11 uma assembleia de trabalhadores.

Farmácias reabrem amanhã com nova greve à vista

A greve dos ajudantes de farmácia atinge hoje o seu termo, sendo já amanhã retomado o trabalho em todos os estabelecimentos. Esta é a primeira fase da intensificação da luta que, a não ser encontrada solução na mesa de negociações, poderá levar, dentro de pouco tempo, à paralisação total e por tempo ilimitado por parte daquele sector profissional.

Como balanço desta greve, convém assinalar o elevado nível das adesões e, por outro lado, o propósito do patronato em fazer uma «reviravolta» na opinião pública, virando-a contra os grevistas, uma vez que em muitos locais as farmácias foram encerradas o que tem provocado diversos transtornos na população carenciada de medicamentos. E isto apesar de a lei, segundo afirma o Sindicato dos Ajudantes de Farmácia, exigir a presença nos estabelecimentos dos seus responsáveis técnicos.

As negociações parecem, entretanto, seriamente comprometidas, porque nem sequer se têm verificado quaisquer contactos entre os órgãos representativos dos trabalhadores e a Associação Nacional de Farmácias. A próxima fase, a nível

oficial porque prevista no regime de contratação colectiva em vigor, é a de mediação.

Depois do período de greve que hoje termina, e de acordo com informações prestadas ontem em conferência de Imprensa no Sindicato dos Ajudantes de Farmácia, será feita agora uma audição à classe e por outro lado encara-se a possibilidade da realização de uma assembleia geral, na próxima semana.

Na reunião de ontem com os jornalistas, os dirigentes sindicais voltaram a referir que o encerramento das farmácias é devido à não comparência nos postos dos responsáveis técnicos que, na maioria dos casos, se limitam «a alugar os seus nomes às farmácias, não assumindo, no entanto, as responsabilidades do cargo».

OS VENCIMENTOS

A questão dos vencimentos voltou, também, a ser focada, tendo sido apresentada uma tabela dos ordenados actualmente praticados, extraída do boletim da Associação Nacional das Farmácias:

«Há 2784 trabalhadores espalhados pelos distritos de Be-

ja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Portalegre, Santarém, Setúbal, Açores e Madeira, divididos pelas seguintes categorias: 106 aspirantes, 465 praticantes, 600 ajudantes e 1613 ajudantes-técnicos de farmácia, cujas médias de vencimentos são, respectivamente, 900\$00, 1833\$30, 4050\$00 e 5933\$30. No Porto, que conta 1728 trabalhadores, os ordenados que citamos, pela mesma ordem, são ainda mais baixos: 900\$00, 1666\$70, 3694\$50 e 5666\$70.»

Destes vencimentos decorre a necessidade dos trabalhadores fazerem elevado número de horas extraordinárias com o objectivo de compensarem os baixos rendimentos. E as horas extraordinárias são um dos pontos de discordância nas negociações do actual C. C. T. Outros pontos, além da tabela salarial, são as diuturnidades, os escalões, o acesso à escrita.

De acordo com dados que obtivemos esta manhã, a adesão a esta greve foi praticamente nula nos distritos de Viana do Castelo e Viseu, sendo semelhante à do resto do País nos restantes distritos do Norte.

OUTRO C.C.T. EM CAUSA

Operários conserveiros dispostos a lutar

«Que faz mover os industriais das fábricas de conserva? O interesse nacional? O respeito pela actual Constituição? Interrogam-se os Sindicatos dos Trabalhadores das Conservas de Matosinhos, Peniche, Setúbal e distrito de Faro, num comunicado ontem distribuído.

No documento denuncia-se a actual situação em que «entidades patronais, utilizando os mais condenáveis processos dilatórios, têm-se recusado a sentar-se à mesa das negociações, relativas à revisão do C. C. T., demonstrando, assim, o tradicional desprezo a que o patronato vota os mais legítimos interesses dos trabalhadores».

O diferendo caracteriza-se pela entrega às entidades patronais, em Abril, da proposta sindical, mas eles não compareceram, até agora, a qualquer reunião no sentido de negociar

essa proposta, tanto no dia 21, como no dia 29 do corrente mês.

E, em consequência disso, perguntam os sindicatos:

Que interesse move o patronato conserveiro que, utilizando e abusando da mais barata mão-de-obra portuguesa, hostiliza 12 mil operários que após dois anos de 25 de Abril nem o pleno direito ao trabalho ainda conseguiram?

Por tudo isto e porque os operários conserveiros não abdicam, nem do direito ao trabalho, nem a uma condigna remuneração (5700\$00 mensais), nem tão pouco a uma melhoria social, desde já alertam todas as entidades envolvidas neste processo contratual de que os trabalhadores tomarão todas as medidas que no seu interesse entendem como as mais legítimas na defesa de melhores condições de vida e de trabalho.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Trabalhadores debatem reestruturação

A Banca nacionalizada foi acusada por trabalhadores da construção civil de emperrar o processo dos Contratos de Desenvolvimento da Habitação, no Encontro de Comissões de Trabalhadores de Empresas da Construção Civil com intervenção do Estado ou nacionalizadas, que ontem decorreu nas instalações da firma J. Pimenta, na Reboleira.

A Banca nacionalizada, entidade responsável pelo aval do pré-financiamento dos C. D. H., foi acusada de funcionar em termos «meramente capitalistas».

No decorrer dos trabalhos foram denunciadas as fortes pressões que existem a nível governamental para acabar com os C. D. H. e, por outro lado, foi posta em evidência o objectivo da criação dos C. D. H., na vigência do III Governo Provisório, pelo Decreto-Lei 663/74: «Produção de alojamentos a preços acessíveis a amplas camadas da população, mediante a fixação de um preço de custo por metro quadrado de terreno a adquirir.»

O diploma contém algumas definições susceptíveis de provocar má vontade aos que enriqueceram e pretendem ainda fazer fortuna à custa da construção civil, como por exemplo,

a definição de que os terrenos e as estruturas não podem exceder 15 por cento do custo total da construção, o que impede a especulação de solos. Os trabalhadores no entanto consideram o diploma indefinido nalguns pontos, indefinições também responsáveis pelo embargo de que os C. D. H. estão a ser alvo. Assim, por exemplo, um dos problemas mais graves com que se debatem as empresas com Contratos de Desenvolvimento de Habitação é a expropriação de terrenos, porque o diploma «regulamenta qual entidade que deve expropriar, mas não define através de que organismo».

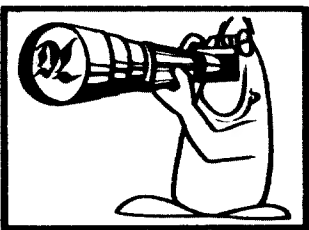
Acrescentou um membro da C. T. da J. Pimenta que em consequência desta indefinição, «algumas propostas continuam sem resolução das instâncias governamentais, e, assim, não poderemos obter os capitais necessários para novas realizações. E depois vêm dizer-nos que somos os responsáveis pela degradação económica das empresas».

Outra indefinição prende-se com a revisão dos preços de custo, pois o decreto consagra esse direito aos empreiteiros que adjudicam a obra, mas não alude aos subempreiteiros, privilegiando assim «empresários de maior dimensão em detri-

mento dos pequenos industriais».

Finalmente, os trabalhadores criticaram o M. H. U. C., pelo seu silêncio sobre estes problemas salientaram que a reestruturação do sector passa pela criação de novas empresas estatizadas, desligadas do passado deficitário das administrações capitalistas.

O Secretariado Provisório dos Trabalhadores da Construção Civil deverá avistar-se hoje com o ministro da Habitação, Ribeiro Pereira, para apresentarem as propostas contidas no relatório sobre a reconversão do sector.



PUB

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA COMUNICADO

O Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa não pode deixar de repudiar o atentado bombista de que foi alvo a Intersindical Nacional.

Sabemos perfeitamente que as forças reacçãoárias que ontem dirigiram os seus ataques contra as Unões de Braga, Porto, Aveiro, e Viseu são incapazes de respeitar qualquer processo democrático. Mas também sabemos que essas mesmas forças que agora atacaram a própria sede da Intersindical, prosseguindo na escalada terrorista contra as forças progressistas e populares deste país, pretendem atingir uma meta que é a destruição de toda a unidade e organização dos trabalhadores, que aquela Central Única representa.

Sabemos isso, mas também não esqueceremos que tal só foi possível pela falta de acção das autoridades responsáveis pela manutenção da ordem democrática e tem recebido a cobertura da parte das forças políticas, que em vez de combaterem a recuperação capitalista preferem combater os trabalhadores, tentando ilegalizar a Intersindical.

Mas sabemos todos os que estão interessados num regresso ao 24 de Abril que a força e unidade dos trabalhadores não se destroem à bomba.

Condenando e repudiando os constantes atentados de toda a ordem contra as organizações dos trabalhadores, o Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa reafirma uma vez mais o seu propósito de lutar pela Central Sindical Única como baluarte que é da defesa dos legítimos interesses das classes trabalhadoras.

CONTRA O TERRORISMO!
ABAIXO A REACÇÃO!
VIVA A CENTRAL SINDICAL ÚNICA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES!

Lisboa, 30 de Junho de 1976
PELA DIRECÇÃO

Nacional

**DEMOCRACIA
AMEAÇADA
PELO TERRORISMO**

7

O Verão explosivo da ilha da Madeira

Célebre pelo seu fogo-de-artifício, que leva os naturais da ilha da Madeira a aprender a manejar os explosivos, a cidade do Funchal tornou-se de repente a capital das bombas: é aqui que mais explosões se tem verificado, muitas delas com a «assinatura» da FLAMA, e outras de origem menos evidente.

Tudo começou às três da madrugada do dia 8 de Agosto do ano passado, quando foi atirado um petardo para dentro do edifício onde se encontram instalados os estúdios e serviços administrativos do Emissor Regional da ex-Emissora Nacional, na Rua dos Netos, em plena baixa do Funchal.

O engenho explosivo, com cerca de 250 g de dinamite, foi atirado de dentro de um carro para uma das janelas do edifício. Decorria a operação «aniversário» e o COPMAD (organização do COPCON na Madeira), em patrulha pelas ruas, seguiu um carro suspeito, mas nada se provou.

Já antes, dois pequenos atentados tinham chamado a atenção para um possível começo de violência: dois engenhos rudimentares explodiram sob os carros do advogado Rui Nepomuceno, apontado como afecto ao PCP, e do capitão Rui Carita, das brigadas de Dinamização Cultural do M. F. A.

A partir de uma primeira impunidade, sucederam-se os atentados, contra organizações e pessoas geralmente tidas como progressistas, e, nalguns casos, também contra indivíduos afectos ao regime caetanista ou a partidos de direita.

Um ano depois, quando explode um petardo no Funchal, há um madeirense que comenta: «Há cinco bombas atrás, o estouro foi mais forte...»

AGOSTO DE 1975

Dia 12 — Uma hora da madrugada: transeuntes que passavam na Rua das Mercês, surpreendidos pelo fumo que saía da garagem, na sede do PPD alertaram os bombeiros. No interior, ardia a carrinha MD-50-81, pertença daquele partido. Suspeita de fogo posto. Foram encontrados papéis em combustão no assento dianteiro do carro, e uma caixa de fósforos no chão.

Dia 14 — Dois fortes rebentamentos, na quinta do Avis-

ta-Navios, em S. Martinho, residência do cidadão austriaco Welmur Winkelmayer, actualmente detido na Penitenciária de Lisboa e apontado como elemento progressista.

Dia 22 — As três da madrugada, um petardo de grande potência destrói o Centro Emissor da Emissora Nacional, no Monte, situado a cerca de 50 metros do hospital dos Marmeleiros. O explosivo usado foi estimado em cerca de 2 kg de TNT e os prejuízos foram superiores a dois mil contos. Esta explosão segue-se a várias críticas e ameaças de que era necessário «calar a Emissora Nacional».

Dia 23 — Em S. Jorge, no norte da ilha, à 1.40 da madrugada, um petardo provoca estragos no estabelecimento «Padaria União», propriedade de João da Silva Branco. O rebentamento deste petardo foi ouvido em toda a região. Na padaria costumavam reunir-se os simpatizantes do PCP.

Dia 27 — Uma carga explosiva rebenta às 4.30 da madrugada, na Rua da Rocha, no Funchal, debaixo de um carro propriedade de José Manuel Gouveia Henriques, funcionário do Banco Totta e Açores, militante do PCP. Os estragos atingiram a habitação, sendo calculados num total de 300 contos.

No mesmo dia, um grupo de indivíduos ligados à FLAMA, tentam incendiar a sede da UPM (União do Povo da Madeira), actualmente integrada na UDP, às 2.15 da madrugada, transportando sacos de plástico com gasolina. São corridos à pedrada por militantes da UPM.

Dia 30 — No complexo turístico da Matur, em Água de Caldas, Machico, cinco jovens são surpreendidos a fazer inscrições «Independência da Madeira, já!», «Fora Portugal» e outras frases de índole separatista. Denunciados pela PSP, foram deslocados para a Câmara Municipal de Machico, onde a comissão administrativa do município preside o padre José Martins, pároco da Igreja Social. Confrontaram-se populares junto ao Município exigindo o julgamento popular dos delinquentes. As forças da ordem usaram, pela primeira vez na Madeira, gases lacrimogéneos contra os populares. Na sequência do confronto entre a população e as forças militares e militarizadas, surgiu o movimento de afastamento do governador e do presidente da Assembleia Municipal.

As forças militares, contudo, não tiveram sucesso.

garagem de João Abreu Gonçalves de Azevedo, presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, e afecto ao MD/PCDE.

Um automóvel ficou destruído e houve estragos nos vidros das casas das imediações, com prejuízo total calculado em mais de cem contos.

No mesmo dia, dois indivíduos pretenderam iludir a sentinela do G. A. G. 2, em S. Martinho, com a suposta intenção de roubar pólvora ou explosivos ali guardados.

SETEMBRO DE 1975

No princípio de Setembro de 1975, informações não confirmadas oficialmente mas divulgadas nalguns órgãos de informação, dão a conhecer que estão detidos à ordem do COPMAD 11 indivíduos relacionados com as actividades terroristas. Nenhum comunicado ou inquérito foi tornado público.

Dia 2 — Na fortaleza de S. Lourenço, zona onde se encontra instalado o Governo Civil, rebentou um petardo pelas 23 horas, que teria sido atirado sobre o telhado do gabinete de trabalho do padre José Manuel

Paquete de Oliveira, delegado do MEIC e elemento da Junta de Planeamento da Madeira, além de director do «Diário de Notícias».

Dia 5 — Em Machico, a demissão do padre Martins da presidência da C. A. da Câmara Municipal, ordenada pela brigada de Azevedo, governador do arquipélago, dá origem a movimentação popular e confrontos de que resultam vários feridos. A P. M. patrulha as ruas da vila.

Dia 7 — No Porto Santo, um grupo de encarregados da educação pressiona o professor Sérgio Moutinho, proposto pela Direcção-Geral do Ensino Básico para a Comissão Instaladora da nova Escola do Ciclo Preparatório, para deixar a ilha imediatamente. A favor do professor interveio o presidente da C. A. da Câmara Municipal do Porto Santo, mas a posição dos encarregados de educação é inamovível, sob o pretexto de que o professor é militante do PCP. Sérgio Moutinho deixa a ilha, de avião, nesse mesmo dia.

Dia 15 — Explode um «engenho não identificado» no jardim da casa de Alfredo Diogo,

no sítio das Romeiras, em Santo António, causando estragos.

Dia 18 — As duas da madrugada, três engenhos explodem no Funchal, com poucos minutos de diferença. No largo Severiano Ferraz, um petardo destrói o carro de Martinho Câmara, actualmente detido por suspeita de implicação em atentados terroristas. No Paço Episcopal, residência de D. Francisco de Santana, rebenta um petardo que estilhaça vidros e causa estragos nos prédios das proximidades. No sítio da Levada do Cavalo, em S. Pedro, outro petardo explode na casa do dr. Vale Teixeira, verificador da Alfândega e delegado sindical na Comissão Regional dos Trabalhadores da Função Pública.

Uma organização intitulada «MARAI», em comunicado enviado aos órgãos da Informação, reivindicando a responsabilidade destas três explosões nos seguintes termos:

«O Movimento Armado Revolucionário Anti-Independência (MARAI). Por cada bomba que a direita ponha, colocaremos três».

PUB

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS EDITAL

Faz-se publico que às 11 horas da primeira segunda-feira que se seguir ao termo do prazo de vinte dias, a contar do primeiro dia após a publicação do presente edital no «Diário da República», no edifício dos Paços do Concelho, proceder-se-á à abertura das propostas apresentadas para o concurso referente à empreitada de: «Parques infantis».

Base de licitação: — 1 101 777\$30

Depósito provisório: — 27 544\$50

Alvará — IV categoria ou 1.ª subcategoria da IV categoria e de classe que cubra o valor da proposta.

O depósito provisório deverá ser efectuado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, suas filiais ou delegações, podendo ser substituído por garantia bancária ou ainda por seguro de caução.

O projecto, programa de concurso e do caderno de encargos estão patentes todos os dias úteis, durante as horas de expediente, na Divisão de Obras Municipais dos Serviços de Urbanização e Obras deste corpo administrativo.

Paços do Concelho de Oeiras, 29 de Junho de 1976

O Presidente da Comissão Democrática Administrativa

Orlando Bernardino Gonçalves

MADEIRA

DE 12 A DOMINGO PARTIDAS DE LISBOA

VOOS REGULARES TAP fins de semana

AVIAO • HOTEL • P. ALMOÇO • TAXAS • TAXA DE MONTAGEM

2490\$

VIAGENS RAWES

Lisboa — em sponência R. Bernardino Costa 47
Expediente Trav. do Corpo Santo, 15 Tel. 37023
Faro — Rua Conselheiro Bivar, 72 Tel. 23195

FÉRIAS

ai vamos nós!



CHAPÉUS DE SOL • BARCOS • COLCHÕES • TENDAS • GELEIRAS • MESAS • BÓIAS • CADEIRAS

NUTRIPOL Pão de Açúcar A. C. SANTOS

As mulheres são mais conservadoras, na política, que os homens. Está provado — dizem — que o eleitorado feminino vota, na sua maioria, nos partidos de direita.

Isto é falso. É um dos muitos mitos. O que acontece é que as mulheres, tal como os homens, defendem os interesses da classe a que pertencem. Tal como os homens, quando despolitizados, assumem posições contrárias aos seus objectivos, às suas aspirações. E, finalmente, as mulheres, assim como os homens, quando esclarecidas e informadas lutam pelos ideais socialistas. Pelo fim da exploração.

Claro que as mulheres estiveram e estão ainda muito afastadas da política. Não basta «apelar para o voto» nas vésperas das eleições. Há que, no dia-a-dia, dar à mulher as mesmas possibilidades de actuação. Nos sindicatos, nos partidos, no Governo, na Assembleia da República. E é isso que não acontece. Esquecem-se de incentivar e criar condições para a sua participação na política. Estas, por sua vez, desinteressam-se. Chega a altura de votar. Votam nos partidos conservadores. Pois é, «não se deviam meter em política se não entendem nada» — argumentam.

No entanto, as mulheres, quando informadas, são capazes de ir muito mais além. Damos hoje um exemplo das posições políticas assumidas numa reunião internacional de mulheres.



Jeanne Martin Cissé quando presidia aos trabalhos de uma outra comissão «A família e a sociedade



Fathia Bettahar, presidente da Comissão «As mulheres e o Desenvolvimento» quando usava da palavra

Como se sabe, em 26 de Outubro do ano passado realizou-se, em Berlim, na República Democrática Alemã, o 7.º Congresso da Federação Democrática Internacional das Mulheres.

Participaram centenas de mulheres de todos os continentes. Representações de diferentes países, com as mais diversas opções políticas. Mesmo assim, conseguiram fazer aprovar moções de apoio a movimentos progressistas internacionais e de repúdio contra os regimes fascistas.

Por exemplo, e numa altura em que os «nossos políticos» lançavam uma campanha no estrangeiro contra a Revolução portuguesa, o Congresso da Federação Democrática Internacional das Mulheres denunciava as manobras imperialistas reaccionárias em Portugal e expressava toda a solidariedade às mulheres que junto com as forças progressistas do seu povo lutam por um Portugal livre e democrático.

Mas para que se saiba, vamos aqui registar algumas das

moções de solidariedade aprovadas no Congresso das Mulheres efectuado em Berlim.

COM A PALESTINA

O 7.º Congresso da Federação Democrática das Mulheres declara que «a solução do problema palestino, que constitui o centro do conflito do Médio Oriente, é a condição para o estabelecimento de uma paz justa na região».

«Nós, participantes no 7.º Congresso da F. D. I. M., expressamos o nosso pleno apoio ao povo palestino em luta pelo direito à autodeterminação da sua pátria. Por isso, apoiamos a resolução n.º 3236 aprovada pela 29.ª Assembleia Geral das Nações Unidas que estipula: «A Assembleia Geral... recordando as suas resoluções pertinentes, que afirmam o direito do povo palestino a autodeterminação».

1. Reafirma os direitos inalienáveis do povo palestino à autodeterminação sem intervenção estrangeira e o direito à independência e soberania

NA POLÍTICA

Serão as mulheres mais conservadoras?

nacional;

2. Reafirma igualmente os direitos inalienáveis do povo palestino em regressar às suas casas e aos seus haveres, dos quais foram desalojados e pede o seu regresso.

E mais à frente: «O Congresso condena todas as tentativas imperialistas de liquidar a revolução palestina e os movimentos de libertação árabes».

«Fazemos um apelo urgente a todas as forças progressistas, à opinião pública mundial, a intervir activamente para obrigar Israel a pôr em liberdade todos os presos políticos palestinos e outros e pôr fim às torturas a que são submetidos...»

CONTRA O FASCISMO

O Congresso realizou-se em Outubro de 75. A posição das mulheres em representação de dezenas de países poderá estar já ultrapassada pelos factos, como seja o caso de Angola. No entanto, as moções foram aprovadas na «época quente». Enquanto isso aconteceu em 1975, a O. N. U. continua a não reconhecer, hoje, Angola para fazer parte deste organismo. Com o veto dos Estados Unidos. Depois de lerem as moções aprovadas no Congresso da Federação Internacional das Mulheres e algumas das moções da O. N. U., que se tirem as conclusões...

Em relação a Angola, foi assim: «O 7.º Congresso, reunido em 26 de Outubro de 1975, condena energicamente a intervenção imperialista em Angola e exorta as mulheres de todo o mundo a desenvolver acções de solidariedade, em apoio e defesa das mulheres e crianças, primeiras vítimas do conflito armado».

O repúdio pelo fascismo ficou bem expresso em todas as moções ali aprovadas. Como em relação ao Chile, Bolívia, Guatemala, Brasil...

O Congresso perante «a brutal repressão da Junta fascista» chilena resolve:

— acentuar a sua acção solidária exigindo a libertação de todas as presas políticas e o fim das torturas e vexames, da repressão, e o restabelecimento dos direitos humanos e das liberdades democráticas;

— exigir a libertação dos destacados dirigentes políticos: Luis Corvalan, Ezequiel Ponce, Anibal Palma, Pedro Felipe Ramirez, Fernando Flores e mais presos políticos;

— contribuir para aliviar a sorte de milhares de crianças, vítimas da repressão;

— participar decididamente em todas as actividades destinadas a isolar política, económica e diplomaticamente a Junta Militar fascista.»

Aqui ficam, portanto, algumas das moções aprovadas no 7.º Congresso. Mas não é só a este nível que se revela o papel de vanguarda das mulheres quando se lançam na luta. Em Portugal, nestes dois anos de revolução, a mulher esteve sempre na «primeira fila de combate». Em defesa das conquistas que alcançou durante este período, estamos certas que as mulheres, trabalhadoras, operárias, intelectuais, donas de casa, estarão também dispostas a enfrentar os seus exploradores.

Lado a lado com todos aqueles que reconhecem a responsabilidade igual de homens e mulheres na vida económica, política, social, na família e na educação dos filhos. Com os que consideram que o pleno desenvolvimento da sociedade só é possível na medida em que a mulher obtenha a sua autêntica e total igualdade. E finalmente com todos para quem a igualdade de homens e mulheres é determinante para o progresso da humanidade, para que impere a justiça social, a democracia, a independência nacional e a paz.

FERNANDA MESTRINHO



Mulheres de todos os continentes, de todas as raças participaram no Congresso Internacional das Mulheres. Ali só existia uma discriminação e essa atingia-as a todas: o serem mulheres

Três mensagens

Quando da realização deste 7.º Congresso foram recebidas mensagens de todo o mundo. Registamos aqui três delas: a do primeiro-ministro da Índia, Indira Gandhi, de Valentina Tereshkova, presidente do Comité das Mulheres Soviéticas e de Yasser Arafat, presidente da Organização de Libertação da Palestina.

INDIRA GHANDI

«Durante séculos as mulheres foram objecto de discriminação política e despojaram-nas dos direitos humanos fundamentais. Na nossa época lutaram pela sua igualdade política e conquistaram-na. Sem dúvida, em muitos países esta igualdade é apenas formal e contam-se as mulheres que dela beneficiaram. Noutros, as mulheres continuam a sofrer as mesmas discriminações. Isso é lamentável para o país em que isso acontece e para o mundo em geral, porque essa discriminação priva a humanidade de metade da sua energia e força (...) São tão grandes os problemas que o mundo enfrenta, que é necessário utilizar todos os recursos humanos para consolidar a paz e eliminar a pobreza».

VALENTINA «A ideia de organizar em 1975 um

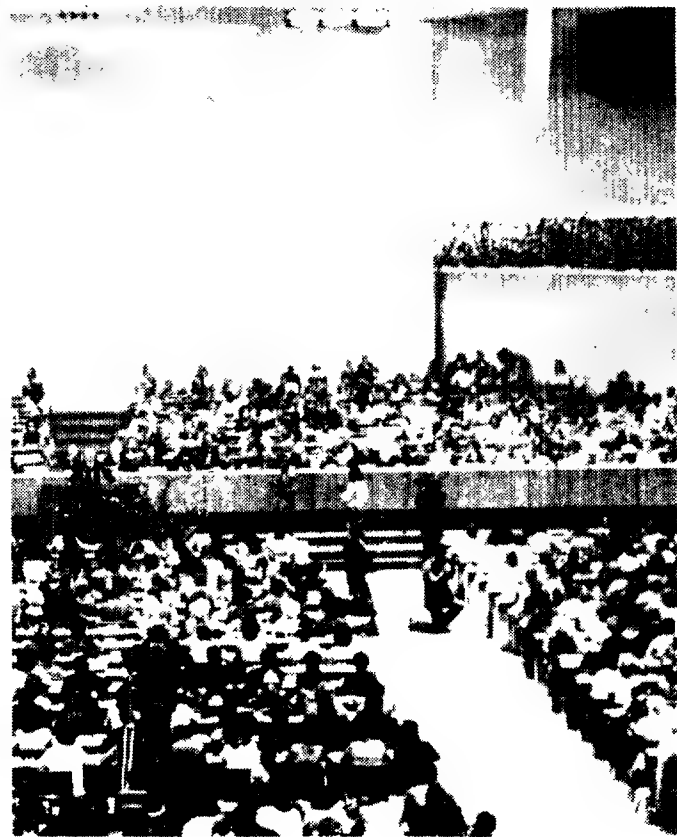
encontro mundial das forças sociais, a fim de que as aptidões e o talento das mulheres estejam ao serviço do progresso da humanidade e da causa da paz mundial, encontrou eco crescente em todos os continentes (...)

Este Encontro mostra que a decisão da ONU de proclamar o Ano Internacional da Mulher foi calorosamente apoiada por numerosas organizações internacionais e nacionais, que responderam ao apelo para realizar acções conjuntas com o objectivo de conseguir a igualdade de direitos da mulher e a sua plena participação no desenvolvimento económico social e cultural do seu país e no fortalecimento da paz».

YASSER ARAFAT

«...que o ano de 1975 seja uma ocasião para intensificar as campanhas de solidariedade com as mulheres do mundo inteiro e com todos os povos que lutam pela libertação nacional. Estou convencido de que este Encontro em Berlim será numa vontade de ir ao encontro do caminho rumo a uma nova e mais feliz paz para todos».

Três mensagens para o 7.º Congresso Internacional das Mulheres. Um desejo expresso. Uma realidade que ainda não se concretizou.



Aspecto de uma das sessões plenárias do Congresso

Estrangeiro

Vias nacionais para o socialismo

PINO DI SALVO (Exclusivo I.P.S.)

ROMA — Durante dois dias, a atenção dos comunistas italianos esteve mais centrada em Berlim do que em Roma, dirigida às vicissitudes do «encontro vermelho» da Europa mais do que os problemas políticos italianos. Enrico Berlinguer, secretário-geral do Partido Comunista Italiano, esteve na capital da República Democrática Alemã acompanhado por dois colaboradores, Gian Carlo Pajeta e Sergio Segre.

A direcção comunista italiana desempenhou um papel de primeiro plano nesta conferência em que participaram 28 partidos comunistas da Europa e que adoptou em larga medida a tese do «eurocomunismo», quer dizer, o complexo de novas ideias sobre o comunismo que se estão a desenvolver nos países da Europa Ocidental e em particular na Itália.

Antes de acabar a reunião de Berlim, constava que o documento final incluiria a renúncia à «ditadura do proletariado» e a proclamação do direito de cada partido comunista à plena autonomia na elaboração da sua própria linha, de acordo com as condições políticas, económicas e culturais de cada país. Cada partido tem o direito e o dever de escolher vias diferentes para as transformações de sentido socialista da sociedade, aceitando também as contribuições e colaborações de outras forças socialistas e ideológicas, espe-

cialmente as católicas.

A velha doutrina do internacionalismo proletário seria igualmente atenuada: em seu lugar seria proclamado o princípio de que os países socialistas, os não-alinhados, os que estão em vias de desenvolvimento e todas as forças democráticas contribuem juntas, e em igual medida, para a salvaguarda da paz e o desenvolvimento dos povos.

Trata-se, compreende-se, de afirmações revolucionárias na doutrina do movimento comunista. A sua adopção não se deu sem dificuldades. O documento de Berlim foi discutido durante mais de dois anos e várias vezes a Conferência esteve à beira do impasse.

A Conferência desenvolveu-se a pouco mais de nove anos de precedente, que se reuniu em Abril de 1967, em Karlovy Vary. (A que se realizou em Moscovo, em 1969, era de carácter mundial).

A ideia da reunião europeia nasceu de uma proposta feita pelo italiano Enrico Berlinguer durante o seu encontro com os soviéticos, em Moscovo, em 1973. A proposta oficial fora feita por iniciativa comum italo-polaca, no princípio do Outono de 1974, e depois de uma reunião em Budapeste em Dezembro de 1974, em que foram acordadas várias iniciativas (entre elas um convénio sobre a cooperação económica entre o Leste e o Oeste firmado em Roma). Em Berlim, foi nomea-

do em Abril um subgrupo (com italianos, jugoslavos, soviéticos, franceses, dinamarqueses e alemães orientais), que depois de várias reuniões encarregou os alemães de preparar um rascunho do documento final.

Foi aqui que surgiram os primeiros desacordos profundos e se verificou uma verdadeira e real divisão. Nem um primeiro nem um segundo documento foram aceites pelos italianos, jugoslavos, espanhóis e romenos, que entrevistaram uma manobra dos «partidos irmãos» mais ortodoxos tendente a restabelecer uma linha de acção comum sob a direcção soviética.

Depois de uma nova série de reuniões, chegou-se em Outubro de 1975 a um novo texto julgado pelos autonomistas como «uma boa base de discussão». Parecia, pois, que a linha dos autonomistas prevalecia sobre a dos ortodoxos, talvez porque o PC soviético estava disposto a ceder em vários pontos de convergência e que a convocação da Conferência se desse antes do Congresso do partido.

No entanto, inesperadamente, na reunião de Outubro do ano passado em Berlim-Leste, quando parecia que se tinha conseguido um acordo sobre um documento que só continha pontos de convergência e que, portanto, podia contar com a adesão de todos os PC's da Europa, o representante do PC soviético declarou que não havia nenhum problema, mas que

era preferível aperfeiçoar o documento.

Em Setembro do ano passado em Paris, e em Novembro em Roma, realizaram-se importantes encontros entre o dirigente italiano Enrico Berlinguer e o francês Georges Marchais. A frente filo-soviética perdia assim um apoio no agrupamento ocidental. Com efeito, o PC Francês passou da área dos ortodoxos à dos autonomistas. Em Março deste ano, numa reunião da comissão de redacção do documento final produziu-se outro golpe de teatro: superadas finalmente as oposições entre filo-soviéticos, por um lado, e italianos, romenos-franceses e espanhóis, por outro (o documento teria reconhecido o princípio das vias nacionais para o socialismo e não teria incluído qualquer menção ao conceito de ditadura do proletariado), o PC Francês pretendia que o documento contivesse uma condenação explícita do imperialismo e aclarasse, em consequência, que os PC's europeus se empenham numa luta contra a NATO e contra todas as formas de integração política e militar propagandeada por certos sectores da social-democracia europeia, em particular a alemã.

À tese dos franceses opuseram-se os italianos e os espanhóis, que já não são atlantistas e desejam muito especialmente manter boas relações com os partidos socialistas e social-democratas ocidentais. Os franceses cederam e o bloco dos ortodoxos frente à união dos autonomistas acabou por renunciar a algumas teses fundamentais.

Medidas no Peru contra a crise

LIMA, 1 (ANOP)

O regime militar peruano alertou ontem os militares da revolução, para que contribuam para evitar acções de especulação e outras atitudes contra-revolucionárias que os «inimigos do povo» tentam levar a cabo, com o propósito de desestabilizar o Governo, aproveitando as «duras medidas económicas» que tiveram de ser tomadas para fazer frente a uma das mais graves crises que o país atravessou.

O conjunto de drásticas medidas ditadas pelo Governo revolucionário como única alternativa para evitar o desmoronamento da economia nacional, acrescido do agravamento do preço do dólar norte-americano, vai requerer de todos os peruanos, sem excepção, «um grande sacrifício» só assim se conseguindo evitar o colapso.

Estes foram os termos usados pelo primeiro-ministro, general Jorge Fernandez Maldonado, quando ontem à noite se dirigiu ao país, para explicar as medidas que o Governo se viu forçado a adoptar para conjurar uma das mais graves crises económicas sofridas pelo Peru, nos últimos anos.

O primeiro-ministro sublinhou no entanto que estas medidas, ainda que muito severas e acarretando sacrifícios temporários muito grandes «especialmente para os trabalhadores de menor rendimento», terão a sua compreensão quando, depois de salva a conjuntura, o Governo continuar com o processo revolucionário.

«A revolução continuará e consolidar-se-á, não obstante estas duas medidas e a curto prazo recolherá os seus frutos que serão os do povo do Peru, pois agora a economia não está estruturada para favorecer somente uns quantos, mas sim à sociedade no seu conjunto», conclui o primeiro-ministro.

Posteriormente e já em tempos e cifras mais técnicas, o titular da pasta de Economia e Finanças, Luis Barua, o único civil no Gabinete Militar Peruano, fez uma análise das causas que levaram o país a tão crítica situação económica.

O ministro advertiu que era previsível que, de imediato, as medidas incidam desfavoravelmente na capacidade de compra da população, mas que dentro de muito pouco tempo «a situação melhorará».

Tanto o primeiro-ministro como Barua, coincidiram nas suas conclusões de que a actual crise peruana é, principalmente importada e um reflexo dos desajustes da economia mundial que se iniciaram em 1973 e estão hoje a desaparecer.

Barua destacou ainda que o novo preço do dólar em relação à moeda do Peru, que foi desvalorizada, permitirá que as actividades mais importantes do país, como a mineração, a pesca e a agricultura, possam compensar a considerável redução das entradas de divisas causadas pela descida dos preços no mercado mundial.

O ministro das Finanças sublinhou ainda que o plano de reactivação económica em curso procura reduzir ao máximo os gastos inúteis e evitar as importações não indispensáveis, no âmbito de uma política global de austeridade.

Finalmente Barua pediu à população para permanecer vigilante a fim de impedir que elementos sem escrúpulos tentem aproveitar ilegalmente as circunstâncias geradas pela aplicação das medidas de austeridade económica, em relação ao reajuste de preços, denunciando os que especulem e açambarquem artigos de primeira necessidade.

MOSCOVO E PEQUIM

Duas políticas diferentes no continente asiático

VLADIMIR YAKOVLEV ("Novosti")

Há cinco anos, no XXIV Congresso do Partido Comunista da União Soviética, foi adoptado um plano de política externa que levou a mudanças positivas nas relações internacionais, consubstanciadas nomeadamente na Conferência Europeia de Helsínquia.

Os estadistas que no Palácio Finlândia subscreveram a histórica acta dessa «cimeira» criaram, desse modo condições favoráveis para a salvaguarda e reforço da paz na Europa.

Mas as propostas soviéticas não se limitaram ao continente europeu. Foram igualmente avançadas outras com vista à garantia e segurança na Ásia numa base colectiva. Se a URSS tem o seu destino e cinco por cento do seu território situa-se a leste do obelisco que divide os dois continentes num desfiladeiro da montanha Curul-Tau. Um terço do continente asiático pertence à URSS. Incalculáveis riquezas situam-se nessa zona do país, onde se vive um surto de florescimento económico, e onde se planeia a longo prazo o desenvolvimento do vasto território da Sibéria. A proximidade geográfica desta região com numerosos países asiáticos cria condições particularmente favoráveis para o alargamento de uma cooperação de boa vizinhança mutuamente vantajosa. Compreende-se, pois, que a URSS tenha interesse no desenvolvimento das relações com os Estados da Ásia, o que foi acentuado, uma vez mais, pelo secretário-geral do PCUS, no relatório apresentado ao XXV Congresso do Partido.

Também os países do continente asiático estão interessados na criação de um sistema de segurança que corresponda aos interesses comuns.

Por isso, as propostas nesse sentido apresentadas pela União Soviética encontraram eco favorável em muitas capitais asiáticas. Por sua vez, Moscovo acolheu com grande interesse as iniciativas de certos países asiáticos ditadas pela preocupação de paz. O apelo no sentido de o Oceano Índico ser declarado zona de paz e o projecto de neutralização do Sudeste Asiático tiveram repercussão positiva. O plano soviético de garantia colectiva da paz extravasou do quadro das regiões isoladas, pressupondo compromissos assumidos por todos os Estados da Ásia incluindo, naturalmente, a República Popular da China.

Depois da vitória heróica dos povos do Vietnam, Laos e Camboja, criou-se nova situação favorável para um diálogo frutuoso tendente à consolidação da paz e de uma cooperação mais estreita entre os povos do continente asiático. Certos estados da Ásia começam assim a fazer nova avaliação das relações nesta área, ainda que o façam com demasiadas reticências. Infelizmente, a inércia da «guerra fria» e o espírito de prevenção contra os três países da antiga Indochina, acabados de sair de trágicas provações, ensombream ainda o clima político da Ásia.

A aliança dos representantes mais agressivos do imperialismo com os maoístas chineses torna-se cada vez mais evidente nesta situação. Uns e outros agem em conjunto contra a iniciativa na Ásia. Isto mesmo é confirmado pela imprensa dos EUA. O jornal «New York Post» escrevia num dos seus números de Março passado que o representante dos falções americanos. Reagan, candidatará à investidura republi-

cana para as eleições presidenciais, considera a direcção de Pequim como aliada fiel e natural do imperialismo na Ásia.

A insistência constante no mito de uma ameaça soviética é necessária ao imperialismo e aos dirigentes de Pequim para justificarem a sua própria linha aventureirista, a sua política de aumento dos armamentos e de dissimulação de designios de expansão na Ásia. A cínica declaração de Mao Tseutung em 1965 testemunha a constante ameaça chinesa que paira sobre todo o Sueste Asiático. Proclamava Mao há cinco anos: «Devemos a todo o custo apoderar-nos do Sueste Asiático, incluindo o Vietname do Sul, a Tailândia, a Birmânia, a Malásia e Singapura. A região do Sueste Asiático é extremamente rica: ali se concentram grandes recursos minerais para cuja obtenção vale a pena investir capitais. Depois de nos fixarmos no Sueste Asiático, poderemos aumentar ali a nossa presença militar. Em consequência disso, teremos então a força necessária para resistir ao bloco soviético-leste-europeu. E então o Vento de Leste vencerá o Vento do Oeste».

A aspiração à hegemonia é amplamente apoiada pelo acréscimo do potencial nuclear da China. O país transformou-se num campo militar.

Tudo isso mostra que a iniciativa soviética visando a garantia real da segurança e, por conseguinte, da existência independente dos países do continente asiático desagradam muito aos ideólogos da política expansionista e de grande potência da China. Fala-se constantemente em Pequim das intenções de «cercar a China»,

e, ao mesmo tempo, recusam-se todas as propostas pacíficas. Onde está, pois, a lógica? É mais que evidente que a invenção da propaganda sobre a pretensa «ameaça do Norte» visa camuflar os motivos reais dos ataques contra a proposta soviética de criar um sistema de segurança colectiva na Ásia.

A guerra imposta aos povos da antiga Indochina causou espanto em todo o mundo pela sua crueldade. Ao mesmo tempo, mostrou que o equilíbrio de forças se alterou naquela zona. Mesmo um pequeno povo que se erga com abnegação em defesa da sua independência e da sua liberdade e que se apoie no auxílio internacional dos países socialistas e das forças da paz pode resistir ao ataque do agressor e lograr uma vitória. O Vietname é uma lição probatória da história dos nossos dias.

Todos os povos da Ásia precisam da paz e da segurança, e o povo chinês também. A paz é o fundamento do desenvolvimento económico, da cooperação internacional e da amizade.

«Compartilhamos da mesma dedicação profunda à paz e à liberdade, da mesma aversão por toda e qualquer forma de domínio e exploração de um país por outro que a maioria esmagadora dos Estados que surgiram das ruínas do sistema colonial» — afirmou Brejnev no XXV Congresso do PCUS, acrescentando que a URSS se propõe continuar a participar activamente na procura dos meios susceptíveis de reforçar a paz e a segurança, e de desenvolver a cooperação na base de igualdade dos direitos dos povos no continente asiático. («Novosti»).

Ministros árabes pedem cessar-fogo no Líbano

CAIRO, 1 (R)

Ministros árabes dos Negócios Estrangeiros pediram um cessar-fogo na guerra civil libanesa para as 11 horas de hoje e concordaram em enviar uma delegação para ciscalizar a proposta tréguia.

Numa conferência-maratona que durou toda a noite, os ministros dos Negócios Estrangeiros da Liga Árabe acederam em enviar o secretário-geral da Liga, Mahmoud Raid, e os ministros de Bahrein e Tunísia, xeque Mohammed Bin Mubarak e Habib Chatti, «dentro de poucas horas», segundo revelaram fontes afectas à Liga.

Além de pedirem um cessar-fogo imediato, os ministros lançaram um apelo para o envio de mais tropas para a força árabe de manutenção de paz, dentro de 12 horas. Até agora, apenas cerca de 600 soldados sírios e líbios chegaram ao Líbano para participarem na força de manutenção de paz.

Riad disse que outras tropas, principalmente soldados sudaneses e sauditas, partiriam para o Líbano, embora não o tivessem feito até agora.

Os ministros solicitaram a todos os países que têm manifestado desejo de enviar tropas para as fazerem seguir imediatamente para o Líbano «sem condições prévias».

Fontes afectas à conferência disseram que a Arábia Saudita pedira garantias de que as

suas tropas não seriam atacadas pelas facções da esquerda e da direita envolvidas na guerra civil.

As mesmas fontes revelaram que o Iraque fora um dos países que oferecera soldados, embora os direitistas tivessem objectado ao envio de tropas pelo Iraque, Argélia e Líbia.

O tenente-general Mohammed Ali Fahmi, o secretário-geral interino da Liga para as questões militares, calculou que uma força aérea de seis mil homens seria necessária para policiar um cessar-fogo no Líbano.

Fontes afectas à Conferência notaram que a Organização de Libertação da Palestina (O.L.P.), cujas tropas têm estado envolvidas no conflito libanês, pedira a todos os países árabes que enviassem contingentes para a força de manutenção de paz.

No entanto, exigências da O.L.P. para que Síria, Iraque e a organização fossem incluídas na delegação de ministros não foram aceites.

Os ministros, que reafirmaram «o compromisso árabe de fortalecer o proteger a Revolução palestina», decidiram também manter em aberto a sua conferência enquanto aguardam o regresso da comissão do Líbano.

Não foi fixado qualquer prazo limite para o trabalho da comissão.

Estrangeiro

PRAZO ATÉ ÀS 13 HORAS

Mais de 200 reféns
ameaçados de morte

NAIROBI, 1 — (R) — Mais de 200 reféns, feitos há cinco dias por guerrilheiros pró-palestinos, achavam-se hoje sob a ameaça de morte no aeroporto de Entebbe, no Uganda, à medida que passavam as últimas horas de um prazo fixado pelos captores.

Os guerrilheiros disseram que fariam ir pelos ares os reféns e um jacto assaltado da Air France a não ser que cinco Governos libertassem 53 presos, cujos nomes indicaram numa lista, e os transportassem para o Uganda, até às 13 horas de hoje, a fim de serem trocados pelos cativos.

O presidente Idi Amin do Uganda, que dirigiu as negociações com os guerrilheiros, foi citado ontem por Rádio Uganda como afirmando que nenhum dos cinco Governos entrara em contacto com ele.

Dos 53 presos — palestinianos ou indivíduos de outras nacionalidades simpatizantes com a sua causa — os guerrilheiros comunicaram que 40 cumprem penas de cadeia em Israel, seis na República Federal Alemã, cinco no Quênia, um da França e um na Suíça.

Rádio Uganda informou também que o presidente Amin conversara pelo telefone com um oficial do Exército judaico em Telavive e lhe dissera para comunicar ao Governo de Israel que deve aceder às exigências dos guerrilheiros.

Os reféns — passageiros e tripulantes do Airbus assaltado sobre a Grécia, no domingo, e desviado para o aeroporto de Entebbe — incluem 145 israelitas ou judeus — declarou Amin.

Quarenta e sete reféns foram libertados ontem, após o marechal Amin pedir aos piratas do ar que soltassem mulheres, crianças e pessoas doentes. Uma delas ficou hospitalizada no Uganda e as restantes seguiram par Paris, num avião especial da Air France.

Os assaltantes, que dizem pertencer à Frente Popular de Libertação da Palestina (F.P.L.P.), pediram a elementos das forças de segurança ugandesas para retirarem para, pelo menos, 200 metros do edifício do aeroporto onde conservam os reféns.

Suferiram também que os soldados abrissem trincheiras para se protegerem no caso dos reféns e o avião, estacionado perto, irem pelos ares.

Rádio Uganda citou ainda o marechal Amin como afirmando ao oficial israelita, identificado como «coronel Bar Lev» e seu «grande amigo», que os piratas do ar dispunham de TNT e de outros explosivos.

TERMINOU A CIMEIRA DE BERLIM

Reconhecida a independência
dos Partidos Comunistas

BERLIM-LESTE, 1 — (ANOP e R.) — Dirigentes comunistas europeus regressam hoje aos seus países, após uma conferência de dois dias que reconheceu formalmente a sua igualdade e independência.

Os secretários de 29 partidos comunistas das Europas Oriental e Ocidental, incluindo Leonid Brejnev, do PC Soviético, deram a sua aprovação unânime ao documento final, de 47 páginas, que afirma que todo o partido tem o direito de traçar a sua própria via nacional para o socialismo, livre da interferência de Moscovo.

Brejnev, que travou também em Berlim-Leste conversações bilaterais político-económicas com alguns dos seus aliados europeus orientais, partirá hoje, o mesmo acontecendo com o presidente Tito da Jugoslávia, o dirigente comunista veterano europeu que participou, pela primeira vez, numa conferência comunista internacional, desde 1948, quando Estaline o obrigou a afastar-se do movimento comunista por se recusar a submeter-se à chefia do Kremlin.

Os discursos proferidos na conferência, cujos textos foram postos à disposição de correspondentes comunistas e ocidentais, tornaram claro que a declaração da conferência pouco significaria na Europa Oriental, onde não traria mudanças, mas confirmaram a linha independente seguida pela

maioria dos partidos europeus ocidentais.

É, todavia, provável que o documento represente uma certa ajuda para os PC's ocidentais nas suas diligências para convencer o eleitorado de que são autónomos e apenas responsáveis perante os seus compatriotas.

Discursos dos dirigentes dos aliados de Moscovo do Pacto de Varsóvia, com única excepção do presidente Nicolae Ceausescu da Roménia, um comunista nacionalista, elogiaram a iniciativa do Kremlin e prometeram continuar a cooperar estreitamente com a chefia soviética. O presidente Todor Zhivkov da Bulgária chegou mesmo a participar a oposição à URSS a crimes contra os povos.

No entanto, à semelhança de Brejnev, exprimiram a sua aceitação do princípio de igualdade acerca do qual secretários dos PC's jugoslavo, Romeno, Italiano e Francês tinham insistido em demoradas negociações que atrasaram a cimeira um ano.

Para persuadir os independentes a assistirem à conferência, patrocinada por Moscovo, a URSS concordou com um documento que omitia qualquer referência ao «papel de chefia», do Kremlin, no mundo comunista.

O documento omitiu também referências ao «internacionalismo proletário», termo comunista tradicional colocando em primeiro lugar a lealdade à União Soviética.

Os dirigentes comunistas, que preconizam uma linha independente, explicaram nos discursos que pronunciaram em Berlim-Leste a razão por que não podiam aceitar as referências. Notaram que elas não tomavam em consideração as condições nacionais que tinham de enfrentar nos seus próprios países.

REFERÊNCIA
À PORTUGAL

O documento final da conferência ontem aprovado em Berlim incluiu alguns pontos respeitantes à península Ibérica.

«Em Portugal foi derrubado o regime fascista e decorre neste país uma luta por mudanças democráticas e sociais de grande alcance» — salienta o documento, que refere sequi-

damente a situação em Espanha: «A monarquia, herdeira do último bastião do fascismo na Europa, procura continuar o franquismo, contra uma oposição crescente e unificada de todas as forças antifascistas e democráticas».

ENCONTRO
BREJNEV-CUNHAL

O secretário-geral do Partido Comunista Português, Alvaro Cunhal, encontrou-se ontem

em Berlim, com o secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, segundo informa a secção de informação e propaganda do PCP, em Lisboa. Durante o encontro que decorreu em ambiente de «amizade fraternal», Brejnev e Cunhal trocaram opiniões sobre problemas de interesses comuns dos dois partidos.

8 No encontro participaram B. N. Ponomarev, membro do comité central do Partido Comunista Soviético e V. Z. Zagladin, candidato a membro do mesmo órgão.

Intervenção de Cunhal
na reunião de Berlim

BERLIM, 1 (ANOP) — «O exemplo dos dois últimos anos (em Portugal) demonstrou ser possível a um país da N.A.T.O. ter um Governo com a participação dos comunistas, levando a cabo profundas transformações económicas e sociais, se o povo lutar com toda a decisão» — sublinhou o secretário-geral do Partido Comunista Português, Alvaro Cunhal, na sua intervenção perante a conferência de Berlim dos representantes dos Partidos Comunistas e operários da Europa.

Cunhal admitiu que «os comunistas vão ter de sair do Governo português», mas defendeu a actuação do P.C.P., desde 25 de Abril de 1974.

«Desde essa data» — afirmou — «o nosso Partido nunca pôs a questão da saída de Portugal da N.A.T.O., nem a retirada imediata das bases militares norte-americanas em território português. Não manifestamos nem pressa, nem impaciência... A dissolução da N.A.T.O. e do Pacto de Varsóvia, defendida por esta conferência, representa uma solução global, na qual poderia incluir-se a solução do caso português».

A propósito das relações entre Portugal e os novos Estados africanos de expressão portuguesa, sustentou Cunhal:

«A revolução portuguesa criou condições favoráveis à cooperação fraternal com esses novos Estados, mas a intervenção e as pressões imperialistas, por um lado, e o esforço das forças reaccionárias e neocolonialistas por outro, provocaram sérias dificuldades, sobretudo no âmbito das relações com os povos de Moçambique e de Angola. Mantendo laços de amizade fraternais com a Frelimo e o M.P.L.A., o nosso partido contribuiu para a superação dessas dificuldades e para o estabelecimento de relações de amizade e cooperação de acordo com os interesses dos povos de Portugal, de Moçambique e de Angola.»

Quanto à conferência dos Partidos Comunistas, Alvaro Cunhal declarou que o P.C.P. aprova o documento presente à conferência e salientou a sua importância «como resultado do intercâmbio de opiniões de todos os partidos e produto de um trabalho colectivo, no qual ele próprio interveio activamente». É esta identidade de interesses de classes que constitui a base objectiva da unidade e da solidariedade mútua entre os Partidos Comunistas e operários, a base dos altos princípios do internacionalismo proletário — concluiu o chefe da delegação portuguesa.

Expulsão do embaixador líbio
agrava relações Sadat-Gaddafi

CAIRO, 1 — (R.) — O embaixador da Líbia no Cairo, Milod El-Sedik Ramadan, partiu hoje de regresso ao seu país, após ser expulso do Egipto por acusações de distribuir panfleto subversivos.

O incidente assinala um novo agravamento das relações entre os dois países, já tensas.

Ramadan foi preso pela polícia de segurança egípcia e detido, durante algum tempo, após milhares de panfletos, prontos para distribuição, serem encontrados no seu automóvel estacionado — revelaram as autoridades.

Observadores notaram que o dirigente líbio coronel Muammar Gaddafi, reagiria provavelmente à expulsão e faziam conjecturas que poderia ir mesmo ao ponto de cortar as relações com o Egipto.

Ha poucos meses o Egipto acusou o coronel Gaddafi de enviar brigadas de sabotagem para este país, algumas das quais deveriam assassinar figuras egípcias de destaque. Foram presos vários líbios. O coronel Gaddafi retaliou expulsando milhares de egípcios que trabalhavam na Líbia.

Funções egípcias disse-

ram que os panfletos achados no carro do embaixador incitavam os egípcios a revolta rem se contra o Governo do presidente Anwar Sadat.

Observadores salientaram que a decisão de ontem de declarar Ramadan «persona non-grata», juntamente com o encerramento da Embaixada síria e a expulsão de todo o seu pessoal no Cairo, em Junho, pareciam assinalar o começo do colapso da frágil federação tripartida das repúblicas árabes, que agrupava o Egipto, Líbia e Síria.

Conspiração na Jamaica
para derrubar o Governo

KINGSTON (JAMAICA), 1 — (R.) — O primeiro-ministro da Jamaica, Michael Manley, afirmou em Kingston que forças de segurança confiscaram documentos revelando uma conspiração para derrubar o seu Governo.

Ha onze dias o Governo impôs o estado de emergência no país e disse que a medida era necessária por causa da onda de violência que causou já cerca de 160 mortos nesta ilha, este ano.

Manley declarou ontem, a noite, na Câmara dos Representantes, que um candidato a uma eleição do Partido Trabalhista da Jamaica (PTJ) confessou que lhe pertenciam os do-

cumentos.

O chefe do Governo disse ainda que forças de segurança apreenderam uma pasta com três documentos escritos por esse candidato, Peter Wittingham.

Os documentos enumeravam armas militares do tipo utilizado em operações para militares, relacionadas com a deposição por meios violentos do Governo — continuou Manley.

Gravações em fita magnética de transmissões feitas pelas forças de segurança tinham sido confiscadas na residência do senador Pearnell Charles, dirigente do P.T.J. que foi preso na semana passada.

Caleidoscópio

MADRID, 1 — (ANOP) — A maioria dos espanhóis quer o reconhecimento de todos os partidos políticos assim como a intensificação dos contactos entre o governo e a oposição, o sufrágio universal para a eleição dos membros das duas futuras câmaras legislativas, enquanto a reforma não convence — tais são as principais conclusões de uma sondagem do instituto de opinião pública, organismo oficial, feita a pedido do governo.

Entretanto, o parlamento espanhol aprovou o projecto de lei que estabelece em 12 milhas marítimas a soberania do Estado espanhol sobre o mar.

PORT LOUIS (MAURÍCIA), 1 — (R.) — Ministros africanos dos Negócios Estrangeiros ter-

minaram hoje em Port Louis uma sessão com resoluções duras contra a África do Sul, incluindo um apelo para boicotarem os Jogos Olímpicos de Montreal se a Nova Zelândia neles participar.

Um informador da Organização de Unidade Africana (OUA) disse que a resolução sobre o boicote africano seria certamente aprovada e apreendida, juntamente com outras, à cimeira dos 48 estados da OUA, que se inicia amanhã.

Os africanos ficaram irritados pela digressão à África do Sul de uma equipa de ragbebi neozelandesa, a seguir às desordens raciais naquele país, no mês passado, em que morreram mais de 140 africanos.

VARSOVIA, 1 — (FP) — Mor-

ram hoje em Radom durante os tumultos que se seguiram ao anúncio do aumento dos preços dos produtos alimentícios na Polónia, segundo revelou o presidente da municipalidade num comício celebrado ontem no estádio da cidade, que foi retransmitido em parte por Rádio Varsóvia.

O presidente da municipalidade de Radom, Tadeusz Karvicki, declarou igualmente que ficaram feridos 75 milicianos, oito deles gravemente. Karvicki, condenou muito violentamente a acção dos «arruaceiros e vadios» responsáveis pelos acontecimentos e que «deixaram de ter lugar na sociedade de Radom».

O comício foi organizado para mostrar que a população apoia os dirigentes do país.

Tribunal da Comarca
de Lisboa
4.ª Vara Cível
ANUNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem de garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamar o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que se começará a contar da segunda e última publicação do respectivo anúncio.

Execução de Sentença (Sumária) N.º 1803/C, 2.ª secção
Exequentes: Metalúrgica Duarte Ferreira, S.A.R.L.
Executado: Beltrão Gonçalves e mulher Maria da Conceição Pinheiro residentes em Outeiro, Gondar, Guimarães.

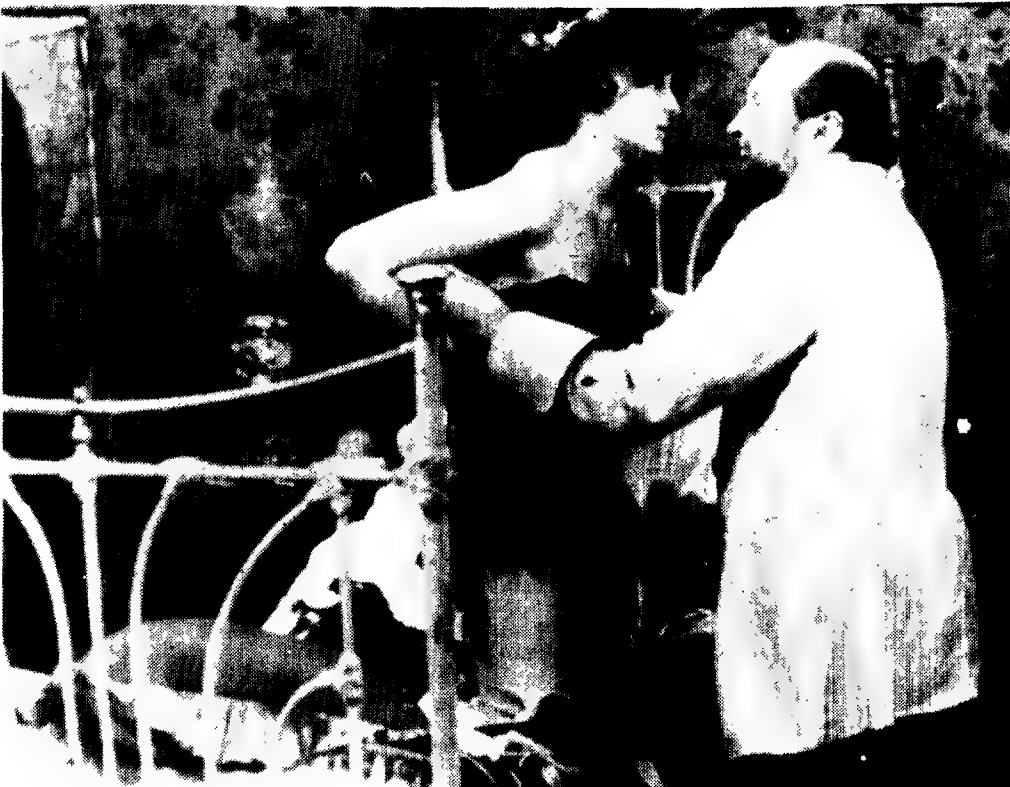
Lisboa, 18 de Junho de 1976
O Juiz Concedor
a) Amândio Figueira Torres Paulo
O Escrivão de Direito,
a) Henrique Pereira da Cunha

Espectáculos

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

"A história de um pecado" de Walerian Borowczyk



Um melodrama novecentista pontado por Sade, Bataille ou Baudelaire

FICHA:

Título original: Dzieje Grzechu
Realização: Walerian Borowczyk (Polónia 1975)
Argumento: Walerian Borowczyk, segundo novela de Stefan Zeromski
Fotografia (eastmancolor): Zygmunt Samosiuk
Música: Mendelssohn e Johann Pachelbel
Montagem: Lidia Pacewitz
Interpretação: Grazyna Dlugolecka (Ewa), Jerzy Zelnik (Lucasz), Olgierd Lucaszewicz (conde Szczerbic), Marek Walczewski, Roman Wilhelm Karolina Lubienka, etc.
Distribuição em Portugal: Filmes Castello Lopes
Cinema: Londres
Classificação: Não aconselhável a menores de 18 anos
Duração: 128 minutos

O título indica: trata-se de uma história com moral, trata-se de um breve ensinamento de costumes. O que o título não diz é o rigor filmico com que é levantado este filme, é o embalamento irónico, a carga mordaz, o erotismo subtil e continuado.

Em pleno melodrama novecentista, romance de cordel que faria suspirar e chorar os nossos avós, num ambiente de crime e castigo e fatalidade, como convém, Borowczyk introduz os cortes ideológicos que bem poderiam provir de Sade, Bataille ou Baudelaire (aliás citados no filme), subvertendo pouco a pouco a linearidade de um discurso a um primeiro nível moralizador e que acaba gloriosamente amoral.

O início do filme dá o tom. Ewa confessa-se e recebe do sacerdote as regras de conduta para evitar a queda, sobretudo

do pecado da luxúria. Estão definidos os caminhos do Bem e do Mal e o filme irá, aparentemente, narrar os infortúnios de alguém que se desviou dos caminhos do Senhor.

O que é curioso nesta película é que os caminhos do Bem e do Mal não serão tão lineares como isso. A confusão estabelece-se de pronto e, de súbito, é talvez aos infortúnios da virtude que assistimos, o mesmo é dizer, à completa alteração dos dados do problema.

O erotismo, a orquia dos sen-

tidos, é porém uma arte. É um refinamento, uma subtilidade de pequenos detalhes, uma breve sugestão, como um toque, uma carícia e um olhar. E é a este nível que *História de um pecado* se projecta para lá da história que narra (sobre um pecado que permanecerá oculto), situando-se já à superfície da sala em que se exhibe. Todo o tempo este filme é um apelo ao prazer do espectador, ao seu próprio libido, a sua inteligência. Repare-se, por exemplo, na economia de meios usada por Borowczyk, na sua recusa total do pleonasmo, marcando uma ideia, uma sugestão, um facto, por sinais precisos, mínimos, exactos e sempre es-pantosamente claros e direc-

tos. Repare-se como o erotismo se varre do écran dando lugar à violência (mas não é esta o outro lado do erotismo?) quando os personagens em cena (os dois vilões) primam pela vulgaridade, incompatível com o prazer dos sentidos (como parece dizer o realizador) o que provoca ao nível do público um sentimento de incómodo profundo.

História de um pecado é, pode dizer-se, o antiporno perfeito. Porque demonstra à saciedade que erotizar o olhar nada tem que ver com voyeurismo grosseiro, porque o eros existe à flor da sensibilidade e da inteligência, depois da queda e antes da morte.

"O Grande Cidadão" aproxima-se do fim



O fim das representações da peça «O Grande Cidadão», que o Grupo de Teatro de Campolide tem vindo a levar à cena desde 17 de Março, está para breve.

Assim, os últimos espectáculos de «O Grande Cidadão» (uma adaptação cénica de Virgílio Martinho de um romance seu com o mesmo título),

e cuja encenação pertence a Joaquim Benite, terão lugar em Campolide de 7 a 11 de Julho.

É de registar ainda que esta peça marcou a estreia de um novo cenógrafo, José Froufe, e que contou com a direcção musical de Carlos Paredes e a colaboração de Teresa Dias Coelho na criação das máscaras que integram o espectáculo.

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIÁRIO DE LISBOA está à venda no CAFÉ REMO

Crítica de Teatro

CARLOS PORTO

Alentejanos rejeitam Ruzante

HISTORIA DE RUZANTE de Angelo Beolco. Tradução: Christine Zurbach, José Peixoto e Mário Barradas. Dramaturgia: Christine Zurbach. Encenação: José Peixoto. Cenografia e figurinos: Christian Ratz. Intérpretes: Fernando Mora Ramos, Leandro Vale, Teresa Gonçalves, José Água-Doce, Rui Madeira, José Caldeira.

EVORA Cidadelivre do teatro de Vasco Morgado! Com efeito, a ocupação do Teatro Garcia de Resende pelo Centro Cultural de Evora tem impedido que o teatro de Vasco Morgado — o empresário do anti-gamente — continue a espalhar as suas drogas pela capital alentejana. Daí, os panfletos espalhados na cidade promovendo um espectáculo com a «Piscina» em Viana do Alentejo...

Um dos grupos de teatro do Centro Cultural de Evora levou a Reguengos de Monsaraz um espectáculo intitulado «Histórias de Ruzante» composto por três textos de Angelo Beolco: «A oração de boas-vindas ao cardeal Francisco Cornaro e dois dos seus mais conhecidos diálogos», «Falatório de Ruzante de volta da guerra» e «Bilora». Este espectáculo realizado na Praça de Touros e integrado nas Festas da vila foi positivamente rejeitado pelos milhares de pessoas que a ele assistiram, grande parte das quais abandonaram o recinto. Valerá a pena analisar as razões do fracasso, as quais a nosso ver são ao mesmo tempo razões pontuais e de fundo. As primeiras têm a ver com as circunstâncias em que o espectáculo foi apresentado. Feito para espaços pequenos, tendo a palavra como principal elemento de expressão — o espectáculo foi feito ao ar livre para espectadores que estavam colocados, em alguns casos, a grande distância. Este facto obrigou os actores a utilizar outros registos de voz para conseguirem comunicar o texto o que prejudicou a certa altura as suas capacidades vocais. Acontecia, além disso, que o espectáculo foi integrado num tipo de festas que difi-

cilmente aceita o teatro (na véspera tinha havido no mesmo local uma sessão de nacional-cançonetismo).

Estes factos que nos parecem importantes para a explicação do fracasso do espectáculo em Reguengos de Monsaraz, são no entanto insuficientes. Há problemas de fundo que nos parecem mais decisivos. Dizem respeito à noção de teatro popular e referem-se, portanto, ao texto.

«Histórias de Ruzante» põe o problema do teatro que interessa fazer de acordo com o público para quem é feito. A nosso ver, o texto de Beolco não tem interesse para o público ao qual se dirigia. O programa do espectáculo demonstra, a seu modo, aquilo que queremos dizer: os textos eruditos que insere dirigem-se necessariamente a um público elitário, sob o ponto de vista cultural, que não tem nada a ver, supomos nós, com o público do C. C. E. Na nossa opinião, o espectáculo não tem interesse para o público alentejano ou para qualquer outro público de trabalhadores (poderá interessar um público intelectual curioso das formas históricas do teatro e da obra importante do autor). Não tem interesse nem sob o ponto de vista teatral nem sob o ponto de vista ideológico. Grande parte decorre em forma de diálogo e as situações equivocadas que apresenta parece-nos que não tocam os problemas que neste momento interessam os trabalhadores portugueses. É certo que o espectáculo levanta algumas situações interessantes (é o caso da «participação do povo nas guerras promovidas pelas classes dirigentes», como se diz no programa), essas situações, no entanto, diluem-se na trama geral do espectáculo.

Lamentamos que os factos já apontados tenham prejudicado o trabalho dos intérpretes que, aliás, nos pareceu correcto. É de sublinhar a serenidade com que enfrentaram o desagrado do público, interrompendo o espectáculo para logo o retomarem sem problemas.

CICLO DA CASA DA IMPRENSA

"Tudo a postos, nada em ordem"

Uma película realizada por uma mulher Lina Wertmüller, constitui o segundo filme do XIII Ciclo de Cinema da Casa da Imprensa, que está a decorrer no cinema Império, desde ontem e até ao dia 15 com sessões às 15.15, 18.15 e 21.15 horas, sob a sigla «Cinema no Feminino».

«Tudo a postos, nada em ordem» é o nome deste novo filme de Lina Wertmüller, que relata a história de um grupo de jovens emigrantes na dura Milão dos anos 70. Gigi, Carletto, Sante, Adelina, Isotta e Mariuccia procuram integrar-se com o entusiasmo e a obstinação de gente que pouco ou nada tem a perder e deslumbram-se com as solicitações da civilização de consumo.

Carletto consegue um emprego estável. Conhece Adelina, que trabalha como criada, e quer casar com ela. Mas, vendo bem as coisas, o casamento é antieconómico e decide esperar.

Gigi prefere o caminho arriscado da má vida. Conhece um grupo de larapios, com quem passa a actuar.

Sante, siciliano obstinado e sentimental, perdidamente apaixonado por Mariuccia, falha todas as tentativas de integração e acaba por se ver a braços com a mulher e sete filhos para sustentar, a disposto a fazer tudo para que nada lhes falte.

Cada qual vive a sua vida cidadina num clima de tensão e violência. A cidade estende-se como uma ameba, tensa no esforço de construir uma capital civilizada e ordenada mas onde, na realidade, a ordem só é aparente.

Por fim, Carletto o mais sensível, o que nunca conseguiu integrar-se na grande cidade, após a sua alucinante tentativa de salvar os valores humanos fundamentais, pergunta a si próprio se não seria justo combater com uma recusa a brutalidade da alienação operária.

NEURO
P. DE ESPANHA metro PALHAMA. tel. 77 09 09

grupo 4 apresenta

O CÍRCULO DE GIZ CAUCASIANO



Todas as noites às 21 e 15
Sábados e domingos às 15 e 30 e 21 e 15
Descanso à 2.ª feira

CONION

O MELHOR EM CAPTAÇÃO E SOM

O melhor Rádio e Gravador do Mundo

Rua Pascoal de Melo n.º 7, 1.ª — Lisboa

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

1.ª Vara

ANUNCIO

faz-se saber

QUE, pela 1.ª Vara e 1.ª secção de processos, pendem uns autos de acção ordinária que União de Transportadores para Importação e Comércio Limitada (UTIC) com sede em Lisboa, na Avenida da Liberdade 136-1, move contra Interauto Automóveis de Aluguer Limitada, com sede na Rua Carvalho Araújo, n.º 102-A também desta cidade, e, nos mesmos autos, correm editos de trinta dias citando os chamados à autoria AUGUSTO JOSE REBOCHO MALHEIROS e mulher MARIA HORTENSE AMBRÓSIO NETO PALMINHA MALHEIROS, cuja última residência conhecida foi na Rua D. Fuas Roupinho, n.º 24-2, directo em Lisboa, para no prazo de oito dias, findo o dos editos, declarar se aceitam a autoria a que é chamado pela ré ou não aceita, conforme seu requerimento nos autos. SE os citados declararem que não aceitam a autoria a acção seguirá só contra a ré primitiva, constituindo depois quanto a ela caso julgado a sentença que vier a ser proferida, nos termos do número um do art. 327.º do Código do Processo Civil. Não fazendo os citados qualquer declaração, ficam considerados como tendo por isso contestado a acção, nos termos do art.º 328.º n.º 1.º do Código do processo civil.

Lisboa, 11 de Junho de 1976

O Juiz Corregedor:

(José Artur Pessoa Monteiro Marques)

Canal da Crítica

POR MÁRIO CASTRIM

AUGUSTO BOAL: ESTAR VIVO

Amigo,
Não podes imaginar a alegria com que te vi entrar em minha casa. Com que te vi entrar assim direito e firme, a sorrir. Contavas singelamente a tua passagem pelas prisões desse a quem chamamos, por hábito, de mais um século, «o país irmão». Contavas, e nem um rasto de ódio no teu rosto: apenas a tarefa simples de denunciar o crime e a infâmia, em memória de tantos e tantos companheiros que purgam, nos tormentos, o amor à sua pátria e à causa da libertação dos homens. Por cima de tudo isso, tu sorrias. Sorrias, quer

dizer: estavas vivo.

Coisas importantes sei que disseste muitas. À pressa, em regime de contra-relógio. As tuas experiências de teatro invisível e de teatro-jornal me receriam (deveriam) ser tratadas com mais lentidão, com mais sabedoria de TV, com mais atenção por ti e por mais alguma coisa que te ultrapassava. Mas a Televisão Portuguesa é assim. Basta dizer-te que tivemos em Portugal o teu compatriota Luís Carlos Prestes e sabes o que fez a Televisão Portuguesa? Começou por ignorar-lo ostensivamente e depois concedeu-lhe a honra de

dois ou três minutos num telejornal envergonhado! Ou desavergonhado, se quiseres.

Vou dizer-te mais. Estiveram entre nós nomes grandes da luta antifascista como Arizmendi, desse país-prisão que é o Uruguai, e Riquelme, desse país-cemitério que é o Chile. Pois sabes o que fez a Televisão Portuguesa? Ignorou-os completamente...

Tu próprio, Augusto, se estiveste agora na Televisão foi devido à tua categoria profissional percebes? Era escandaloso, ao nível da «cultura», ignorarem a presença do grande

homem de teatro, que se chama Augusto Boal. Por isso lá foste. Que noutra qualidade não irias lá nunca.

Falaste de teatro, como não podia deixar de ser. É a tua forma específica de respirar, é a tua outra maneira de respirar. Porque todos nós temos outra. Outra, além da respiração propriamente dita. Todos tu o disseste e com razão todos somos artistas. Todos temos um dom. Não importa a graduação desse dom, do mediocre ao genial, o que importa é praticá-lo, não o calar nem o sufocar, integrá-lo no desenvolvimento harmonioso da nossa personalidade. Praticá-lo não para o meter nas calhas da eternidade, mas para o incluir como um elemento mais da nossa construção pessoal e social.

Isto o capitalismo não faz. Isto não o faz porque o capitalismo só pode ser servido por homens destruídos, por inómens. Qualquer que seja a forma do capitalismo: à inglesa curta, à sueca, à alemã, à americana.

Sabes isso melhor que ninguém. Ao ouvir-te, contudo, eu passava muito para além das tuas palavras, importantes fossem elas. Eu estava a ouvir outras palavras tuas, palavras escritas: Não queriam um milagre? Ai está o milagre. O povo, depois de tanta repressão, de tanta tortura, o povo está lutando. Isso, sim, é um milagre. Eles nos queriam matar a todos. Mataram muitos. Uns morreram de bala, outros morreram de medo...

Apesar disso, a esperança que às vezes se finge de morta, para melhor resistir como a brasa que toda se enrola de cinza para se defender do ar que a destrói. Mas alguns começaram a dizer baixinho eu estou vivo, eu estou vivo, e outros ouviram a voz que dizia que estava viva e de repente começaram a dizer baixinho eu estou vivo, eu estou vivo, e outros escutaram e agora já são muitos os que estão dizendo que estão vivos.

Estas palavras do teu Milagre no Brasil estou ouvindo enquanto falas. Um dia virás falar à nossa televisão em discurso directo, das tuas esperanças, das nossas esperanças, do grito de se estar vivo. Um dia virás contar-nos da vossa experiência, de como o imperialismo alimenta ou se alimenta dos divisionismos. Por alguma razão dizia Kennedy que a boa tática já não era atacar o comunismo pela direita — agora, para melhor efeito, devia-se atacá-lo pela «esquerda»...

Um dia virás à Televisão falar-nos de como se está vivo. O abraço que te devemos por aquilo que foi a tua presença é já muito, muito grande. Pela tua presença. Pelo teu sorriso que não conseguiram destruir.

P.S. — O «Barba Ruiva» de Kuosawa sofreu acidente de vulto. Troca de bobinas. Eram onze horas quando se regressou à normalidade.

Já antes houvera outro acidente: um documentário sobre o uso dos pesticidas fora transmitido totalmente em inglês, sem vestígios de legenda.

Podem chamar-lhes acidentes. Acidentes poderão ser. Mas não se estará a cair no vício de chamar por comodidade «acidente» ao que pode ser incompetência, desorganização, consequência da expulsão abrupta de algumas dezenas de bons profissionais?

O certo é que a programação da R.T.P. é toda ela um verdadeiro caos. Quer dizer: um verdadeiro acidente. M.C.

Hoje



Eugène Ionesco

I PROGRAMA

- 19.00 Abertura e «Naika» e «Barba Papa» — rubrica apresentada pelo Departamento de Programas Juvenis e Infantis.
19.25 «Segredos do Mar Vermelho» — série filmada.
19.50 TV Palco
20.30 Telejornal — 1.ª edição
21.00 Momento Político
21.35 História dos Jogos Olímpicos — série apresentada pelos Programas Desportivos da Direcção de Informação.
22.35 «O Padre Brown» — série baseada em aventuras do conhecido sacerdote-detective — sterbon
23.30 Memórias do Nosso Tempo
23.55 Telejornal — 2.ª edição — resumo filmado da etapa do dia — na em Bicicleta

II PROGRAMA

- 20.00 Abertura e a série filmada «A Morte de um Comerciante» — Branco
20.25 Em Toda a Parte Aprendemos
21.00 «O Rei Está a Morrer» — série de José de Castro. Realizada e Produzida por Fernando Costa. Produtor pela RTP: Figueira
22.50 Telejornal



DESTAQUES

I PROGRAMA

História dos Jogos Olímpicos (21.35)

II PROGRAMA

«O REI ESTÁ A MORRER» (21.00)

Amanhã

I PROGRAMA

19.00: Abertura e «O Cavalo de Terracota»; 19.25: Azulejo da Portuguesa n.º 1; 20.00: Momento Desportivo — o atletismo português nos Jogos Olímpicos de Montreal; 20.30: Telejornal — 1.ª edição; 21.00: A História dos Jogos Olímpicos; 22.00: «Padre Brown»; 23.05: Cinema 76; 23.35: Telejornal — 2.ª edição que inclui um resumo filmado da etapa do dia da Volta a França em Bicicleta; 00.05: Fecho

II PROGRAMA

20.00: Abertura e «Pippidas Meias Altas»; 20.25: Fecho do Amanhã; 20.40: Da Saúde e da Vida; 21.00: «Os Boussardels»; 21.55: Fecho; 23.00: Fecho

Uma carta de José Cardoso Pires

Do escritor José Cardoso Pires recebemos a seguinte carta endereçada a Mário Castrim:

«Meu caro Mário Castrim, Ao, agradecimento pelo comentário de ontem à minha intervenção no programa «Junho 76» da R.T.P. não quero deixar de juntar um reparo discordante: refiro-me à imagem excessivamente circunstanciada que o texto faz sugerir do prof.

Miller Guerra.

Não vou pormenorizar aqui a estima e a admiração que pessoalmente tenho por um homem com quem me encontrei em várias iniciativas de unidade antifascista. Nem lembrar, como exemplo próximo e significativo, o desassombro com que enfrentou os ataques à liberdade de expressão que nos foram movidos (a mim, a ti, a todos nós, escritores) por

Casal-Ribeiro, Tenreiro e comandita.

Considero-o como defensor do diálogo democrático — e isso me basta na hora do sofisma e do insulto em que vivemos. Na hora, insisto, em que a intolerância para com os homens de passado só dá futuro àqueles que nunca o tiveram ou precisam de o negar.

Um abraço do teu José Cardoso Pires».

PUB

Aos Trabalhadores do Comércio Retalhista do Distrito de Setúbal

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores do Comércio Retalhista do Distrito de Setúbal para as seguintes reuniões:

Dia	Hora	Local	Morada
1/7/76	21.00	Barreiro	Cine dos Ferroviários
1/7/76	21.00	Setúbal	Inatel (Ex-Fnat) Pr. da República
1/7/76	21.00	Grândola	Soc. Música Velha

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Actividades Circum-Sindicais

- a) Mulheres Trabalhadoras
b) Comissões de Juventude
c) Comissões Culturais e Desportivas

2 — Ponto da Situação das Negociações do C. C. T. Retalhista e Perspectivas

P.ª COMISSÃO NEGOCIADORA

DOS SINDICATOS:

Comércio do Distrito de Setúbal
Escritórios do Distrito de Setúbal
Rodoviários do Distrito de Setúbal
Metalúrgicos do Distrito de Setúbal
Const. Civil do Distrito de Setúbal
Indústria Hoteleira e Turismo
Têxteis e Vestuário do Sul
Electricistas do Sul
Serv. Port. Vigilância, Limpeza e Actividades Similares

Setúbal 29/6/76

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV

SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

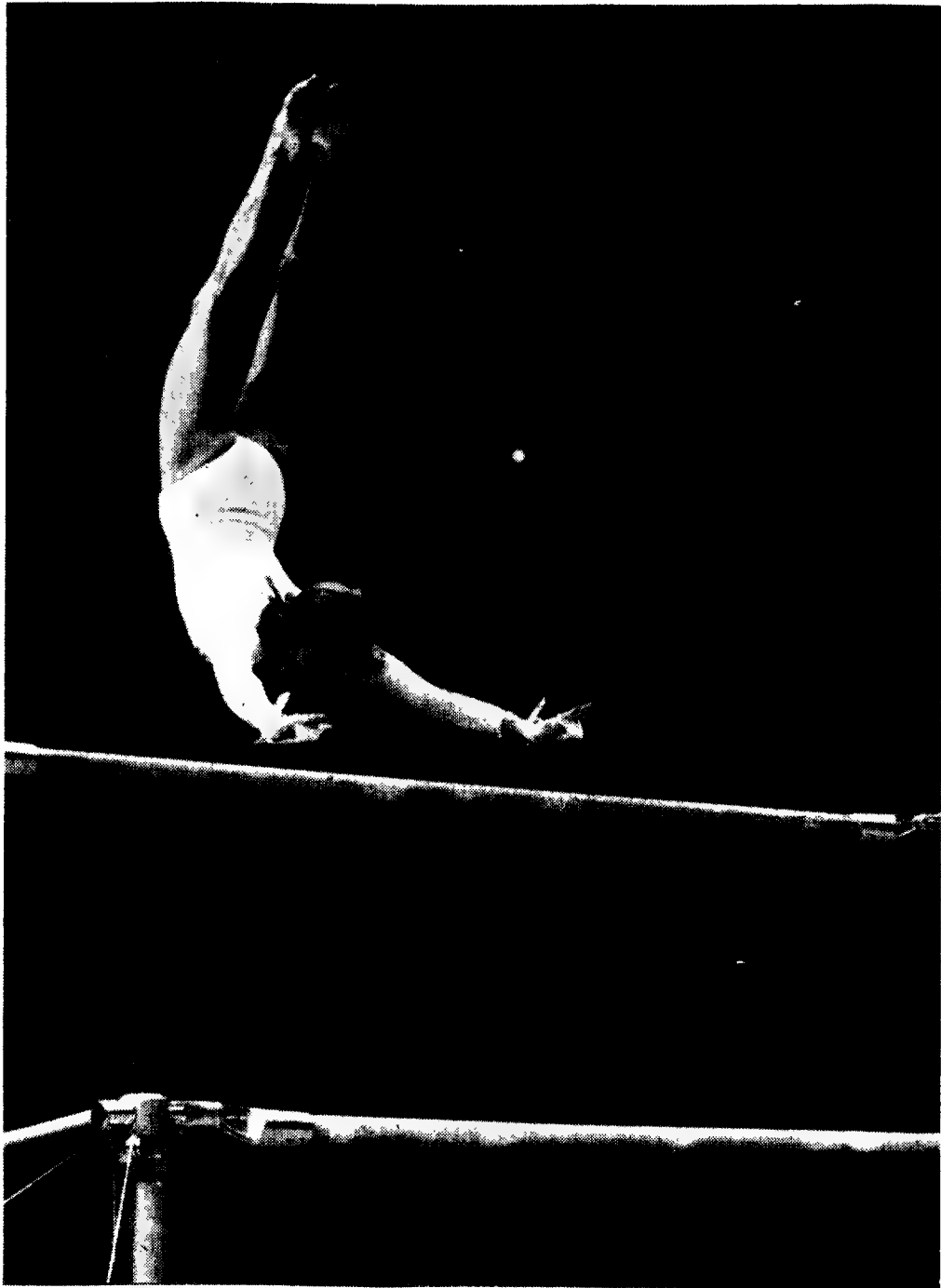
COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIENCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786-83423

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Nova

Desporto



Olga: a meta é ouro

Aqui temos Olga Korbut, provavelmente a mais popular ginasta mundial: as suas emocionantes actuações, sempre com notas inéditas e extremamente difíceis, cativam os apaixonados pelo Desporto e pela Arte, em todas as coordenadas. Olga entrou no universo ginástico aos 15 anos, logo, em vertigem, firmando uma carreira impressionantemente constelada de êxitos, que vão desde o título mundial ao cepto europeu, com o ponto mais alto na conquista (em Munique) de três medalhas olímpicas de ouro. Treinada por Renald Knish, Olga (20 anos) frequenta a Faculdade de História do Instituto Pedagógico de Moscovo e, já com vista a Montreal, aprende inglês. Mas, o que basicamente lhe interessa, não é ir para o Canadá falar: é fazer prova (ainda uma) das suas qualidades atléticas e, claro, colocar sobre o busto mais uns símbolos de triungo.

FUTEBOL EM EBULIÇÃO

Braga: dança de nomes

No Sporting de Braga, uma confusão dos demónios: Manaca (que já tinha firmado compromisso para acompanhar Mário Lino na sua nova equipa) pretende que lhe devolvam a assinatura, pois parece disposto a voltar a Alvalade. Oferece 350 contos pelo «resgate»: os dirigentes bracarenses acham que o certo é mais 150 notas de mil.

Entretanto, também o brasileiro Salvador está na balança do Arsenal do Minho: diz-se (consta...) que, embora com a revalidação do contrato com o Boavista prestes a entrar na Federação, sempre acabaria por tomar o rumo de Braga, evitando (desse modo) o anunciado processo judicial, que o clube lhe moveria por «perdas e danos», azar que toca (já) à porta do madeirense Nelson, o «homem das três assinaturas».

Para tentar esclarecer o pague sobre todos estes problemas, a directiva do Sporting de Braga encontra-se amanhã, na sede do clube, com representantes de órgãos informativos. E, provavelmente, também para anunciar a contratação de um benfiquista: o guarda-redes Fidalgo.

ALTERAÇÕES

O jogo Tirsense-União de Coimbra, inicialmente marcado para domingo, foi antecipado para as 17 horas de sábado. Neste mesmo dia, efectua-se a final da Taça Nacional de Juvenis, às 18 horas em Coimbra.

AUSÊNCIA

O Costa da Caparica decidiu não comparecer ao encontro que, ontem à tarde, estava marcado para efectuar com o Luso do Barreiro, e dizia (ainda) respeito ao campeonato nacional da 3.ª divisão, zona D.

ATLÉTICO

Ainda que não haja, de momento, responsável técnico pelo futebol alcantarense, o Atlético abre as portas a reforços: o ex-farense Cardoso e um antigo almadense (Mosca) ingressam no «team» da Tapadinha.

BELENENSES

Enquanto se anuncia o término da contratação de Leitão e José Rocha, pelo Belenenses, o grémio «azul» prorroga o mútuo compromisso com os «internacionais» Quaresma e Godinho, promovendo

a profissionais os antigos juniores Paulo de Oliveira e José Francisco.

CASTIGOS

Mais um rol de castigos saiu ontem da Federação, após a semanal reunião do Conselho de Disciplina. Na lista, estão abrangidos o montijense Gomes e o salgueirista Ernesto (ambos a quedarem-se dois jogos na bancada), mais os tomarense Bolota e Romão (um dia de trabalho de férias forçadas). Ao Salgueiros, por causa dos incidentes verificados no jogo com o União de Tomar, foi instaurado inquérito federativo.

GUIMARÃES

Parte hoje para a Dinamarca e para a Checoslováquia, onde vai cumprir jogos do Intertoto, a turma do Vitória de Guimarães.

LÁ FORA

RACISMO

Tessemá Yidnekatchew, responsável do desporto etíope e presidente da Federação Africana de Futebol (A.F.C.), confirmou que os representantes africanos no seio da Federação Internacional de Futebol (F.I.F.A.) tinham a intenção de propor, ao próximo congresso da F.I.F.A., a exclusão da África do Sul e a admissão da República Popular da China.

Numa conferência de imprensa, em Adis Abeba Yidnekatchew precisou que os representantes africanos se reuniram a 15 do corrente, em Montreuil, ou seja um dia antes da abertura do Congresso da F.I.F.A. A reunião terá por fim a adopção de uma posição firme e comum quanto as duas propostas que tinham sido apresentadas (sem êxito) no Congresso da Federação Internacional, em Frankfurt, em 1974.

O presidente da A.F.C. declarou-se desconcertado com a decisão da F.I.F.A. de enviar uma missão de observadores à África do Sul, com o fim de verificar se ainda havia discriminação racial nesse país. A resolução aprovada em Frankfurt, que visava a exclusão de qualquer país em que o racismo é considerado instituição de veria ter sido aplicada imediatamente à África do Sul, acentuou Yidnekatchew.

Quando a admissão da China Popular, declarou. Apesar de ser perigoso, para uma organização desportiva como a F.I.F.A., pronunciar-se sobre o estatuto político das nações, é oportuno que o mundo desportivo alinhe pela posição das Nações Unidas, que haviam admitido a República Popular, em detrimento de Taiwan.

O presidente da A.F.C. terminou a sua conferência, lamentando que a Nova Zelândia tenha autorizado a equipa de ruguebi dos All Blacks a efectuar uma digressão pela África do Sul, ape-

SANJOANENSE

Hilário, revelado como treinador no Sporting e, depois sucessivamente responsável pelas turmas do Sporting de Braga (que entregou à 1.ª divisão) e Marítimo (do Funchal) transferiu-se para a chefia técnica da Sanjoanense.

SPORTING

Hagan chega hoje a Lisboa, para acertar as últimas agulhas com o Sporting. Entretanto, um dianteiro (Garcêz) e um defesa (Laranjeira) devem continuar de verde e branco, pois acordaram com a direcção novos contratos. Matine mantém-se na agenda «leonina», ao contrário de Arnaldo que, pela sua veteranaria, não interessa ao clube do Lumiar.

Ainda dos «leões»: dois juniores promovidos (Cerdeira e Virgílio) e outro que foi oferecer-se ao Benfica (o guarda-redes Delgado).

sar da reprovação geral. No entanto (concluiu) a nossa posição face à África do Sul não é ditada pelo ódio mas pelo desejo de ver desaparecer o problema racial que existe entre os desportistas desse país.

ITALIA

A equipa do Napolos venceu a final da Taca de Itália de futebol, ao bater o Verona por 4-0 (0-0), no Estadio Olimpico de Roma.

BOXE

O espanhol Miguel Velasquez conquistou o título de campeão do Mundo de super-leves (versão WBC) por desclassificação do anterior campeão, o tailandês Muanquerung, num combate disputado ontem em Madrid.

RECORD

O neo-zelandês John Walker bateu ontem em Oslo, o máximo mundial dos dois mil metros, em 4 m 51 s no «Bislet Stadium». A marca anterior pertencia ao francês Michel Jazy, com 4 m 56 s.

ATLETISMO

O atleta Luis Azevedo (do Sporting) bateu o recorde nacional do triplo salto ao conseguir a marca de 16,29 metros durante os campeonatos de Espanha (absolutos) de atletismo realizados no Estadio Vallerhermoso, em Madrid. Luis Azevedo classificou-se em 2.º lugar, apenas a menos um centímetro do vencedor, o belga Luc Garlier.

O anterior recorde nacional já per-

Continua na pág. 17

ASSIM VAI O TOTOBOLA

PROGNÓSTICOS DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO PARA O CONCURSO N.º 44, DE 4 DE JULHO 76

Auto-Rádio, 1x1 x1x 111 11x1; Boa Nova, 111 1x2 1x2 11x1; Boletim Desportivo, x22 11x1 122 11xx; Cardeal Saraiva, x11 111 1x1 1111; Cavalcada do Ritmo, 111 122 x21 x1x1; O Distrito de Setúbal, x11 111 111 xx11; Rádio Totobola, 111 x11 x11 1111; Barlavento, 111 11x 1x1 x2x1; O Comércio de Leixões, 111 x11 121 x111; O Concelho de Estarreja, 1x1 x1x 111 1121; Correio dos Açores, 111 211 111 1121; Correio de Coimbra, 11x 111 111 x111; Correio do Vouga, 111 11x 121 1121; Diário de Lisboa, x1x 21x 121 xx2x; Ecos de Cacia, 111 x11 12x 1121; Estrela da Manhã, 1x1 111 x12 x1x1; Estúdio 64, 1x1 21x 111 1121; Eu Sei Tudo, x11 111 111 21x1; Folha do Domingo, 111 x1x 1x2 11x1; O Jornal de Felgueiras, 111 x12 x11 21x1; Jornal da Graça,

111 111 111 1111; O Jornal da Lixa, 111 x11 111 x111; Jornal de Sintra, 11x x1x 111 1121; Jornal do Sul, 111 112 111 1xx1; O Mensageiro, 121 11x 11x 21x1; Linhas de Elvas, 1x1 11x 111 1121; Litoral, 121 x1x x11 11x1; Manchete Desportiva, 211 11x 1x1 1111; Maria da Fonte, x11 11x 111 1121; Miscelânea Musical, 111 x22 xx1 1x21; Alvo Desportivo, 111 11x 121 11xx; Rádio Alvo, x11 x1x 2x1 1x21; Montra do Êxito, 2x1 x2x 1x2 x1x2; Mundo Desportivo, 1x1 11x 111 1121; Música e Desporto, 21x 11x 121 xx11; Notícias de Évora, 111 x11 1x1 11x1; Notícias de Felgueiras, 111 x1x 1x1 xxx1; Notícias de Gouveia, 112 211 1x1 1x21; Notícias de Guimarães, 1x1 21x 222 x111; Penalti, 111 11x 122 112x; Placard Desportivo, x11

x11 x11 x12x; Póvoa de Lanhoso, 111 211 x21 11xx; Presença Coimbra, 11x 111 x11 2111; Programa da Manhã, xx1 11x 222 xx11; Programa Sem Nome, x11 21x 111 x1x1; Quadrante Desportivo, 111 211 121 2121; Quadrante Norte, x11 x12 121 x121; Panorama, x11 211 1x1 1121; Rádio Placard, 111 111 111 1111; Renovação, x12 x11 121 1121; Resenha Desportiva, 2xx 111 xx2 211x; Encontro Musical, x11 xx2 xx1 x121; Só Rádio, 111 111 111 1111; A Comarca de Arganil, x11 x11 111 x12x; A Voz das Beiras, 111 x11 1x1 1x22; A Voz do Domingo, 111 111 111 1111; Voz de Lamego, 112 11x 111 1121; A Voz dos Ridículos, 1x2 2xx 12x 112x; A Voz do Casa Pia, 111 111 111 1111; O Primeiro de Janeiro, xx1 21x 121 111x.

	R E S U M O			B O L A S			(a)
	1	X	2	1	X	2	
1. MONTIJO-SALGUEIROS	40	16	4	8	3	1	
2. UNIAO TOMAR-BEIRA-MAR	45	12	3	9	2	1	
3. TIRSENSE-UNIAO COIMBRA	49	6	5	10	1	1	
4. HOLBAEK-GUIMARAES	27	22	11	6	4	2	
5. BELENENSES-POGON	54	3	3	10	1	1	
6. YOUNG BOYS-MALMO	27	26	7	6	5	1	
7. OFFENBACH-U. TEPLICE	46	11	3	9	2	1	
8. INNSBRUCK-B. OSTRAVA	28	15	17	6	3	3	
9. ZURIQUE-AÚSTRIA VIENA	48	3	9	9	1	2	
10. DUISBURG-BRNO	35	19	6	7	4	1	
11. SP. TRNAVA-ATVIDABERG	49	10	1	9	2	1	
12. OSTENDE-I. BRATISLAVA	18	18	24	3	4	5	
13. STURM GRAZ-DJURGARDENS	48	10	2	9	2	1	

a) Nos termos do Art.º 102.º do Regulamento Geral dos Concursos se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A "chave" lógica será:

111 111 111 1121

Desporto

PORTUGAL

ANDEBOL

O Almada (que eliminou o Encarnação da Taça de Portugal, em andebol) confronta-se esta noite, com o Benfica, em jogo da 1.ª «mão» de nova fase do torneio.

CICLISMO

Campeonatos Nacionais de Fundo, para ciclistas amadores seniores e especiais, a 17 e 18 do corrente, com provas na zona lisboeta.

FESTA

Jantar de confraternização dos caspianos, para comemorar o 56.º aniversário do Casa Pia Atlético Clube, no restaurante da F.I.L. (à Junqueira) pelas 20 e 30 de 3 do corrente.

GINÁSTICA

Torneio de encerramento de minitrampolim, em ginástica, no próximo sábado, em Santo Tirso (Zona Norte) e pavilhão do Estádio da Luz (Zona Centro). Entretanto, ocorreu a «Taça de Portugal», que forneceu os seguintes triunfadores: a representação feminina do Lisboa Ginásio Clube (Ivone Alvarez, Leonor Alvarez, Luísa Contreiras, Vitória Costa, Cêu Neves e Margarida Sousa) e a turma masculina do Futebol Clube do Porto (José Mendes, José Santana, Sérgio Maia, Artur Pereira, Manuel Magalhães e Miguel Sampaio). Por seu lado, nos Campeonatos Nacionais de Ginástica Rítmica Des-

portiva, os êxitos globais foram para o Lisboa Ginásio Clube (Cristina Santos, Cristina Lebre, Elsa Lebre, Susana Silva, Helena Santos e Maria José Falcão, no escalão A; Adelaide João, Maria João Candeias, Isabel Galriça, Eunice Lebre, Nélia Rodrigues e Ana Paulo Arruda, no escalão B; Paula Tadeu, Helena Leal, Ana Cardoso, Gabriela Oliveira, Ana Paula Gomes e Luísa Raimundo, escalão C). Para juvenis, juniores e seniores, derrenolou-se o «Torneio Nacional de Minitrampolim»: Artur Francisco, João Martins, José Manafas, Miguel Ferraz (Lisboa Ginásio) em juniores, Paulo Vitorino (Ginásio Clube do Sul) em seniores e Paulo Almeida (Sport Algés e Dafundo) em juvenis, classificaram-se no topo das várias tabelas, enquanto o naipe feminino fazia evidenciar a juvenil Maria Alexandra Tomás (do Sport Algés e Dafundo) e a júnior Leonor Alvarez (Lisboa Ginásio). Em primeiras categorias, o destaque máximo foi para José Filipe de Abreu (Vitória Clube de Lisboa) e Maria Filomena Palma (Lisboa Ginásio).

HÓQUEI EM CAMPO

Jogos do Nacional de Hóquei em Campo, marcados para domingo: Lamas-Ramalense, Viso-F.C. do Porto, Atlético-Palmense e Futebol Benfica-Benfica.

NATAÇÃO

Paula Barbeiro (individual) bateu o recorde nacional absoluto dos 800 metros, nadando a distância em 10m 12,4s.

PALMELA

Festival no pavilhão da Sociedade Filarmónica Palmense (Loureiros), em Palmela, na noite de amanhã, com a participação de classes do Ginásio Clube Português encabeçadas pelos mestres Jean Marc Duclos (Aikido), Luís Cunha (Karate), Costa Pedro (Halterofilia), Alfredo Cruz (Tiro ao Arco), Joaquim Barata e Orlando Ferreira (Judo). Luís Marques (Mini-Tramp, Mesa Alemã e Pré-Desportiva Masculina), Manuel de Jesus e Maria Dolores (Ginástica Desportiva e Pré-Desportiva Feminina), Teresa Abrantes (Ritmica Moderna) e Fernanda Neto (Ritmica e Iniciação ao Jazz).

SETÚBAL

Esta noite, no Bonfim, festival para encerramento de várias actividades do Vitória de

Setúbal, na temporada. Amanhã no pavilhão do Naval Setubalense, processa-se um espectáculo de homenagem ao andebolista «internacional» Octávio Albino, há dezena e meia de anos ao serviço dos vitorianos.

TIRO AO ARCO

No próximo dia 4, no restaurante do Estádio da Luz, a Comissão de Tiro ao Arco do S.L.B., em colaboração com a Casa do Benfica das Caldas da Rainha, apresenta uma «Exposição Iconográfica de Tiro com Arco». Pelas 18 horas, usará da palavra Hermínio Martins de Oliveira, caldense interessado nesta antiga e curiosa modalidade desportiva.

VOLEIBOL

Poderá ocorrer nos Açores a realização da final da «Taça de Portugal de Voleibol», entre as equipas masculinas do Leixões e o vencedor do confronto Cruzquebradense-Benfica.

Árbitros na penúria

Os árbitros de futebol da Comissão Regional de Lisboa têm justa razão para andarem sobre «brásas»: desde Fevereiro que, para além de não receberem um tostão de prémios de jogo, ainda estão desembolsados de todas as despesas feitas nas deslocações aos vários campos para que são semanalmente nomeados.

Parece que, com uns 500 contitos, ficavam as contas arrumadas: mas, na Associação de Futebol de Lisboa não há dinheiro e a maquia do Totobola ainda não bateu à porta. Daí que os pobres homens que, em gran-

de maioria por «carolice», andam pelos rectângulos à espera de uma pedrada ou um muro, tenham de capitalizar as tarefas que os esperam.

Vale a pena saber se, após o processo de grande massificação de várias modalidades desportivas (desde o badminton às corridas com o estômago seco) não terá sobrado em algum cofre, na hora de largar a chave, uns restinhos de dinheiro que deem para ajudar aqueles que, verdadeiramente, servem o Desporto.

N. de S.

HÓQUEI PATINADO

Quinze golos no Sporting-Benfica

Golos com fartura, no Sporting-Benfica, a contar para o campeonato nacional de hóquei patinado, ontem disputado no Pavilhão dos Desportos. Nada menos que 15 remates certos, a marcaram o resultado final: Sporting, 10-Benfica, 5.

As turmas alinharam assim: **Sporting:** Ramalhe (Basilio), Rendeiro, Sobrinho, Chana e Salema. Saraiva e Carlos Alberto intervieram também.

Benfica: Albino; Vasques, Fernando Soares, Quim e Dantas (Daniel)

Andamento do marcador: Quim (1-0), Chana (1-1 e 2-1), Dantas (2-2), Chana (3-2, resultado do 1.º tempo); Rendeiro (4-2, de «penalty»), Dantas (4-3), Chana (5-3), Salema (6-3), Chana (7-3 e 8-3). Quim (8-4 e 8-5), Salema (9-5) e Carlos Alberto (10-5).

do, saiu-se com exibição categórica e apaixonante.

Chana foi (sem dúvida) a figura exponencial do duelo, a obrigar o guardião Albino a brilhar, muito embora amiúde tivesse de suportar o desaire, quase sempre proporcionado pelo veloz avançado leonino.

Ainda para o campeonato, registaram-se mais jogos, a fornecerem desfechos normais: Salesiana, 2- Oeiras, 1; Oliveirense, 2-Valongo, 7 e Infante de Sagres, 0-F. C. Porto, 2.

Tabela pontual: Sporting, 23 pontos; 2.º, Salesiana, 19; 3.º, FC Porto, 19; 4.º, Valongo, 16; 5.º, Benfica, 15; 6.º, Infante de Sagres, 15; 7.º, Oeiras, 13; 8.º, Oliveirense, 8. Próxima jornada (sábado): Valongo-Salesiana, F. C. Porto-Benfica, Oeiras-Oliveirense e Sporting-Infante de Sagres.

A arbitragem de Manuel Soares (embora muito contemporizadora) dirigiu uma partida que entusiasmou os milhares de pessoas que quase encheram o recinto do Parque Eduardo VII. A turma sportinguista, regressada de Voltegrá com uma eliminação em que baqueou de cabeça erguida, foi acolhida pelos seus adeptos com tal prova de apreço e confiança que, embora tivesse de ser posta à prova frente a um «cinco» muito jovem e aguerrido.

LÁ FORA

Continuação da pág. 16

tência a Luis Azevedo, desde 30 de Maio deste ano (16.17 metros). Com esta nova marca, o atleta do Sporting ficou a escassos 11 centímetros do mínimo olímpico.

No salto à vara, Raposo Borges (também do Sporting) ficou em 3.º com 4,70 metros. O 1.º classificado foi o espanhol Efen Alonso (com 5 metros) seguido pelo seu compatriota Roger Oriol (4,90 metros). Nesta mesma prova, Joaquim Serra (do Santa Clara) classificou-se em 6.º lugar, com 4,40 metros.

Martins aguenta o Tour

A 6.ª etapa do «Tour de France» (Bastogne-Nancy, 209 Km) foi ganha pelo italiano Aldo Pirecchini, continuando o belga Freddy Maertens com a «camisola amarela».

A classificação da etapa foi a seguinte: 1.º, Aldo Pirecchini (It.), 5 h 22 m 32 s (média: 38,880 Km/h); 2.º, Enrico Paolini (It.), 5,27.01; 3.º, Gerrie Knetemann (Hol.), m.t.; 4.º, Mariano Martinez (Fr.), 5,27.03; 5.º,

Georges Talbourdet (Fr.), m.t.; 6.º, Raymond Delisle (Fr.), m.t.; 7.º, José Luis Viejo (Esp.), 5,27.10; 8.º, António Menendes (Esp.), 5,27.13; 9.º, Freddy Maertens (Bélg.), m.t.; 10.º, Baronechelli (It.), m.t.; 16.º, José Martins, m.t.

Após a etapa de ontem, a classificação geral individual é a seguinte: 1.º, Freddy Maertens (Bélg.), 29.16.23; 2.º, Michel Pollentier (Bélg.), a 2.04;

3.º, Henni Kuiper (Hol.), a 3.16; 4.º, Jesus Manzanque (Esp.), a 3.25; 5.º, Roy Schuiten (Hol.), a 3.28; 6.º, Jean Peirre Danguillaume (Fr.), a 3.29; 7.º, Raymond Poulidor (Fr.), a 3.31; 8.º, Bert Pronk (Hol.), a 3.32; 9.º, Ronald de Witte (Bélg.), a 3.45; 10.º, Giancarlo Bellini (It.), a 3.48; 29.º, «exaequo», Lasa (Esp.) e José Martins, a 5.28.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA HOTELEIRA E SIMILARES DO DISTRITO DE FARO COMUNICADO

Tomou a Direcção deste Sindicato conhecimento de que certas forças políticas, conjuntamente com determinados indivíduos, que todos nós conhecemos por terem alcançado situações de privilégio, não pela sua competência mas sim pelo seu oportunismo, têm vindo ultimamente a desenvolver determinadas acções tendentes a inutilizar todo um trabalho meritório e que se enquadra numa perspectiva de reabilitar a Economia Nacional através duma das indústrias mais primordiais para o fim em vista: O Turismo.

Perguntamos a nós mesmos, quem é que está interessado em boicotar a entrada em funcionamento da ENATUR (Empresa Nacional de Turismo), alternativa válida para o relançamento do Turismo que todos nós desejamos, uma vez que a referida Empresa já foi aprovada em Conselho de Ministros?

Cremos que a resposta é bem clara.

Está esta Direcção consciente do que representa a ENATUR para a recuperação do Turismo e sobretudo quanto podem os trabalhadores, através da sua participação, contribuir para uma gestão consciente e virada para os interesses da própria classe e do povo português em geral.

Aos que pretendem colocar as Empresas novamente nas mãos dos Melos, Champalimauds, Bulhosas, etc., etc., respondem os trabalhadores com a sua unidade e determinação em manter as conquistas alcançadas pelo povo português e vontade em contribuir para a total recuperação do Turismo.

Aos que pretendem manter privilégios alcançados por nitido oportunismo, respondem os trabalhadores com a sua dignidade e capacidade de trabalho, dizendo bem alto que a hora do oportunismo acabou, venha ele de onde vier.

Assim, exigimos a quem de direito, que não permita que esta situação se mantenha, pondo em prática as bases tendentes ao relançamento do Turismo através da ENATUR.

Faro, 28 de Junho de 1976

A DIRECÇÃO

PUB

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Setúbal AOS TRABALHADORES DO SECTOR DE VINHOS

M O Ç Ã O

Os trabalhadores dos Vinhos do Distrito de Setúbal, presentes na reunião realizada em Azeitão, no dia 26/6/76, para analisarem a forma como tem decorrido as negociações do seu contrato decidem:

- 1 — Repudiar a forma como as Associações Patronais têm protegido as negociações por forma a ludibriar e iludir os justos direitos e aspirações dos trabalhadores.
- 2 — Dar o prazo de 15 dias a contar de 29/6/75 para as Associações Patronais resolverem pela aceitação das Cláusulas em negociação.
- 3 — Se passados 15 dias não se tiver saído do impasse adora verificado, deverão ser efectuados novos plenários representativos de classe, para serem tomadas novas formas de luta, que os trabalhadores acharem convenientes.
- 4 — Os trabalhadores exigem que tudo o que já esteja consignado no anterior C.C.T., não seja retirado, mesmo as Cláusulas de carácter transitório.

Setúbal, 26/6/76

Pel' A Mesa da Reunião

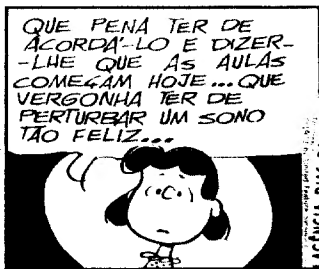
Geral

Dia da Força Aérea

Realizam-se no próximo domingo, na Base Aérea de Sintra, as comemorações do Dia da Força Aérea.

Com início às 11 da manhã, as comemorações serão assinaladas por um festival aéreo

com a colaboração da Força Aérea francesa e do qual farão parte, entre outros, lançamento de para-quedistas, manobras acrobáticas, passeios de avião para o público inexperiente da sensação de voar, demonstrações de helicópteros, etc.



DEVIDO A INCIDENTES FRONTEIRIÇOS Samora cancelou ida à O.U.A.

MAPUTO, 1 (ANOP) — O presidente Samora Machel de Moçambique, cancelou planos para participar na Cimeira da Organização de Unidade Africana, nas Maurícias, na sequência de recontros fronteiriços entre forças do seu país e da Rodésia — afirmam observadores na capital moçambicana.

Uma declaração governamental lida ontem anuncia que a delegação moçambicana à Cimeira da OUA será chefiada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros Joaquim Chissano, que se encontra já nas Maurícias.

O comunicado não apresenta qualquer motivo para a ausência de Machel, mas alguns observadores pensam que esta se relaciona com a situação junto da fronteira com a Rodésia.

Durante o dia de ontem, desacats funcionários do Governo, da Frelimo e do Exército reuniram-se no gabinete de Machel para discutir a questão.

Na terça-feira à noite, o Governo moçambicano anunciou que uma série de ataques rodésianos e de contra-ataques por parte de forças moçambicanas tinham custado a vida a 29 soldados da Rodésia e a 19 de Moçambique.

Segundo um comunicado difundido pela rádio do Maputo, e emanado do Ministério moçambicano da Defesa, os ataques rodésianos foram lançados no dia 26 do corrente contra a aldeia de Mapai, a

50 kms a sudeste da ponta norte do Parque Kruger, e contra a localidade fronteiriça de Malvern, a 50 kms. a nordeste de Pafuri. As tropas de infantaria rodésiana foram apoiadas por artilharia e aviação (caças bombardeiros e helicópteros), precisou Rádio-Moçambique.

Ainda segundo esta estação emissora, as tropas da Frelimo desencadearam em 28 do corrente uma acção de represálias.

Um informador do Governo rodésiano desmentiu entretanto estas notícias, classificando-as de «disparate». Não obstante, círculos governamentais de Salisbury confirmaram que o posto fronteiriço referido se encontra rodeado das maiores medidas de segurança adiando que estava a ser alvo de ataques desde há duas semanas.

CAMPANHA CONTRA O RACISMO

MAPUTO, 1 (ANOP) — A Frelimo leva a cabo uma in-

tensa campanha de educação política das populações de Moçambique, diminuindo com ela os casos de racismo.

É política do Partido opôr-se a toda e qualquer forma de racismo, seja ele branco ou negro, dentro ou fora do país, e essa política surge em disticos, e reuniões de educação cívica efectuadas nos locais de trabalho, nas aldeias e nos bairros.

Qualquer soldado, polícia ou funcionário público de Moçambique que for encontrado a perturbar os europeus é, em primeiro lugar avisado e, se reincidir, poderá ser enviado para um campo de reeducação — afirmam funcionários da Frelimo.

Muitos dos portugueses que ficaram na jovem República são partidários do Governo do Maputo e são de bom grado aceites no Exército e no funcionalismo.

Na Comissão Central da Frelimo, bem como no Governo de Moçambique, existem brancos, indianos e mestiços, lado a lado com os negros.

Juristas pedem clemência para os mercenários

GENEVA, 1 (ANOP) — A Comissão Internacional de Juristas pediu ao presidente Agostinho Neto, da República Popular de Angola, clemência para os mercenários condenados à morte.

O apelo, que foi enviado em telegramas para o presidente, era assinado por Neal McDermott, secretário desta organização de professores de Direito, juizes e advogados.

O telegrama sublinha que, embora solicite clemência, a Comissão de forma alguma perdoo a prática do mercenarismo ou os crimes pelos quais o tribunal de Angola proferiu a sentença com as penas de morte.

Entretanto, passou ontem por Lisboa Herbert Kerrigan, advogado dos mercenários britânicos condenados à morte re-

centemente em Angola. O advogado, proveniente de Luanda, no voo TAP e que chegou a Lisboa às 14.45 horas, desceu do aparelho para entrar logo noutro, da companhia inglesa British Airways, que se preparava para descolar rumo a Londres. Herbert Kerrigan convenceu o pessoal da companhia inglesa a facultar-lhe um lugar afirmando que era portador de uma mensagem urgente para entregar ao Governo britânico do diploma daquele país, Hugh Byatt, que assistia ao julgamento dos mercenários, como observador. O avião da British Airways foi atrasado em cerca de dez minutos devido ao pedido do advogado britânico.

Entretanto vários jornalistas ingleses que foram fazer a cobertura do julgamento dos mercenários chegaram também ontem à tarde de Luanda não conseguiram seguir no mesmo avião, tendo permanecido em Lisboa.



PUB

Tribunal da Comarca de Lisboa

4.ª Vara Cível ANUNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem de garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamar o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que se começará a contar da segunda e última publicação do respectivo anúncio.

Execução de Sentença (Sumária) n.º 1803/C, 2.ª secção Exequentes — Metalúrgica Duarte Ferreira, S.A.R.L.

Executado — Belmiro ironcalves e mulher Maria da Conceição Pinheiro, residentes em Outeiro, Gondar, Guimaraes.

Lisboa, 18 de Junho de 1976 O Juiz Corregedor, a) Armando Figueira Torres Paulo

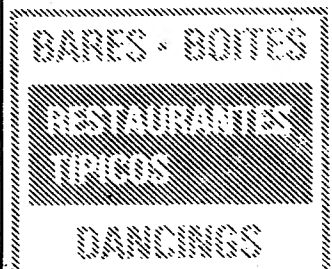
O Escrivão de Direito, a) Henrique Pereira da Cunha

Pesca atlântica em discussão

A convite do Governo português principiou esta manhã no Hotel Estoril-Sol a 14.ª reunião anual da Comissão Internacional das Pescarias do Nordeste do Atlântico.

O problema da pesca do bacalhau no Mar Barents, a Nordeste dos países escandinavos, que recentemente suscitou um protesto da Noruega contra Portugal e Espanha, é um dos principais temas a discutir.

Da agenda de trabalhos, bastante sobrecarregada, fazem ainda parte debates sobre as pescarias mistas e o futuro das comissões internacionais perante a declaração das novas jurisdições de pesca de países costeiros. Participam todos os países europeus, Cuba, Canadá, Estados Unidos e ainda organizações internacionais como a F.A.O., Mercado Comum, e Conselho Internacional para as Pescas.



NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13, (Tel. 364959, 368197). Marta Monica Strip-teaseuse. CASINO DO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 264521/264946.



tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava pouco nublado ou limpo havia neblina em algumas regiões e o vento era fraco.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

COIMBRA	19°
PORTALEGRE	21°
LISBOA	21°
FARO	26°
FUNCHAL	22°

TEMPERATURAS EXTREMAS

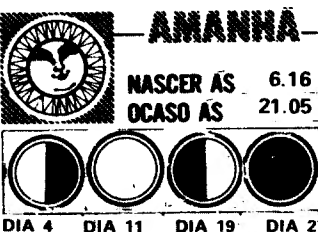
EVORA	Máxima	36°
PENHAS DA SAÚDE	Mínima	12,5°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
6.29 3,7 m	11.59 1,0 m
18.44 3,9 m	
Dia 2	
7.12 3,7 m	0.32 1,0 m
19.28 3,9 m	12.46 1,1 m
Dia 3	
8.01 3,6 m	1.23 1,1 m
20.20 3,7 m	13.40 1,2 m

PREVISÃO GERAL ATE AS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente pouco nublado temporariamente muito nublado durante a tarde nas regiões do interior com possibilidades de trovoadas; nevoeiros ou neblinas durante a noite e manhã na Faixa Costeira Ocidental; vento fraco.



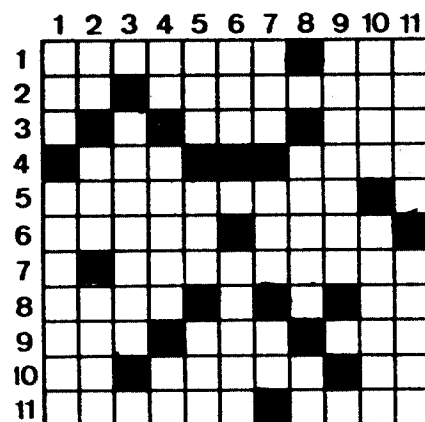
palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11 406

HORIZONTAIS:

- Ocultarão. Oasis.
- Reis. O pai do neófito em relação aos padrinhos.
- Liga. Seguiam.
- Preposição e artigo definido (pl). Questão.
- Aguardaram.
- Rio do Congo Francês. Costumes.
- Ofertas.
- Freguesia do concelho de Santa Comba Dão. Lutécio (s.q.).
- Ofereces. Sadio. Nome de letra.
- Sufixo que designa estado. Adeja. Brisa.
- Esgotais. Criança francesa célebre pelo seu heroísmo.



VERTICAIS:

- Acreditei. Iscas para pescar.
- Campeão. Agarrei. Fure.
- Murros.
- Actínio (s.q). O mesmo que bonito (peixe). Deus dos pastores.
- Lista. Curso de água natural e abundante. Vai para fora.
- Amio. Dais mios.
- Capa sem mangas. Saia frequentemente à rua. Sufixo que designa estado.
- Tecido de algodão ou linho muito transparente. Prefixo que designa afastamento.
- Transferimos para outro dia.
- Caminharas. Temperar com sal.
- Vara comprida de madeira, com uma extremidade chata, para impelir na água pequenas embarcações. Transpirara.

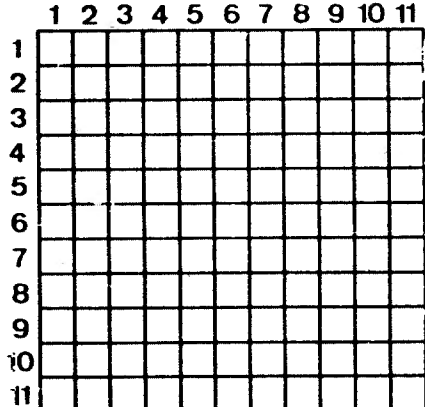
Resolheu completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7566

HORIZONTAIS:

- Tijela vidrada, branca ou de cor. Qualidade.
- Uma das partes do Mundo. Ramalhetes.
- Reis. Indivíduo precedente de pai branco e mãe preta ou vice-versa. (pl).
- Concha de balança. Miriárea.
- Rio da Suíça. Sereia.
- Julgo. Agarrei.
- Mil cento e cinco em romano. Preposição latina que designa movimento. Sua Santidade.
- Fios metálicos. Sufixo que designa estado.
- Missionário português do século XV, mais conhecido por Apóstolo das Canárias. Ruela.
- Antepassados. Descarnadas.
- Letra grega. Terramoto. Isolado.



VERTICAIS:

- Limite. Assassinar.
- Esmonça. Craveiro.
- Vi. Sabido.
- Gálio (s.q). Banca.
- Nota musical. Pronome pessoal.
- Meditas (fig.). Ruim.
- Oxido de cálcio. Romancista suíço autor de «A Vida privada de Miguel Teissier». Forma apocópica e proclítica de vale.
- Malhado de preto e branco (cavalo). Cidade de Espanha.
- O espírito das trevas. Érbio (s.q).
- Irmã da mãe. Devastas.
- Tosta. Cabo da costa de Portugal.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11 405

HORIZONTAIS:

- DE PEQUENO
- Crês
- V.A. Atasco
- Chamada
- Raras. Ru
- Alasio. Toar
- Sanca. Ba. Se
- Sio. Correr
- Os. Aliara
- Alto. As
- Ema. Morsas

VERTICAIS:

- VERAS. QUE
- Eça. Alas
- Craniota
- Penhascos
- Es. Asia. Am
- Am. Cato
- Untar. Bolor
- Adorarias
- Nisa. Ra
- Coseras
- BOI. TERAS

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7565

HORIZONTAIS:

- Atrai. Amora
- Armadas
- Ur. Catitas
- Res. Noa. Com
- Meta. Reata
- Cama. Ar
- Arenas. Ta
- Nana. Acarto
- Adorar
- Imensos. Bjo
- Sosias. Laos

VERTICAIS:

- Adur. Canais
- Remara. Mo
- Ra. Sementes
- Arc. Taná. Ni
- Imana. Asa
- Adat. Usados
- Mat. Estar
- Osaca. Araba
- Sota. Trio
- Au. Março. Os

PROVERBIO: DE PQUENO, VERÁS QUE BOI TERÁS

farmácias de serviço

LISBOA

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALVALADE
S. Miguel, Praça Francisco de Moraes, 1 (Tel. 771469); Roma, Avenida de Roma, 85-B (Tel. 772466); Ideal, Avenida Almirante Gago Coutinho, 49-A (Tel. 712803).

BAIXA
Centro Farmacêutico, Rua das Portas de Santo Antão, 88 (Tel. 321211)

CAMPOLIDE
Pinto, Rua de Campolide, 11-A (Tel. 682610)

CAMPO DE OURIQUE
Elma, Rua D. Maria Pia, 358-A (Tel. 686176)

ESTEFÂNIA
Mundial Largo de D. Estefânia, 10 (Tel. 45578)

GRACA
Monte, Rua Senhoroado Monte, 3-A/B (Tel. 867842)

LUMIAR
Patuleia, Alameda das Linhas de Torres, 362-B (Tel. 790332)

MADRAGOA
Lys, Rua da Esperança, 17-19 (Tel. 660913)

MARQUES DE POMBAL
Ribeiro e Castro, Rua Bramcamp, 52-C (Tel. 43409)

SANTO AMARO
Santo Amaro, Rua Filinto Elísio, 29-A/B (Tel. 637070)

S. SEBASTIÃO
Berna, Avenida de Berna, 44-A (Tel. 773568)

SETE RIOS
cnato, Estrada das Laranjeiras, 202-B (Tel. 780841)

TURNO H-2

TODA A NOITE

AJUDA
Lidia Almeida, Calçada da Ajuda, 170 (Tel. 637318)

ALTO DE S. JOÃO
Zional, Rua Morais Soares, 58-C (Tel. 847708)

ALVALADE
Brasília, Avenida Rio de Janeiro, 66 (Tel. 722368)

AREIRO
Central, Avenida Paris, 2 (Tel. 720820)

AVENIDAS NOVAS
Cardote, Avenida Visconde Valmor, 28-A/C (à Avenida da República) (Tel. 772291)

BAIRRO AMÉRICA
Martins, Rua Fernão de Magalhães, 33 (Tel. 849448)

BAIXA
Durão, Rua Garret, 90 (Tel. 324166)

BENFICA
Santa Cruz, Avenida Gomes Pereira, 34-A (Tel. 704828)

CAMPO DE OURIQUE
Almeida, Rua Silva Carvalho, 136 (Tel. 681726)

CASTELO
Santa Luzia, Rua da Saudade, 2-B (Tel. 869831)

CHIADO

Durão, Rua Garret, 90 (Tel. 324166)

ESTEFÂNIA
Romano Baptista, Rua Passos Manuel, 6-10 (Tel. 570593)

PICHELEIRA
Marlux, Calçada da Picheleira, 140, B/C (Tels. 720703 / 720704)

OLIVAS SUL
Higiene, Rua Cidade Vila Cabral, lote 43 (Tel. 310026)

S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Sousa Martins, (ao Matadouro) (Tel. 553468)

LINHA DE CASCAIS

ALGES
Miramar, R. Ernesto Silva, 81 (T. 2112048)

OEIRAS
Alcântara Geurreiro, P. Residencial Dr. Augusto de Castro, lote 10 (T. 2430691). Até às 22 horas

NOVA OBRAS
Leal, Até às 22 horas

CARCAVELOS
Central, Toda a noite

S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (T. 260085). Até às 22 horas

PAREDE
Brandão, Av. da República, 77-C (T. 2471054). Toda a noite

AMOREIRA
Amoreira, Até às 22 horas

ESTORIL
Marques dos Santos, R. Ferreira J. A., 15 (T. 260116). Toda a noite

CASCAIS
Nova, Ede Alvide, Fontainhas (T. 281044). Até às 22 horas; Marginal, Av. Marginal (T. 280078). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Cavaca, R. Elias Garcia, 209 (T. 930019); Flama, R. Elias Garcia, 78-B (T. 932485); Confiança, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 15-A (T. 938149)

DAMAIA
Damaia, P. Alexandre Gusmão, 9-A (T. 970523)

VENDA NOVA
Nova, R. Elias Garcia, 10 (T. 972530)

QUELUZ
André, Av. Elias Garcia, 151 (T. 950043)

CICEM
Central, R. Elias Garcia, 55 (T. 2940034)

MEM MARTINS
Rodrigues Rato (T. 2910012)

S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (T. 980456)

SINTRA
Marrazes, Estefânia (T. 2930058)

COLARES
Abreja (T. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (T. 234137)

ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (T. 204020)

ALMADA
Silva Júnior, Av. Frederico Ulrich, 9-2.º, piso 2 (T. 2768030)

BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E. Nacional, 17-B (T. 2040302)

BARREIRO
Pizarra, Av. do Bocado, 65-A (T. 2074771)

COVA DA PIEDADE
Rainha Santa, E. das Barrocas, 50-A (T. 2494182)

MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T. 239025)

MONTUJO
Diogo, R. Almirante Reis, 50 (T. 2310032)

SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T. 2233471)

SETUBAL
Lisboa, R. Dr. Paulo Borba (T. 22248); Saião, Av. Portela (T. 22709)

SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (T. 2218560)

PORTO

TURNO 24

ATÉ ÀS 22 HORAS

Gondarém, R. de Gondarém, 360, Foz Nova Avenida, Av. Fernão de Magalhães, 692

Pinheiro Manso, R. São João de Brito, 25-29, Santa Teresa, P. Guilherme G. Fernandes, 100, Alves, P. do Exército, Libertador, 62, Barros, R. do Loureiro, 90, Cameira, R. do Heroísmo, 90, Terreiro, R. da Reboleira, 21

TODA A NOITE

Boa Hora, R. da Boa Hora, 80, Correia de Araújo, R. de Santa Catarina, 259, Silva Pereira, R. de Costa Cabral, 293

COIMBRA

Baptista, Praça da República, 9 (Tel. 23747); Estádio, Rua do Brasil, 348 (Tel. 24410); Miranda, Praça do Comércio, 41 (Tel. 23261)

cinemas

cinemas

cinemas

CASTIL

T. 530194 Estreia 21.15

Interdito a menores de 18 anos
Sylvia Kristel a

EMMANUELLE A ANTI-VIRGEM
um filme de Francis Giacobetti

Aviso ao público: este filme contém cenas eventualmente chocantes

IMPÉRIO

T. 555134/5 15.15, 18.30, 21.15

XIII Ciclo de Cinema da Casa da Imprensa... Cinema no Feminino

Hoje:
SONHOS HUMIDOS
Realização de Nicholas Ray

Interdito a menores de 18 anos
(Este filme contém cenas eventualmente chocantes)

POLITEAMA

T. 326305 Estreia as 21.30

Não acons. men. 18 anos
um assalto numa zona de morte

POR UMA MÃO CHEIA DE DIAMANTES

VOX

T. 720808 14.15, 16.30, 19 e 21.15

(Não acons. a men. de 13 anos)
Uma história humana e realista

2.ª semana
A VIDA COMEÇA AOS VINTE ANOS

CARLOS MANUEL SINTRA

21.15
Não acons. men. 13 anos

QUE FAZEMOS NO MEIO DA REVOLUÇÃO?

PALÁCIO FOZ

as 15 - 18 - 21 h

Não acons. men. 13 anos

RIO SEM REGRESSO

CALEIDOSCÓPIO

T. 795093 14.45, 18.00 e 21.15

QUO VADIS

com Robert Taylor, Deborah Kerr, Peter Ustinov, Leo Genn. Um filme de Melvin LeRoy
Não aconselhável a menores de 13 anos

EDEN

T. 320768 14.45, 18.00, 21.15

três boas razões para morrer...

TRÊS PISTOLAS CONTRA CÉSAR
com Thomas Hunter, Delia Boccardo, Enrico Maria Salerno

Não aconselhável a men. 18 anos

ODEON

T. 326283 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

2.ª semana sensacional
se todas as mulheres fossem como

A MINHA INSACIÁVEL CUNHADINHA
Tinha saído a "sorte grande" a todos os homens

APOLO 70

Tel. 795093 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Para todos

3.ª semana
Festival Apolo 70
Jerry Lewis é «O Herói do Regimento»

AS 24.00 Grupo D (16 anos)

O GRANDE CONQUISTADOR

CASINO ESTORIL

T. 264521 14.15, 17 e 21.15 h

Int. men. 18 anos

CLUBE PRIVADO

S. JORGE

T. 554153/4 Estreia as 21.15

O MONSTRO DO PANTANO
Com Peter Cushing

Não acons. a men. de 18 anos

RESTELO

T. 727778 15.00 e 21.00

Não acons. a menores 18 anos

LOUCURA SEXUAL

AVIS

Tel. 47163 15.15, 18.15, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

BOBBY
6.ª semana
Rish Kapoor - Kemple Kapadia

ESTÚDIO

T. 555134/ 15.30, 18.30 e 21.15 h

Não acons. a menores de 18 anos

INSÓLITO DESTINO
Um filme de Lina Wertmüller
3.ª semana

Não acons. a men. de 18 anos

MENINAS BEM
c/ Renée Saint Cyr, Noel Roquevert

MUNDIAL

T. 538743 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

ADOLESCÊNCIA TURBULENTA
uma história de amor um tanto devastada

ROMA

T. 727778 Estreia as 21.15

Int. men. 18 anos

EMMANUELLE A ANTI-VIRGEM
c/ Sylvia Kristel

UNIVERSAL

As 15.00 e 21.00

O FUNERAL DO PATRÃO
As 17.00 e 23.00

QUE FAREI EU COM ESTA ESPADA?

BARRINHOS
QUEM TEVE MEDO DO PODER POPULAR

CONDES

T. 322523 estreia as 21.30

Não acons. men. 18 anos

SOLDADO AZUL
um acontecimento fora de série

BERNA

T. 776098 14.00, 16.30, 19 e 21.15

Para todos

Os grandes sarilhos de um polícia em Saint-Tropez

O GENDARME EM FÉRIAS
3.ª semana
C/Luis de Funes

LONDRES

T. 801313 Estreia as 21.15

PATO COM LARANJA
c/ Mónica Vitti

ROXY

Tel. 48560 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

OS INOCENTES DE MÃOS SUJAS
c/ Romy Schneider

TIVOLI

T. 570595 15.00 e 21.00

Não acons. a menores de 13 anos

Uma história imortal!

Um filme eterno!

E TUDO O VENTO LEVOU
4.ª semana
Com Clark Gable, Vivien Leigh

ALVALADE

T. 897480 15.30, 18.30 e 21.15 h

Para todos

3 AVELAS PARA CINDERELA
O grande brinde das férias

PATHE

T. 821933 Estreia as 21.15

EMMANUELLE A ANTI-VIRGEM
com Sylvia Kristel

Interdito a men. de 18 anos

Este filme contém cenas eventualmente chocantes

NIMAS

T. 574313 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. men. 13 anos

O Chile de Allende e Pinochet

CHOVE EM SANTIAGO

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

ADÓQUE
20.30 e 22.30 (18 anos)
«A Grande Ceada»

TEATRO ABERTO
Grupo 4
21.15 (13 anos)
«O Círculo de Giz Caucasiano»

A.B.C.
21.30 (6 anos)
«A Vida e Boa»

LISBOA/Cinemas

CINE-BOLSO
21.00 (18 anos)
«Relações Escaldantes»

EUROPA
21.00 (18 anos)
«Adeus Bruce Lee»

S. LUIZ
21.15 (18 anos)
«Cântico Final»

PARIS
21.15 (13 anos)
«O Canto do Ruby Vermelho»

SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«Aquele Loir»

JARDIM
21.30 (18 anos)
«Arizona Colt»

PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«Figa na Noite de Natal»

LUMIAR
21.45 (18 anos)
«Muralha de Suor e Balas»

IDEAL
21.00 (13 anos)
«Bela, Rica, com Pequeno Defeito Físico Deseja Cavalheiros»

PALÁCIO FOZ
21.00 (13 anos)
«Rio Sem Regresso»

ARCO IRIS
21.00 (18 anos)
«O Padrinho de Halm»

LINHA DE CASCAIS

ESTORIL
Casino
17.00 e 21.15 (18 anos)
«Clube Privado»

ESTORIL

Palácio
21.15 (14 anos)
«Profissão Aventureiro»

CASCAIS
S. José
21.15 (18 anos)
«Super-Fly»



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
 RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
 TEL. 654531/2/3/4
REDAÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
 RUA LUZ SORIANO, 44
 TEL. 321154/5, 320211/2/3
 RUA DA ROSA, 75
 END. TEL. DÍOXA TEL. 17363
 LISBOA PORTUGAL

Morreu Salvador Santana

Num brutal desastre de viação perto de Abrantes morreu ontem o nosso companheiro de trabalho Salvador Santana, motorista da Renascença Gráfica. O acidente ocorreu durante um serviço de distribuição no circuito Lisboa-Castelo Branco: por motivos que a G.N.R. está a averiguar, o carro em que seguia o nosso indito camarada foi embater num camião dos C.T.T. Salvador Santana poucos momentos teve de vida.

Nascido em 14 de Agosto de 1939 no lugar de S. Brás dos Matos, Juromenha (Alandroal), Salvador Joaquim Guerra Santana encontrava-se ao serviço da Renascença Gráfica desde Junho de 1970. Era tido, em geral, por um trabalhador muito competente e um dos que mais rapidamente sabia conquistar a amizade dos colegas, dado o seu feito generoso e expansivo. Também por isso ficou natural saudade em todas as secções da empresa proprietária do «Diário de Lisboa», onde a reacção à sua



Salvador Santana

morte foi de grande consternação.

Salvador Santana era casado com D. Maria Odete Gomes Santana e filho de D. Maria Inácia e do sr. Manuel Diogo Santana. Deixa uma filha de seis anos de idade, a pequenita Ana Paula.

A família enlutada apresentamos a expressão do nosso profundo pesar.

Caso Fausto Cruz é do foro militar

COIMBRA, 1 O julgamento do estudante Fausto Cruz continua em foco. Pela sua libertação entrou já duas vezes em greve a Universidade de Coimbra. Por causa da data do seu julgamento divulgou agora a Comissão de Luta um comunicado esclarecendo novos pormenores que rodeiam o caso. Devido à lei emanada pelo Conselho da Revolução o estudante Fausto Cruz, que na altura da detenção era portador de uma navalha, teria que ser julgado por tribunal militar.

Entretanto foram publicados dois decretos pelo que Fausto Cruz foi libertado, por o seu caso ter passado para o foro civil. Marcado o julgamento para o dia 14 de Junho este não se chegou a realizar por o réu ter faltado alegando motivos

de doença. Novo julgamento só marcado para o próximo dia 8 de Julho.

Acontece, porém, que o advogado entregou à Comissão de Luta um acórdão feito pelos juizes encarregados do julgamento, segundo o qual só agora se deu que «a Constituição da República Portuguesa consagra, no seu artigo 32, número 7, o princípio do «juiz natural», segundo o qual a fixação do juiz e da sua competência deve ser regulada pela lei vigente no tempo da prática do facto criminoso que constitui o objecto processual».

Assim, depois de marcado o julgamento para o dia 8 de Julho, concluem que são incompetentes para julgar o caso considerando que o processo deve permanecer na esfera da competência do foro militar.

D. Juan português ferido a tiro

PARIS, 1 (FP) Um amigo da cantora Dalida, Richard Chanfray, que se intitula «conde de Saint-Germain», e tem 36 anos, foi parar à cadeia de Fresnes, quarta-feira à noite por agressão armada, contra um português.

Na noite de 18 para 19 de Junho, o «conde» surpreendeu no quarto da criada de Dalida, num momento em que esta estava ausente, um jovem português.

Assomado, o amigo da cantora ferrou-lhe um tiro de carabina, mas, posteriormente, afirmou ao juiz de instrução que a arma se disparou acidentalmente quando pretendia «expulsar» o conquistador, «empurrando-o» com o cano.

Esta foi a versão que acabou por dar dos factos pois, após o tiro, com medo do escândalo que a notoriedade da artista não deixaria de fazer avultar, Chanfray entendeu-se com a sua vítima para contar à Polícia que o jovem português tinha sido ferido na rua e que

se refugiara em seguida no corredor de casa de Dalida.

O juiz não tragou esta história nem a segunda versão e, depois de pronunciar o «conde» e o mandar para a célebre cadeia dos arredores de Paris, vai agora ouvir o português conquistador de criadas parisienses, ainda hospitalizado.

«Diário de Notícias»

Victor Cunha Rego deixou ontem de exercer as funções de director do «Diário de Notícias» por motivos de ordem particular, sendo-lhe, no entanto, apontado um possível cargo no próximo elenco governamental, admitindo-se que possa ser nomeado secretário-adjunto do Primeiro-Ministro ou elemento da casa civil da Presidência da República.

Entretanto, Mário Mesquita ocupará interinamente o cargo de director do «DN», até à nomeação do seu próximo titular

Vera Lagoa na Boa Hora

Sob a presidência do juiz Carlos da Silva Caldas, iniciou-se esta manhã, no 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Boa Hora, às 10 horas, o julgamento de Maria Arminda Falcão (Vera Lagoa) de 58 anos, acusada de injúrias ao Presidente da República, general Francisco da Costa Gomes.

Este é o segundo julgamento de Maria Arminda Falcão pela mesma acusação. A primeira, esteve ligada a um artigo publicado no extinto semanário «O Sol», do qual era directora. A acusação que agora a leva novamente ao banco dos réus é relativa ao texto de um artigo publicado noutra publicação, «Tempo», sob o título «Perdi-lhe o respeito, Sr. Presidente».

Ao contrário do julgamento anterior, que decorreu à porta fechada, desta vez o 1.º Juízo Criminal da Boa Hora decidiu-se pela sessão pública.

Sem testemunhas de acusação, Maria Arminda Falcão conta como testemunhas de defesa com Manuel Alegre, dirigente do P. S., Maria de Lurdes Belchior, professora, An-



Vera Lagoa esta manhã no banco dos réus para responder pela segunda vez por alegadas ofensas ao Presidente da República, general Costa Gomes.

tónio Valdemar, José Vacondes e Torquato da Luz, jornalista, Jaime Neves, coronel e comandante do Regimento de Comandos da Amadora, Casanova Ferreira, tenente-coronel e Manuel Monge, major. Na de-

fesa, actua Proença de Carvalho, director do «Jornal Novo».

Na sessão desta manhã a defesa apresentou considerações iniciais e a ré foi ouvida. O julgamento prossegue esta tarde, a partir das 14 e 30.

ESCAVAÇÕES EM MELIDES

Descobertas em Portugal peças com quatro mil anos

«Mais de trinta taças completas com cerca de quatro mil anos e dezenas de placas de xisto decoradas foram retiradas do grande monumento funerário da Pedra Branca» informou à Anop o doutor Veiga Ferreira, dos Serviços Geológicos de Portugal, acerca das escavações que tiveram lugar em Melides, na jazida de pedra branca.

Salientando que se trata da estação arqueológica, campâniforme, mais ao sul do Sado descoberta até à data, Veiga Ferreira esclarece que este monumento megalítico é uma

necrópole, aproveitada em duas épocas distintas, a primeira e mais antiga, entre os anos 2.500 e 2.200 antes de Cristo, e a mais recente, entre 2.000 e 1.900 anos A.C.

Desta última época foram detectadas cerca de setenta túmulos que continham crâneos e ossos dispostos em sepulturas individuais.

Por seu turno, a descoberta de pontas de seta e punhais em cobre tipo palmela, é tida como facto digno de realce. Da equipa encarregada das escavações, além do dr. Veiga Fer-

reira, que chefiou os trabalhos, fizeram parte destacadas figuras da arqueologia internacional, nomeadamente, o prof. Georges Zbyzewski, que tem mais de quinhentos trabalhos publicados sobre a especialidade.

Últimas

Israel liberta palestinianos

PARIS, 1 (R) Israel ofereceu-se para negociar com terroristas pró-palestinianos que conservam mais de 200 pessoas como reféns no Uganda e está disposto a libertar «certo número» de presos palestinianos, segundo revelou hoje em Paris a Embaixada israelita.

Entretanto, o presidente Valéry Giscard d'Estaing da França enviou uma mensagem pessoal ao marechal Idi Amin do Uganda acerca do assalto do Airbus da Air France.

A mensagem de Giscard d'Estaing foi seguida de outra ao dirigente palestiniano Yasser Arafat, enviada pelo ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Jean Sauvagnargues.

O teor das duas mensagens

não foi revelado imediatamente, mas crê-se conterem apelos para novas diligências destinadas a salvar as vidas de mais de 200 passageiros e tripulantes do avião, que se acham ainda em poder de piratas do ar pró-palestinianos no aeroporto de Entebbe.

Funcionários franceses declararam que a França se mantinha em estreito contacto com outros governos envolvidos nas exigências dos assaltantes para que sejam soltos presos.

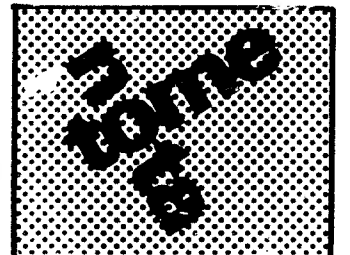
Em Bona, passou hoje o prazo marcado para se aceitarem as exigências dos guerrilheiros quanto à libertação de seis anarquistas alemães ocidentais, não havendo indícios de que o governo federal alemão esteja disposto a aceder a elas.

Trabalhadores da Sogás apoiam Reforma Agrária

Na sequência do sentimento de solidariedade que se tem vindo a manifestar, tanto na teoria como na prática dos trabalhadores da cidade com a Reforma Agrária, um grupo de trabalhadores da Sociedade de Gases e Produtos Químicos Sogás S.A.R.L. resolveu promover a iniciativa de ajudar uma cooperativa agrícola através da entrega do produto de uma campanha de recolha de

fundos lançada nas empresas da zona industrial do Cabo Ruivo.

No sentido de concretizar esta ideia do grupo unitário de trabalhadores da Sogás, foram enviadas circulares a 80 empresas daquela zona industrial de Lisboa. Pretendem os promotores da iniciativa que a recolha de fundos seja o resultado de listas para circular em todas as secções



PROVOCAÇÃO

A partir não se sabe de quê, o jornal «O Dia», que no seu quadro redactorial alberga elevado número de servidores do fascismo e do colonialismo, montou uma provocação ao povo de Setúbal que só não tem consequências porque é pelo menos tão ridicularmente falsa como a história dos 30 mil cubanos.

Segundo aquele jornal vai formar-se a Comuna de Setúbal e os apoiantes de Otelo pretendem entregar-lhe o Poder local, tendo sido hasteada uma bandeira amarela e preta, com o nome dele, numa praça da cidade.

Se não fosse o reacção-rismo primário que tal notícia revela, ficaríamos surpreendidos com «O Dia» que, inventando factos, se mostra altamente preocupado com uma alegada entrega do Poder que, mesmo a ser verdade, mas por absurda não é, nunca teria carácter separatista e antipatriótico, mas unicamente sentido político, e não se preocupou nada quando há dias, numa base aérea portuguesa dos Açores foi, de facto, hasteada uma bandeira, mas de um movimento separatista, e na Madeira hasteada uma outra de idêntico movimento, no próprio palácio do governador.

Será pluralismo?